

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
CAMPUS DE SOROCABA  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E BIOLÓGICAS  
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA, TURISMO E HUMANIDADES  
CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

LARISSA PORTO DOS SANTOS

**O BAIRRO RURAL “REFORMA AGRÁRIA” E SEU PROCESSO DE  
TRANSFORMAÇÃO. UMA REVISÃO DA PESQUISA DE LARISSA MIES  
BOMBARDI**

Sorocaba  
2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
CAMPUS DE SOROCABA  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E BIOLÓGICAS  
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA, TURISMO E HUMANIDADES  
CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

LARISSA PORTO DOS SANTOS

**O BAIRRO RURAL “REFORMA AGRÁRIA” E SEU PROCESSO DE  
TRANSFORMAÇÃO: UMA REVISÃO DA PESQUISA DE LARISSA MIES  
BOMBARDI**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Centro de Ciências  
Humanas e Biológicas da Universidade  
Federal de São Carlos, *campus* Sorocaba,  
para obtenção do grau de licenciado em  
Geografia.

Orientação: Prof. Dra. Neusa de Fátima  
Mariano.

Sorocaba  
2015

LARISSA PORTO DOS SANTOS

O BAIRRO RURAL “REFORMA AGRÁRIA” E SEU PROCESSO DE  
TRANSFORMAÇÃO: UMA REVISÃO DA PESQUISA DE LARISSA MIES  
BOMBARDI

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro de Ciências Humanas e Biológicas da Universidade Federal de São Carlos, *campus* Sorocaba, para obtenção do título de licenciado em Geografia.  
Universidade Federal de São Carlos. Sorocaba, 11 de dezembro de 2015.

Orientador(a)

---

Dra. Neusa de Fátima Mariano  
UFSCar

Examinador(a)

---

Dra. Lourdes de Fátima Carril  
UFSCar

Examinador(a)

---

Dr. Marcos de Oliveira Soares  
UFSCar

*Dedico este TCC especialmente a minha família que contribui grandiosamente para a realização do mesmo, a Neusa Mariano por todo suporte oferecido e a todos os camponeses que diariamente lutam em prol da sobrevivência.*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus que realizou mais um dos sonhos de meu coração. Permitiu-me trilhar dia após dia uma trajetória acadêmica, me cercando de saúde, entusiasmo e colocando em minha vida pessoas maravilhosas que contribuíram para que chegasse a este ponto.

Agradeço a minha família, meus pais, Maria e Adeilson e a minha irmã Jussara que foram meu suporte ao longo de todos estes anos. Me fornecendo palavras de ânimo, puxões de orelha e muito amor. Acreditando, sobretudo na minha capacidade. Agradeço aos valores ensinados e a perseverança transmitida, agradeço por estarem presente em cada adversidade e pelos ótimos exemplos. Agradeço por terem sido fundamentais não só na minha formação enquanto graduanda, mas na formação enquanto indivíduo.

Agradeço a todos os professores que passaram por minha vida, desde a professora da pré-escola aos grandes profissionais que encontrei nessa Universidade. Em especial a Luciana Furlan que me fez compreender o quão importante é a dedicação aos estudos, Marcelo Falcão que me ensinou a sempre dar o meu melhor e a professora Fernanda Silva que me serve como grande exemplo de profissional dedicada e apaixonada pela educação.

Agraços a todas as oportunidades que tive durante a minha vida. Oportunidade de me dedicar totalmente aos estudos graças ao apoio e incentivo dos meus pais, oportunidade de estudar em uma ótima escola com excelentes profissionais, oportunidade de realizar um curso técnico em uma das mais reconhecidas instituições brasileiras, oportunidade de entrar em uma Universidade Federal por meio do Sistema de Seleção Unificada, oportunidade de me dedicar da melhor forma possível durante os 4 anos de graduação, oportunidade de ter feito parte do *Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência* durante 2 anos que me renderam inúmeras experiências e uma bagagem incomparável.

Não posso deixar de agradecer aos amigos que estiveram presentes na realização de mais um objetivo e acreditaram em meu potencial, em especial a Bianca Freitas e Alice de Lima, que acompanharam toda a minha trajetória e contribuíram com palavras de incentivo e carinho. Estiveram presentes nos mais distintos momentos

da minha vida, desde o sonho em entrar em uma Universidade Federal a realização do mesmo.

Agradeço aos amigos que fiz nesta cidade. Agradeço a Letícia Seivane por ter sido meu lar enquanto estive distante dos meus familiares, agradeço por ter feito uma irmã que embora não partilhe do mesmo DNA me recebeu de coração aberto. Agradeço a Jailza que me incentivou e apoiou, me orientando e ajudando sempre que possível, agradeço a Gisele pelas diversas vezes que me auxiliou na vida acadêmica e na vida pessoal. Agradeço a Davi Caro pela amizade e por toda a ajuda durante essa jornada. Agradeço a Michael Cristoffer Da Silva pelo carinho dedicado ao longo dos 4 anos. Agradeço a Karla Alves pelas histórias e lembranças que jamais esquecerei.

Agradeço a professora Neusa Mariano que dedicou-se intensamente a realização deste projeto, agradeço por ter aceito essa “empreitada” e ter acreditado em meu potencial.

Agradeço a todos os camponeses os quais entrevistei e que gentilmente me cederam não apenas uma fração de tempo, mas compartilharam suas vidas, contribuindo grandiosamente para a realização desse projeto.

Agradeço a todos que depositaram um pouco de fé em mim e contribuíram de alguma forma para a realização deste projeto direta ou indiretamente. Meu muito obrigada!

**Bem-aventurado o homem que acha sabedoria,  
e o homem que adquire conhecimento.  
Provérbios 3:13**

**Título: O BAIRRO RURAL “REFORMA AGRÁRIA” E SEU PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO. UMA REVISÃO DA PESQUISA DE LARISSA MIES BOMBARDI.**

**RESUMO**

Em 2001, Larissa Mies Bombardi realizou um estudo de caso sobre a Lei de Revisão Agrária no Estado de São Paulo, especificamente sobre o Núcleo Agrário Capivari, fundado na década de 1960 que posteriormente se transformou em um bairro rural. O presente trabalho busca uma releitura desse estudo de caso abordando as mudanças econômicas e culturais expressas nas transformações espaciais ocorridas desde 2001 até o atual ano de 2015.

O objetivo consistiu em compreender o processo de produção camponesa neste núcleo e transformações ocorridas desde o estudo de Bombardi, mediante concepção do campesinato como classe social que se reproduz.

Para a concepção deste trabalho foi primeiramente realizado um estudo da obra de Larissa Bombardi “O Bairro Reforma Agrária e o processo de territorialização camponesa”, esta foi, portanto tomada como base. Posteriormente realizou-se a pesquisa de campo, por meio de entrevistas feitas com diferentes perfis de moradores. Para além, a discussão sobre as mudanças e transformações ocorridas desde o estudo realizado por Larissa Bombardi em 2001 e a situação atual de camponeses e do bairro em 2015. Posteriormente há uma reflexão acerca do ensino em escolas rurais com uma perspectiva singular que englobe a realidade camponesa.

Desta forma, conclui-se que a questão do campesinato mostra suas modificações e adaptações ocorridas ao longo dos anos mediante as dificuldades encontradas para a sua reprodução, bem como “mecanismos” adotados para a sobrevivência e continuidade desta classe expressos através dos diferentes perfis de moradores do bairro abordados por este trabalho. Para, além disso, conclui-se que estas modificações sociais e culturais impactam na configuração do bairro.

**Palavras-chave:** camponês, bairro rural, Reforma Agrária, educação do campo, renda da terra.

## **Abstract**

In 2001, Larissa Mies Bombardi performed a case study regarding the Agrarian Inspection Law, and more specifically the Capivari agrarian core, founded in the 1960s and that became a rural neighborhood. The present paperwork seeks a reviewing of this case study in order to approach the economic and cultural changes expressed through spacial transformations that took place between 2001 through 2015.

The goal consisted in understanding the farming production processes in this core and the transformations occurred since Bombardi's study, upon the concept of reproducing peasantry, of the peasants as a reproducing unit.

For the conceiving of this work, first and foremost, a study of Larissa Bombardi's "O Bairro Reforma Agrária e o processo de territorialização camponesa" took place, hence the book was taken as primary reference. After, there was the accomplishment of field research, with numerous interviews held with different profiles of local dwellers. Beyond that, the discussion regarding the changes and transformations that took place since Bombardi's study and the neighborhood and the peasantry's current situation, as of 2015. After that, there's a reflection concerning education in rural schools with a singular perspective that englobes the peasant reality.

Thus, it's concluded that the peasantry's deal shows it's modifications and adaptations as they happened through the years, given the numerous difficulties regarding their reproduction, as well as "mechanisms" adopted for survival and continuity of this class as expressed by the different dweller profiles compiled in this paperwork. Furthermore, it's concluded that such cultural and social modifications impact directly in the neighborhood's configuration.

**Key-words:** Peasant, rural neighborhood, Agrarian Reform, field education, land profit.

## LISTA DE FOTOS

<b>Foto 1.</b> Plantação de goiaba de Geraldo (área que arrenda) .....	90
<b>Foto 2.</b> Plantação de goiabas de Mário Scabello .....	98
<b>Foto 3.</b> Plantio de Figo de Mário Scabello. ....	99
<b>Foto 4.</b> Cultivo de couves na propriedade de Mário Scabello. ....	111
<b>Foto 5.</b> Plantio de abóbora por Geraldo.....	112
<b>Foto 6.</b> Vinhos comercializados na adega de Mário Scabello. ....	115
<b>Foto 7.</b> Equipamento utilizado para filtrar o vinho .....	116
<b>Foto 8.</b> Monitor que revela a existência de câmeras de segurança. ....	117

## LISTA DE MAPAS

- Mapa 1.** Mapa de Localização do Bairro Reforma Agrária no Estado de São Paulo. Org. BATISTA, S.C.; OLIVEIRA, W.F.; BOMARDI, L. M.; PENHA, E. (2003). In: O Bairro Reforma Agrária e o Processo de territorialização camponesa. São Paulo: Annablume, 2004. .... 17
- Mapa 2.** Relações de trabalho no Bairro Reforma Agrária. Org. BATISTA, S.C.; OLIVEIRA, W.F.; BOMARDI, L. M.; PENHA, E. (2003). In: O Bairro Reforma Agrária e o Processo de territorialização camponesa. São Paulo: Annablume, 2004. .... 47

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

AMARCA - Associação dos Moradores e Amigos dos Bairros Macuco, Reforma Agrária e Capivari

ARA - Parque Estadual "Assessoria da Reforma Agrária"

CEASA - Centrais de Abastecimento de Campinas S.A

CEAGESP - Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo

DAEV - Departamento de Água e Esgotos de VALINHOS

EPI - Equipamento de Proteção Individual

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

SENAR - Serviço de Aprendizagem Rural

## Sumário

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>1</b>
<b>CAPÍTULO 1: CAMPESINATO COMO CLASSE SOCIAL .....</b>	<b>7</b>
<b>CAPÍTULO 2. A PESQUISA DE LARISSA MIES BOMBARDI: O BAIRRO REFORMA AGRÁRIA E O PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO CAMPONESA. ....</b>	<b>17</b>
2.1 O CAPITAL NA APROPRIAÇÃO DA RENDA DA TERRA CAMPONESA .....	25
2.2 RELAÇÕES ENTRE O BAIRRO RURAL E AS UNIDADES CAMPONESAS .....	33
2.3 UNIDADE CAMPONESA: SUA ORDENAÇÃO TERRITORIAL.....	51
2.4 CONFLITOS E ELEMENTOS RELATIVOS À REPRODUÇÃO DA UNIDADE CAMPONESA.....	66
<b>CAPÍTULO 3. O BAIRRO REFORMA AGRÁRIA ONTEM E HOJE.....</b>	<b>75</b>
3.1 CHEGADA AO BAIRRO .....	81
<b>3.1.2 Permanência das famílias no bairro .....</b>	<b>83</b>
<b>3.1.3 Dificuldades para a permanência .....</b>	<b>86</b>
3.2 O TRABALHO NOS SÍTIOS: FUNCIONÁRIOS, MEEIROS E ARRENDATÁRIOS ..	89
<b>3.2.1 Relação patrão-funcionário .....</b>	<b>94</b>
<b>3.2.2 Autonomia e liberdade .....</b>	<b>96</b>
3.3 A PRODUÇÃO DE GOIABAS .....	98
<b>3.3.1 A produção na configuração dos sítios .....</b>	<b>101</b>
<b>3.3.2 A dependência e interferência da natureza .....</b>	<b>103</b>
<b>3.3.3 Mudanças na lavoura .....</b>	<b>104</b>
3.4 APROPRIAÇÃO DA RENDA PELO CAPITAL INDUSTRIAL .....	105
3.5 O PLANTIO DE GÊNEROS PARA O CONSUMO PRÓPRIO .....	110
3.6 A INSERÇÃO DE TECNOLOGIA <i>VERSUS</i> EXPERIÊNCIA .....	113
3.8 DIFERENÇAS ENTRE BAIRRO RURAL E MEIO URBANO.....	121
<b>3.8.1 A religiosidade no universo camponês .....</b>	<b>124</b>
<b>3.8.2 Trajetória dos filhos e continuidade das unidades camponesas .....</b>	<b>126</b>
3.9 A INTERFERÊNCIA NAS UNIDADES CAMPONESAS DO ESTADO: A RESERVA FLORESTAL .....	130
<b>3.9.1 A construção do anel viário.....</b>	<b>131</b>
<b>3.9.2 Violência.....</b>	<b>133</b>
<b>CAPÍTULO 4. EDUCAÇÃO DO CAMPO .....</b>	<b>134</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>142</b>
<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>147</b>

## INTRODUÇÃO

Esse projeto visou uma releitura de um estudo de caso sobre um dos primeiros núcleos da Lei de Revisão Agrária (Nº 5.994 de 30 de dezembro 1960), que dispunha de uma perspectiva de venda de terras sendo estas públicas ou privadas que se encontravam em estado improdutivo (BOMBARDI, 2003). Desse modo, metade da área da fazenda Capivari foi então desapropriada e vendida aos ex-colonos das fazendas cafeeiras, sendo que o sistema de colonato havia sido abolido na década de 1960, com o Estatuto do Trabalhador Rural; trata-se do Núcleo Capivari implantado entre os municípios de Valinhos e Campinas no interior do estado de São Paulo, durante a década de 60.

Segundo Bombardi (2005, apud OLIVEIRA, 2007, p.111) a reivindicação do direito à Terra é uma pauta antiga nas ações do Governo. Especialmente na década de 50/60 em um contexto onde importantes acontecimentos históricos tais como a Guerra Fria e Revolução Cubana levaram à preocupação de inibir qualquer futura revolução de cunho comunista que potencialmente abarcasse também os movimentos sociais no campo. Levando à criação da Lei de Revisão Agrária, obtendo sua aprovação no estado de São Paulo em 1960.

A Lei de Revisão Agrária nº 5.994 de 30/12/1960 regulamentada pelo decreto nº 33.328 de 14/04/1961, fazia parte do Plano de Ação do governo de Carvalho Pinto, em nível estadual. Objetivava, portanto, uma “maior” expressão em relação à ocupação do campo a partir de um trabalho agrícola familiar. Em relação ao contexto, destaca-se o movimento camponês como questionador de grandes latifúndios. A Lei serviu como um “calmante” para os camponeses que não dispunham de terra e atuou com um caráter técnico progressista, a partir de um viés não apenas desenvolvimentista como também nacionalista marcados pelo governo de Carvalho Pinto (MARIANO, 2001).

A respeito do histórico do bairro, ainda na década de 60, surge então como uma das primeiras propostas o Núcleo Capivari, no interior de São Paulo entre Valinhos e Campinas. A decadência do setor cafeeiro foi responsável por duas importantes contribuições: a primeira diz respeito à possível desapropriação parcial da Fazenda Capivari que anteriormente produzia café, sendo esta dividida em 72 lotes; já a segunda é referente à aquisição de alguns lotes por famílias que

trabalhavam parcialmente na produção do gênero, outras famílias sitiadas (oriundas, sobretudo de cidades próximas como Jundiaí e Campinas) também buscaram habitar a área tendo em vista a sua reprodução a partir do plantio. (BOMBARBI, 2003).

Larissa Bombardi, cujo mestrado foi publicado em 2001, sob o título “O Bairro Reforma Agrária e o processo de territorialização camponesa” se propôs a estudar o Bairro Reforma Agrária. Sendo assim, partir de uma perspectiva geográfica valorizando, sobretudo o território, a autora levou em consideração três fatores fundamentais que atuam sobre o mesmo: tempo, espaço e relações sociais. Ou seja, buscou-se a compreensão das relações estabelecidas ali, bem como as atividades realizadas pelos moradores em prol da sobrevivência. Desse modo os moradores do bairro destacam-se pelo campesinato, cujas atividades permitem a reprodução do mesmo e se encontra à margem do capitalismo, embora se reproduza em seu interior. (BOMBARDI, 2003).

Como citado acima fatores como o tempo, espaço e as relações sociais e econômicas atuam provocando mudanças sobre o território, alterando deste modo sua configuração e conseqüentemente nas relações homem-terra. Desta forma, faz-se necessária uma nova análise sobre a realidade encontrada em um dos primeiros núcleos agrários, com o passar de mais de uma década. Torna-se essencial discutir se a territorialidade camponesa está sendo afetada por esses e/ou outros fatores e como.

Bombardi teve como um dos objetivos promover uma reflexão pautada em um caráter geográfico sobre a Reforma Agrária.

De acordo com a autora:

A hipótese central aqui discutida é a de que os camponeses do Bairro Reforma Agrária têm construído uma unidade territorial - diferente do território apropriado de forma tipicamente capitalista - ao longo dos quase quarenta anos desde que foram assentados, que, por sua especificidade - resultado da inter-relação do trabalho camponês, das características do meio natural e das heranças étnico/culturais - origina uma fração camponesa no território capitalista, diríamos, mais justa, do ponto de vista social, que se diferencia do entorno e de boa parte do meio rural paulista (BOMBARDI, 2003, p. 4-5).

Ou seja, um elemento importante é exposto, a construção de uma unidade territorial a partir das relações entre homem e terra mediada pelo trabalho, bem

como relacionadas a aspectos naturais e culturais, configurando uma fração camponesa dentro do território capitalista.

Destaca-se a transformação de um núcleo em bairro rural mediante a relação entre as famílias camponesas, seja na produção, seja no que diz respeito à solidariedade. Estes passaram a imprimir em tal todos os conhecimentos e experiências que detinham com relação ao plantio, também mantiveram um estreito contato, a partir da intensa troca de diversas informações sobre o plantio e assim adotaram os mesmos cultivos, transformando o até então núcleo em bairro rural, a partir deste vínculo dessas famílias. (BOMBARDI, 2003).

Nota-se também a relação entre essas famílias e o mercado, inicialmente os primeiros cultivos diziam respeito apenas àqueles gêneros cujas famílias possuíam certo grau de conhecimento. Enquanto na década de 60 apenas cinco sítios eram cultivadores de frutas (pois permitia um melhor auferimento da renda da terra), o restante se destacava pela produção de legumes. Já a partir década de 70 o bairro começou a se configurar como produtor de frutas (BOMBARDI, 2003). O exemplo demonstra a busca dos camponeses por meios que permitissem se relacionar com o mercado sendo a apropriação mínima da renda da terra pelo capital.

Em um cenário onde cada vez mais a reforma agrária vem sido exigida por inúmeros grupos de camponeses e onde a agricultura ganha espaço mesmo que em meio a uma mundialização da economia, torna-se fundamental compreender as mudanças que ocorreram na vida desses camponeses desde a implementação até o momento atual. Vale ressaltar novamente que de acordo com Larissa "... o campesinato se reproduz no interior do capitalismo e é uma classe social também deste modo de produção (...)". (BOMBARDI, 2004).

Mediante a esta perspectiva, a investigação do seguinte trabalho se pauta no questionamento relativo à classe camponesa no interior do Bairro que era afirmada por Bombardi, mas que hoje, 14 anos após sua pesquisa aparenta estar configurada de forma diferente.

Sendo assim, pretendeu-se ao longo desta pesquisa compreender as transformações ocorridas no Bairro Reforma Agrária ao longo desses 14 (catorze) anos a partir de uma perspectiva geográfica.

Acreditando que a necessidade de se encaixar em um mercado - exemplificada por uma "terceirização do trabalho", mudanças nas técnicas no trabalho agrícola e uso de tecnologias - assim como fatores como o tempo e até

mesmo as relações sociais tenham provocado alterações não apenas econômicas como também sociais. Estas mudanças estão expressas nas relações entre camponês e terra sendo que este a partir das transformações anteriormente citadas tende a tornar-se um “empresário” e até mesmo nas relações entre os próprios moradores.

Buscou-se assim entender as alterações espaciais ao decorrer destes anos, compreender as relações atuais existentes entre as famílias camponesas e a terra, bem como compreender as “adequações” dessas famílias camponesas como tentativa de se inserir em um mercado, ou seja, compreender como elementos sociais, culturais e econômicos tem se configurado nesse núcleo e suas transformações.

Sendo assim, para responder às questões propostas foi necessário, primeiramente, recorrer a uma pesquisa exploratória, buscando primeiramente o levantamento do material bibliográfico, bem como análises sobre tais. Abarcou também o trabalho de campo para contextualizar as mudanças ocorridas. Por meio de entrevistas um novo material foi criado e analisado utilizando-se principalmente de relatos orais.

De acordo com Boni e Quaresma:

Mas o ponto de partida de uma investigação científica deve basear-se em um levantamento de dados. Para esse levantamento é necessário, num primeiro momento, que se faça uma pesquisa bibliográfica. Num segundo momento, o pesquisador deve realizar uma observação dos fatos ou fenômenos para que ele obtenha maiores informações e num terceiro momento, o pesquisador deve fazer contatos com pessoas que possam fornecer dados ou sugerir possíveis fontes de informações úteis.” (BONI e QUARESMA, 2005, p. 70).

Logo, o primeiro passo no tocante a uma pesquisa científica consiste em um levantamento de informações a respeito do assunto estudado. Para tal, inicialmente se dá uma pesquisa bibliográfica. O segundo momento diz respeito a uma observação de fenômenos a fim de obter maiores informações, e por fim, o terceiro momento há o contato entre observador e pessoas para que estas possam contribuir com dados ou até mesmo indicar pessoas capazes de tal.

Em relação ao material bibliográfico o principal a ser utilizado diz respeito a uma análise de perspectiva geográfica do atual bairro Reforma Agrária (Núcleo

Agrário Capivari), o qual permitiu uma análise levando em consideração fatores como o espaço, o tempo e a apropriação do mesmo através do campesinato. Foram utilizados também artigos e livros que tratam da temática do trabalho camponês bem como sobre a Reforma Agrária, a exemplo, o livro de Ariovaldo Umbelino de Oliveira denominado *Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária*, bem como a tese de Fernanda Padilha intitulada *Bairros Rurais Paulistas: Novas Territorialidades - o Município de Leme (SP)*.

Outro importante ponto, de acordo com Boni e Quaresma, consiste na entrevista, neste trabalho utilizou-se a entrevista semi-estruturada:

As entrevistas semi-estruturadas combinam perguntas abertas e fechadas, onde o informante tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto. O pesquisador deve seguir um conjunto de questões previamente definidas, mas ele o faz em um contexto muito semelhante ao de uma conversa informal. O entrevistador deve ficar atento para dirigir, no momento que achar oportuno, a discussão para o assunto que o interessa fazendo perguntas adicionais para elucidar questões que não ficaram claras ou ajudar a recompor o contexto da entrevista, caso o informante tenha “fugido” ao tema ou tenha dificuldades com ele. Esse tipo de entrevista é muito utilizado quando se deseja delimitar o volume das informações, obtendo assim um direcionamento maior para o tema, intervindo a fim de que os objetivos sejam alcançados. (BONI e QUARESMA, 2005, p.75).

Logo, entrevistas foram realizadas com alguns moradores do Bairro, buscando compreender através das falas dos mesmos as mudanças ocorridas no bairro. Não só em relação a fatores físicos como a relação entre os moradores e o bairro, sua identidade assim como a influência de fatores econômicos e seus efeitos na relação entre camponeses frente ao bairro e à produção.

Ao longo do trabalho será demonstrado, portanto, alguns dos diferentes perfis e a forma como esses perfis compõem o bairro e se relacionam com os demais. Sobre os perfis que serão explicitados são compostos por: Mário Scabello, produtor de goiabas e vinhos, possui uma adega em seu sítio, além de uma Pedra<sup>1</sup> no CEASA, conta com o auxílio da mulher, filha e cunhado que atua na divulgação de seus produtos; João, trabalhador assalariado em um sítio do bairro que possui sua trajetória de vida ligada a terra, logo já exercia o trabalho com a lavoura antes mesmo de chegar a esse sítio; Maria Helena, produtora que se encontra há pouco tempo no bairro e vive em constante instabilidade; Geraldo que trabalha como

---

<sup>1</sup> Espaço de comercialização existente no CEASA (Centrais de Abastecimento de Campinas S.A).

arrendatário e meeiro, também há pouco tempo no sítio no qual trabalha, mas possui uma vasta experiência no cultivo.

Desse modo, entrevistas foram realizadas com os diversos “perfis” de moradores do bairro. Para mesmas, perguntas foram elaboradas de forma a auxiliar em uma orientação nas respostas dos moradores. Essas questões foram criadas objetivando não impedir uma espontaneidade por parte dos entrevistados, mas de se obter informações mais claras e que contribuíssem, portanto, para a formulação do pensamento sobre a temática.

Sendo assim, buscou-se deixar os entrevistados a vontade para que pudessem expor seus pensamentos e opiniões, obviamente intervindo nos momentos necessários. Para, além disso, algumas fotos foram tiradas, seja da plantação ou de “propriedades” dos sítiantes. Em um caso, uma moradora pediu para que não fossem tiradas fotos do seu sítio, o pedido foi atendido. Contou-se também que o auxílio de um gravador para captar as entrevistas e assim ajudar na posterior transcrição.

Essas entrevistas foram realizadas aos finais de semana, entre sábado e domingo, devido a dificuldades da discente em realiza-las durante o decorrer da semana. Além disso, como os moradores trabalham durante os dias de semana seria extremamente dificultoso que pudessem contribuir com as entrevistas.

A seguir, a pesquisa realizada se apresenta com um capítulo sobre o campesinato como classe social, posteriormente, sobre o trabalho da Larissa e depois, uma análise comparativa da atualidade com a realidade encontrada no início da década de 2000.

De acordo com o Regulamento de TCC constante no Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Geografia da UFSCar, é apresentado um capítulo sobre Educação. Sendo assim, foi realizado no último capítulo uma reflexão acerca da educação no campo.

## **CAPÍTULO 1: CAMPESINATO COMO CLASSE SOCIAL**

Conforme Ariovaldo Oliveira (2004), o estudo da geografia agrária no país vem sendo realizado por diferentes autores os quais possuem distintas vertentes sobre o marxismo. Alguns autores acreditam na existência de relações semifeudais ou até mesmo do feudalismo no Brasil. Sendo assim, conforme Ariovaldo explicita acreditam que: “para que o campo se desenvolva, seria preciso acabar com essas relações feudais ou semifeudais e ampliar o trabalho assalariado no campo”. (OLIVEIRA, 2004, p. 34). Logo, o desenvolvimento capitalista no campo expressaria um avanço para o fim do feudalismo. Desse modo, a luta pela busca da reforma agrária seria um mecanismo que atuaria no avanço do capital no campo. Tais autores ainda alegam uma penetração do capital no campo. Ariovaldo cita exemplos de autores que advogam essa tese, sendo eles: Maurice Dobb, Nelson Gimenez Werneck Sodré, Alberto Passos Guimarães, entre outros. (OLIVEIRA, 2004).

Já uma outra concepção compreende que “o campo brasileiro já está se desenvolvendo do ponto de vista capitalista, e que os camponeses inevitavelmente irão desaparecer, pois eles seriam uma espécie de ‘resíduo’ social que o progresso capitalista extingiria” (OLIVEIRA, 2004, p. 34) . Portanto, conforme os camponeses buscassem produzir para o mercado, seriam levados a um processo de falência, perdendo então suas propriedades para os bancos devido as dívidas ou então resultando na venda das mesmas. Desse modo, “os camponeses tornar-se-iam proletários”. Alguns escritores que defendem essa tese são: Karl Kautsky, Vladimir I. Lenin, Maria Conceição D’Incao. Ariovaldo ainda ressalta que grande parte dos trabalhos em Geografia Agrária defendem tal concepção. A exemplo, diversos artigos então publicados nos Anais dos Encontros de Geografia Agrária e diversas teses, assim como dissertações de caráter geográfico defendidas em Universidades como UNESP (Rio Claro- SP) e UFRJ (Rio de Janeiro). (OLIVEIRA, 2004).

Logo, de acordo com as duas concepções, não há espaço para os camponeses em uma sociedade cujo capitalismo se encontra em estado avançado. Uma vez que na visão destes autores apenas duas classes compõem a sociedade capitalista, sendo elas: a burguesia (figura dos capitalistas) e o proletariado (figura dos trabalhadores assalariados). O autor ainda alega que por tal motivo muitos autores e até mesmo partidos políticos não “levantam a bandeira” em prol dos camponeses. Ariovaldo chega a afirmar que muitos enxergam os camponeses como

reacionários e acreditam que sempre se posicionam ao lado dos latifundiários, entre outras coisas. Logo, se de fato isso se dá, torna-se necessário o entendimento sobre o que acontece com a classe social camponesa. Dessa forma, Ariovaldo afirma que os camponeses não possuem o “amparo” dos autores e partidos políticos. (OLIVEIRA, 2004).

Ariovaldo ainda afirma que: “Portanto, a compreensão do papel e do lugar dos camponeses na sociedade capitalista e no Brasil, em particular, é fundamental”. (OLIVEIRA, 2004, p. 35) Ou entende-se a questão no interior do processo de desenvolvimento do capitalismo no campo, ou então continuar-se-á a ver muitos autores afirmarem que os camponeses estão desaparecendo, entretanto, eles continuam lutando para conquistar o acesso às terras em muitas partes do Brasil. (OLIVEIRA, 2004).

De acordo com as concepções do autor, para se estudar a agricultura brasileira um fundamental fator deve ser considerado, deve-se atentar para o fato que o processo de desenvolvimento do modo de produção capitalista em nosso país apresenta como característica o fato de ser combinado e contraditório. O que equivale a dizer que ao mesmo tempo em que esse modelo de desenvolvimento avança levando a reprodução de relações tipicamente capitalistas (como a inserção do trabalho assalariado no campo, a exemplo, o “bóia-fria”), também permite de forma contraditória e até mesmo igual, a reprodução de relações camponesas (expressa através da permanência de famílias camponesas no campo e do aumento do trabalho familiar no mesmo). São pensadores desta corrente no Brasil: Margarida Maria Moura, Ellen Woortmann, José Vicente Tavares Silva, entre outros. Na área da Geografia Agrária ainda em conformidade com essa concepção existem trabalhos de Iraci Palheta, Regina Sader, Rosa Ester Rossini, além de trabalhos do próprio Ariovaldo e teses e dissertações de orientandos do autor. (OLIVEIRA, 2004).

Compreender o campesinato como classe social inserida no capitalismo é fundamental para o entendimento da existência e resistência camponesa. Sendo assim, a compreensão dessa questão é essencial para que se possa entender a existência dos sítiantes (camponeses) moradores do Bairro Reforma Agrária em Campinas (metrópole). (BOMBARDI, 2004).

Em concordância a ideia expressa acima:

Mais recentemente, um número cada vez maior de estudiosos da agricultura tem buscado a explicação não só para a permanência, como também para o aumento do campesinato na agricultura, no próprio processo de desenvolvimento do modo capitalista de produção. Para eles o desenvolvimento desse modo de produção deve ser entendido como contraditório. Isso quer dizer que o próprio capital cria e recria relações não-capitalistas de produção.

Para esses autores, portanto, é o próprio capitalismo dominante que gera relações de produção capitalistas e não-capitalistas, combinadas ou não, em decorrência do processo contraditório intrínseco a esse desenvolvimento. O que significa dizer que o campesinato e o latifúndio devem ser entendidos como de *dentro* do capitalismo e não de *fora* deste (...) O campesinato deve, pois, ser entendido como classe social que ele é. Deve ser estudado como um trabalhador criado pela expansão capitalista, um trabalhador que quer entrar na terra. (OLIVEIRA, 2007, p. 11).

Ou seja, como afirma Oliveira de acordo com alguns autores é necessário compreender o capitalismo como um movimento contraditório, que abrange não apenas relações capitalistas, como também relações não-capitalistas em seu interior de forma combinada ou não. Logo, o campesinato é uma classe social que se reproduz no interior do modo de produção capitalista, ou seja, um trabalhador que deseja a permanência na terra mesmo que por vezes o capitalismo promova a expropriação dos camponeses.

Em relação as características dessa classe social, Ariovaldo U. de Oliveira (2007, p. 41 e 42) em referência a José Tavares dos Santos em sua obra *Colonos do Vinho* (1978), estabelece elementos estruturais da produção camponesa. São eles:

- a) Força de trabalho familiar: o trabalho familiar como base, sendo que o trabalho coletivo é representado pelo trabalho da família.
- b) Ajuda mútua entre os camponeses: tática utilizada para suprir essenciais necessidades no tocante a força de trabalho familiar, exemplificados pelo mutirão ou na troca de dias de trabalho, devido principalmente à falta de recursos para o emprego de trabalhadores assalariados.
- c) Parceria: se dá quando há a contratação de um parceiro, nesse caso custos e ganhos são divididos. Também ocorre devido à falta de recursos para o emprego de trabalhadores assalariados; pode ainda ser um mecanismo utilizado por pequenos camponeses em prol da ampliação da área de cultivo gerando uma maior renda.

- d) Trabalho acessório: mecanismo em que temporariamente o camponês se transforma em trabalhador assalariado, tal mecanismo na verdade busca uma renda monetária para complementar a da unidade camponesa.
- e) Jornada de trabalho assalariada: constitui um complemento à força de trabalho familiar em determinadas situações do ciclo agrícola, ou seja, em situações nas quais há uma necessidade de mais braços disponíveis. Tal força pode tornar-se permanente, sendo assim utilizada na unidade camponesa não apenas a força de trabalho familiar, mas também a assalariada.
- f) Socialização do camponês: elemento fundamental da produção camponesa, à medida que permite a iniciação das crianças a uma divisão social do trabalho. Inicialmente, ainda quando pequenas, as crianças possuem como brinquedos miniaturas de instrumentos de trabalho. Conforme crescem, passam a operar os verdadeiros instrumentos.
- g) Propriedade da terra: unidade camponesa onde se dá o trabalho, sendo também uma propriedade familiar. Como é própria do camponês e este utiliza seus próprios instrumentos de trabalho não se realizam relações de exploração. Ainda sobre o camponês o mesmo pode ser: camponês-proprietário; camponês-rendeiro, ou seja, para o acesso a terra dispõe de um pagamento; camponês-posseiro apossa a terra, uma vez que se recusa a pagar pelo seu uso.
- h) Propriedade dos meios de produção: grande parte dos meios de produção são adquiridos, outra parte produzidos pelos camponeses. Sobre o consumo de mercadorias, a exemplo os instrumentos de trabalho, o mercado vende produtos a altos custos, mas paga pouco aos produtos agrícolas, subordinando, portanto o camponês ao capital.
- i) Jornada de trabalho: não há uma rigidez no tocante à jornada de trabalho, sendo assim, a mesma varia de acordo com elementos como a época do ano e os gêneros produzidos. Logo, existem períodos onde há pouco trabalho e conseqüentemente bastante tempo livre, tornando possível o acessório ou a produção de instrumentos e períodos de extenso trabalho com maiores jornadas. Nesses casos nem os limites naturais como nascer e pôr-do-sol conseguem limitar as horas de trabalho.

Importantes características são elencadas sendo que estas garantem a especificidade do trabalho camponês, atribuem suas particularidades e distinções. Ao decorrer do trabalho estas serão explanadas.

Ou seja, de acordo com as características anteriormente apresentadas o capitalismo não anula a existência de relações não-capitalistas de reprodução de capital em seu interior. De forma contrária, permite a existência das mesmas em prol da sua reprodução.

A produção camponesa visa à sobrevivência e a reprodução das famílias, não o lucro. Sendo assim parte da produção é utilizada em no próprio consumo, o excedente é por sua vez comercializado. (BOMBARDI, 2004).

Oliveira afirma que:

Por isso é mister a distinção entre a produção camponesa e a produção capitalista. Na produção capitalista, ocorre o movimento de circulação do capital expresso nas fórmulas:  $D — M — D$  na sua versão simples, e  $D — M — D'$  na sua versão ampliada. Já na produção camponesa, se está diante da seguinte fórmula  $M — D — M$ , ou seja, a forma simples de circulação das mercadorias, onde a conversão de mercadorias em dinheiro se faz com a finalidade de se poder obter os meios para adquirir outras mercadorias igualmente necessárias à satisfação de necessidades. É pois, um movimento do vender para comprar (OLIVEIRA, 2007, p 40).

Dessa forma na produção camponesa a circulação do capital se dá conforme a lógica:  $M-D-M$ , onde através da venda de mercadorias produzidas busca-se dinheiro para a compra de outras mercadorias necessárias a sobrevivência. Sendo, portanto, um movimento de venda para compra. Enquanto no capitalismo o movimento do capital pode ser expresso por:  $D-M-D$  em sua versão simples ou  $D-M-D$  em sua versão ampliada. (OLIVEIRA, 2007). Ou seja, enquanto no campesinato a produção de mercadoria objetiva a venda e assim a possibilidade de compra de outras mercadorias necessárias para a sobrevivência das famílias, não almejando, portanto o lucro, no capitalismo a lógica almeja a extração do lucro. Sendo assim, através do dinheiro empregado produz-se uma mercadoria que será vendida, resultando em capital, tal capital será empregado para permitir a continuidade no ciclo ou até mesmo investir de forma a permitir uma maior geração de lucro (por exemplo, através de inovações tecnológicas que potencializem a produção).

De acordo com Larissa Bombardi (2004), a exploração existente nesse âmbito não se configura pelo assalariamento ou extração da mais-valia, se configura assim pela sujeição da renda ao capital, ao mesmo tempo em que permite uma flexibilidade para lidar nessa relação.

A especificidade existente no trabalho camponês, em que uma das características é o trabalho familiar, permite sua reprodução no interior do capitalismo, a medida que também se dá a sua “ligação” com o mercado, uma vez que essa produção não ocorre de forma isolada. (BOMBARDI, 2004).

Bombardi explicita que:

Inegavelmente há uma tendência no capitalismo em despojar as pessoas de suas terras e/ou meios de produção. Entretanto, contraditoriamente, há também a necessidade de reprodução dessas relações não capitalistas. Portanto, o campesinato ao mesmo tempo que é expulso, perdura.” (BOMBARDI, 2004, p. 56).

O trecho acima revela uma das contradições do capitalismo, ao mesmo tempo em que o mesmo aborda relações capitalistas (frutos do assalariamento) ainda abarca relações não capitalistas em seu interior (como o campesinato). Para, além disso, ao mesmo tempo em que expulsa indivíduos de suas terras e/ou meios de produção necessita dessa relação não-capitalista, permitindo que haja uma reprodução do campesinato.

A autora ainda afirma que:

Poderia soar paradoxal falar em persistência do campesinato ao afirmar que eles são necessários ao capitalismo. Ocorre que este modo de produção é extremamente contraditório e em seu desenvolvimento ao mesmo tempo em que precisa de produção não-capitalista, precisa também de trabalhadores despojados de seus meios de produção e, quando assim necessita, lança mão da violência para despojar os camponeses; a este respeito temos inúmeros exemplos no Brasil. (BOMBARDI, 2004, p.56).

A citação demonstra que quando convém, é tomado como necessário ao capitalismo ocorre a expropriação destes camponeses. Embora os mesmos ofereçam resistência a esse processo, insistindo em permanecer nas terras onde estabelecem suas relações e reproduções. Desse modo, foge de uma explicação da necessidade contraditória imposta pelo capital. (BOMBARDI, 2004).

O campesinato possui características que lhe são próprias e que assim garantem sua especificidade, como o trabalho familiar. A autora salienta que:

No imaginário camponês são reproduzidas as estruturas significativas que dão sentido à vida cotidiana: o eixo da vida está baseado na família, no trabalho familiar, e é justamente aí que está a especificidade do campesinato (BOMBARDI, 2004, p. 57).

Ainda em relação à resistência camponesa duas questões são importantes para a compreensão da mesma: o tempo e a autonomia dos camponeses em relação ao trabalho, como até mesmo expressões de suas formas de vida. De acordo com a autora a separação entre os elementos homem, seu tempo, seu espaço resultam em uma espécie de prisão que promove a alienação, uma vez que o trabalhador não se reconhece naquilo que através de seu trabalho foi produzido, além disso, o produto lhe é estranho à medida que não lhe pertence. O trabalhador ainda não vive conforme seus desejos e necessidades, pois seu tempo assim como força de trabalho é vendido a outro. (BOMBARDI, 2004).

Em relação a venda da força de trabalho, Oliveira afirma que:

As relações capitalistas de produção são relações baseadas no processo de separação dos trabalhadores dos meios de produção, ou seja, os trabalhadores devem aparecer no mercado como trabalhadores livres de toda a propriedade, exceto de sua própria força de trabalho.

(...)

*Assim, os trabalhadores devem estar no mercado livres dos meios de produção, mas proprietários de sua força de trabalho, para vendê-la ao capitalista; este sim, proprietário dos meios de produção.* (OLIVEIRA, 2007, p. 36).

Logo, a medida que o trabalhador se encontra expropriado dos meios de produção, como alternativa para a sua sobrevivência deve “vender” sua força de trabalho. Não obstante a isso há também o processo de alienação:

Dessa forma, a riqueza que o capital acumula não aparece como se fosse retirada do trabalhador, e sim produto do capital. Daí decorre a ilusão que pode nascer para o trabalhador de que a troca que realiza com o capital é justa e legítima. É comum ouvir de um trabalho que o capitalista tem o direito de obter o lucro, pois ele é o dono do

capital. Sendo assim, tem o direito de aumentá-lo, pois sem ele (o capital) não haveria trabalho para os trabalhadores.

Há nesse caso, uma inversão do real no plano ideológico, pois esse raciocínio é uma das funções da ideologia capitalista. Essa inversão faz com que o trabalhador não se veja na riqueza que cria, e que cresce sob a forma de capital, ou seja, o seu trabalho aparece como se fosse estranho a ele. É aí que nasce o processo de alienação.” (OLIVEIRA, 2007, p. 37).

Ou seja, há um processo no qual o trabalhador considera a troca realizada com o capitalista como justa, não consegue enxergar a exploração a qual sofre. A riqueza a qual o trabalhador auxilia a criar não é vista pelo mesmo como fruto do seu trabalho, mas sim algo que é de posse do capitalista. Logo, a mercadoria produzida pelo trabalhador é vista como algo que não lhe pertence, algo que lhe é estranho, resultando na alienação.

Na perspectiva camponesa o tolhimento da liberdade e autonomia é algo inaceitável. Tal valorização demonstra recorrente nas falas dos entrevistados por Larissa no Bairro Reforma Agrária.

A autora ainda afirma que:

Os camponeses são “donos/senhores” de suas unidades territoriais uma vez que têm a liberdade de produzirem-nas/construírem-nas, ou seja, eles são donos não apenas de seu tempo, como também de seu “espaço”, já que o transformaram através do trabalho, não qualquer trabalho, mas do trabalho familiar.” (BOMBARDI, 2004, p. 59).

No trecho acima novamente evidencia-se os atributos de autonomia e liberdade, em relação ao tempo e até mesmo à produção. A construção do espaço se dá por meio do trabalho, trabalho esse familiar, onde os elementos de autonomia e liberdade são constituintes.

### **1.1. O campesinato na configuração de um bairro rural: do Núcleo Agrário Capivari ao Bairro Reforma Agrária**

Uma das características notadas no campesinato consiste na sociabilidade das famílias, o estabelecimento de relações próximas entre as mesmas, além do sentimento de pertencimento ao local, configurando assim um bairro rural. Logo, a

partir do momento em que essas relações são estabelecidas, bem como o sentimento de pertencimento e identidade se configura um bairro rural, apresentando muitas vezes características específicas e próprias, capazes de distingui-los dos demais bairros. (PADILHA, 2000).

Fernanda Maria Padilha, ao estudar os bairros rurais do município de Leme alega que:

Em alguns municípios do interior de São Paulo podemos encontrar nos dias de hoje expressões territoriais de forte relação com o meio rural. São os chamados bairros rurais. Esses bairros apresentam características diferenciadas e específicas que foram [e são] estudadas por diferentes autores ao longo da história. (PADILHA, 2000, p. 27).

Conforme Maria Isaura Pereira de Queiroz, em sua pesquisa sobre os bairros rurais paulistas realizada na década de 60:

A coexistência, no território do Estado de S. Paulo, de formas diferentes de grupos rurais, uns remontando longe no passado, outros formados recentemente; as transformações rápidas por que passaram os campos e as cidades deste Estado desde os fins do século XVIII; a entrada de massas de imigrantes europeus que a partir de fins do século XIX enriqueceram com uma componente sócio-cultural nova a paisagem rural paulista, ornaram plausível a existência de diferentes formas elementares de agrupamento e de vida cultural no meio rural paulista. (QUEIROZ, 1967, p. 64).

Ainda conforme explicita a autora:

Era o bairro rural um grupo de vizinhança de “habitat” disperso, mas de contornos suficientemente consistentes para dar aos habitantes a noção de lhe pertencer, levando-os a distingui-lo dos demais bairros da zona. O “sentimento de localidade” constituía um elemento básico para delimitar a configuração de um bairro, tanto no espaço geográfico quanto no espaço social. (QUEIROZ, 1967, p. 65).

Cabe aqui ressaltar o sentimento de pertencimento dos habitantes em relação ao bairro, a identificação não apenas do espaço geográfico, mas também em relação às questões sociais, pois os habitantes se sentem parte do bairro e possuem suas identidades relacionadas ao mesmo. (PADILHA, 2000).

Os bairros eram caracterizados também pela existência de uma capela no núcleo central e a festa do padroeiro, que unia a todos os habitantes ao mesmo

tempo em que contribuía para afirmar essa identidade e distingui-lo dos demais bairros. Outro importante fator diz respeito à composição do bairro por famílias autônomas que cultivavam em suas terras de forma independente, plantavam, portanto, quando e os gêneros que desejassem. Destaca-se a ajuda mútua, a exemplo, o mutirão que supria a escassez da mão de obra, além de meios para a obter, uma vez que apenas o trabalho da família não era suficiente para produzir e as famílias não dispunham de recursos para contratar assalariados. Sendo assim, esse trabalho comum era um mecanismo que “unia” ainda mais os habitantes, para além da festa do padroeiro. (QUEIROZ, 1967).

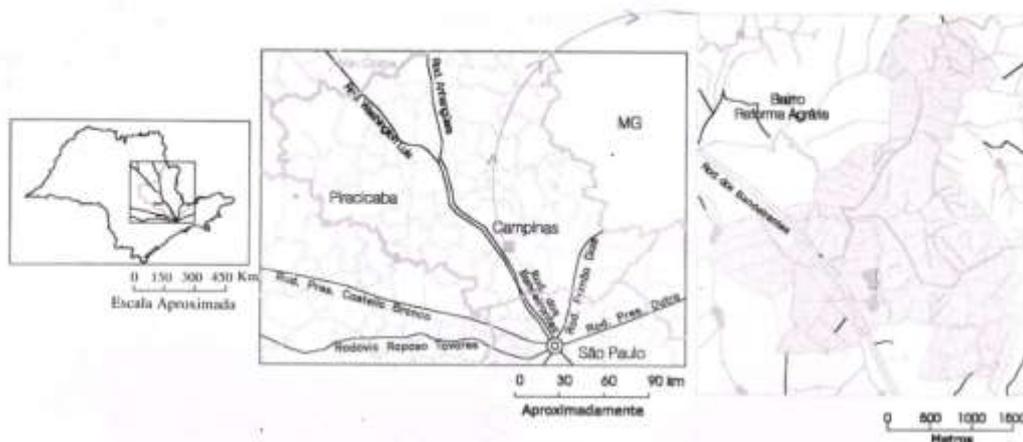
A autora ressalta que:

Estabelecia-se uma rêde estreita de relações entre os roceiros pertencentes ao mesmo grupo de vizinhança, que adquiriam consciência da unidade de funcionamento deste. Configuração social intermediária entre a família, de um lado, e de outro lado o arraial, ou a vila, ou a cidadezinha, o bairro apresentava as formas mais elementares de sociabilidade da vida rústica, que se alegavam em diferentes graus a partir dele, na seguinte escala: a) relações familiares; b) relações de vizinhança; c) relações dos bairros entre si; d) relações com a região; e) relações com o exterior (isto é, com tudo que ultrapasse a região). (QUEIROZ, 1967, p. 65 e 66).

Ou seja, destaca-se a estreita rede de relações entre os moradores, estes chamados de roceiros, apresentando também as principais formas de sociabilidade existentes no interior dos bairros e com o entorno, além daquilo que excedia os limites da região. Vale ressaltar também que estes bairros eram estruturados de forma igualitária, uma vez que os habitantes comumente pertenciam a uma mesma classe/nível social (QUEIROZ, 1967).

## CAPÍTULO 2. A PESQUISA DE LARISSA MIES BOMBARDI: O BAIRRO REFORMA AGRÁRIA E O PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO CAMPONESA.

Larissa Mies Bombardi realizou seu mestrado em Geografia, na Universidade de São Paulo, tendo se aprofundado na questão agrária. Sua dissertação foi publicada em 2004, sob título “O Bairro Reforma Agrária e o processo de territorialização camponesa”, sendo esta o pilar do presente trabalho. O objeto de estudo de Larissa diz respeito ao Bairro Reforma Agrária, do denominado Núcleo Agrário Capivari, que se localiza no município de Campinas (São Paulo) (Mapa 1), criado a partir de uma política de revisão agrária realizada no governo do estado na década de 1960.



Mapa 1. Mapa de Localização do Bairro Reforma Agrária no Estado de São Paulo. Org. BATISTA, S.C.; OLIVEIRA, W.F.; BOMBARDI, L. M.; PENHA, E. (2003). In: O Bairro Reforma Agrária e o Processo de territorialização camponesa. São Paulo: Annablume, 2004.

Portanto, para que se possa compreender a situação atual do Bairro Reforma Agrária em questão faz-se necessário recorrer à legislação que permitiu a sua criação.

Conforme a Lei:

LEI N. 5.994, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1960

*Estabelece normas de estímulo à exploração racional e econômica da propriedade rural e dá outras providências*

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:  
Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo [sic] a seguinte lei:

Artigo 1.º - O Estado incentivará a exploração racional e econômica do solo e facilitará a aquisição da pequena propriedade rural, nos termos desta lei.

Parágrafo único - Para os fins desta lei considera-se pequena propriedade rural aquela que, possuindo área mínima necessária para possibilitar a sua exploração econômica, não exceda os limites máximos fixados nos planos de loteamento para as diversas regiões do Estado, considerados ainda a sua localização, objetivo econômico e social e as condições econômicas do proprietário.

Artigo 2.º - Para a efetivação do disposto no artigo anterior, fica o Poder Executivo autorizado a:

I - promover, mediante, loteamento, o aproveitamento de terras do Estado que se prestem à exploração agrícola ou pecuária e não estejam sendo utilizadas ou incluídas em planos de utilização para reflorestamento, proteção da fauna e da flora ou em atividades de pesquisa ou fomento;

II - desapropriar, para fins de loteamento [sic] ou reagrupamento, terras inaproveitadas, de preferência localizados em regiões de maior densidade demográfica e dotadas de melhores vias de comunicação, e que preencham os requisitos do inciso anterior;

III - adquirir, mediante compra ou doação, terras cuja situação e características justifiquem o seu aproveitamento para os fins desta lei. (Legislação do Estado de São Paulo, Lei 5994/60).

Ou seja, tal Lei visava assegurar uma exploração racional bem como econômica da propriedade rural ou pecuária através do loteamento. Outro importante ponto diz respeito à condição da “aquisição” das terras, em que as mesmas devem ser compradas ou doadas.

Conforme destaca Larissa Bombardi:

Percebe-se também que há preferência para lançar mão primeiro das terras públicas que não estivessem sendo utilizadas. Desta forma o Governo do Estado não tocava diretamente na questão da função social da terra. (BOMBARDI, 2004, p. 86).

Para Larissa Bombardi (2004) o Núcleo Agrário se tornou uma nova fração do território mediante a presença das famílias, ao passo que estas começaram a constituir novas unidades territoriais.

Ainda conforme a mesma existia uma intensa preocupação do Estado em expor a diferença entre revisão agrária e reforma agrária, pois se desejava evitar que a “lei paulista” fosse associada a propostas com vertentes comunistas.

Outro importante aspecto em relação ao histórico diz respeito ao fato de que as famílias puderam escolher os próprios lotes (BOMBARDI, 2004). O que conferiu certa “autonomia” às famílias, uma vez que as mesmas puderam então eleger um lote a partir das próprias convicções, experiências anteriores, objetivos de plantio.

Bombardi ainda destaca o uso do termo “lote” por parte dos moradores os quais entrevistou; quando se remetem ao passado utilizam então este termo, especialmente ao “início da vida no local”. Essa palavra está presente também em documentos da Secretaria da Agricultura.

A vinda para o próprio lote, embora fosse esperada com grande ansiedade, precisou ser feita em etapas, pois as famílias ainda tinham cultivos nas fazendas nas quais trabalhavam, mesmo porque duas determinações da Lei os obrigavam a ter uma certa soma em dinheiro acumulada para que adquirissem o lote, além da exigência de estar residindo no lote no prazo mínimo de um ano após a assinatura do contrato. (BOMBARDI, 2004, p. 140).

Conforme a Lei:

Artigo 7.º - Nas vendas a prazo o pagamento do preço será feito em prestações anuais, de igual valor, pela forma seguinte:

I - a primeira prestação no ato de receber o adquirente o título provisório, sem o qual não poderá tomar posse do lote; (...)

Artigo 9.º - Os contratos de venda ou de promessa de venda de lotes outorgados pelo Estado ficam subordinados às seguintes condições resolutivas:

II - iniciar a exploração do lote no prazo de 1 (um) ano da lavratura do contrato;

III - apresentar, a partir do fim do segundo ano de posse o lote racionalmente explorado de acordo com o plano mencionado na alínea "a" do § 1.º do Artigo 7.º. (Legislação do Estado de São Paulo, Lei N. 5.994, de 30 de dezembro 1960).

Bombardi (2004) destaca a necessidade das famílias em possuírem determinada quantia de dinheiro posterior ao ato de tomar a posse, além da exigência de fixar residência em um período de até um ano, bem como produzir. Tal prazo se mostrava curto à medida que muitas famílias ainda dispunham de obrigações a serem cumpridas, como finalizar os contratos nos locais onde trabalhavam somado à necessidade de realizar as próprias colheitas (essas nos lotes adquiridos). Os trechos revelam algumas das dificuldades encontradas pelos camponeses, demonstrando que apesar de toda a ansiedade por parte das famílias esse processo ocorreu em etapas, sendo necessário enfrentar alguns obstáculos.

Ainda conforme a Legislação referente à Revisão Agrária, em seu Artigo 7º:

II - a segunda prestação no fim do segundo ano agrícola estabelecendo-se para os fins dêste dispositivo, que o ano agrícola se encerra no dia 31 de outubro

III - as demais prestações, até a última, no dia 31 de outubro dos anos subseqüentes.

§ 1.º - Do contrato de compromisso constarão:

a) um plano de exploração do lote, proposto pelo adquirente com assistência da Secretaria da Agricultura e por ela aprovado;

b) anuência para o adquirente apenhar safras, semoventes ou máquinas, em contratos de financiamento.

§ 2.º - As prestações serão acrescidas de juros, calculados à taxa de 6% (seis por cento) ao ano sôbre o saldo devedor.

§ 3.º - As prestações em atraso ficam sujeitas à multa de 10% (dez por cento) sôbre o respectivo valor.

§ 4.º - Vencidas e não pagas 2 (duas) prestações anuais consecutivas, considerar-se-á rescindido o contrato 30 (trinta) dias depois de constituído em mora o devedor, nos têrmos do Artigo 14 do Decreto-lei n. 58, de 10 de dezembro de 1937, perdendo, nesse caso o adquirente, as importâncias pagas e as benfeitorias feitas, consideradas estas desde logo incorporadas ao imóvel.

(Legislação do Estado de São Paulo, Lei N. 5.994/60).

Ou seja, conforme a Lei, a primeira prestação deveria ser paga no ato do recebimento do título provisório, além disso, após o vencimento de duas prestações sem o devido pagamento a família era obrigada a deixar o lote. Assim, a chegada ao lote ocorreu em meio a muitos desafios, principalmente nos anos iniciais para que pudessem se estabelecer e formar o sítio junto à necessidade de quitar as prestações. (BOMBARDI, 2004).

Ainda conforme a Legislação: “Artigo 6.º - A fixação do preço de venda dos lotes deverá atender ao valor da desapropriação, acrescido de todas as despesas com as benfeitorias e melhoramentos realizados pelo Estado.” (LEGISLAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO, LEI N. 5.994/60).

O que significa que no total do valor pago estavam inclusos a casa, o lote, o fogão a gás, a pocilga, o poço, etc. A autora salienta que muitas famílias não conseguiram permanecer no lote devido às exigências da Lei levando à transferência do contrato de compromisso para outras famílias. Aproximadamente 29 famílias então transferiram os contratos, desse total, cerca de 22 lotes eram de famílias camponesas. (BOMBARDI, 2004).

Em uma das entrevistas colhidas em campo, a autora destaca a fala de sua interlocutora, na qual ficam evidentes as dificuldades encontradas durante esse processo, evidenciando também a necessidade desses em encontrar meios de cumprir as exigências.

Quando minha interlocutora diz que “eles queriam que mudasse aqui” ela está se referindo ao Estado, ou seja, à Legislação que assim determinava, uma determinação incompatível com a realidade vivida pelos camponeses que, apesar do grande desejo de virem rapidamente tomar posse de seu lote, precisaram encontrar mecanismos, de forma a não perderem o direito de posse. (BOMBARDI, 2004, p.141).

Importantes elementos aparecem nas falas dos entrevistados, a busca por melhores condições de vida se mostra um dos principais desejos dessas famílias, ao passo que essa expectativa em alguns casos era superada, mesmo mediante as dificuldades encontradas, como algumas expostas anteriormente:

A vinda para o lote foi marcada pela expectativa de uma vida melhor. A estrutura “material” das casas, nos lotes, de fato era muito superior àquela que tinham acesso nas fazendas e esta diferença era percebida com grande satisfação. (BOMBARDI, 2004, p. 142).  
A mudança de local significava a possibilidade de forjarem o próprio sítio, de propiciar, através do trabalho, uma vida melhor e mais farta para a família. (BOMBARDI, 2004, p. 144).

Nas citações acima nota-se a importância dos lotes para essas famílias. Para tais era uma chance de vida melhor, a possibilidade de produzirem em suas próprias terras de acordo com seus conhecimentos, suas intencionalidades. Garantindo uma vida mais farta e também autonomia ao camponês, esse, único dono da produção e dos meios de produção. (BOMBARDI, 2004).

Quando as famílias foram chegando em seus lotes, nem toda a estrutura física estava terminada. Muitos poços ainda não tinham água ou não estavam terminados, não havia linha de ônibus nas proximidades, também ainda não havia energia elétrica.

(...)

As famílias foram chegando em seus lotes e encontrando as casas já edificadas (quase prontas), com forma e local pré-determinados por aquilo que o Estado, através de sua assessoria técnica, julgava adequado. (BOMBARDI, 2004, p. 144).

Ou seja, a estrutura encontrada pelas famílias ao chegar não estava totalmente finalizada, embora, conforme a autora, o governo tenha realizado em 1961 e 1962, obras como derrubada de cafezais, marcação das curvas de nível, demarcação de lotes (sendo que o tamanho dos mesmos variou entre 3,64 a 23,34 hectares), além da construção de casas e até mesmo do núcleo.

Além do desafio de produzir, as famílias encontraram também desafios em relação à própria estrutura como dito anteriormente, necessitando criar mecanismos e ferramentas que possibilitassem a vivência nesses novos espaços, a efetiva apropriação. Sendo assim, as famílias passaram a imprimir em seus lotes suas “características”, expressando no espaço particularidades, concepções e até mesmo as próprias “singularidades”. Destaca-se a construção da unidade territorial a partir dessa expressão do modo de vida no espaço, dessas novas configurações. (BOMBARDI, 2004):

O lote, palavra utilizada pelo Estado para definir as pequenas propriedades do Núcleo Agrário Capivari, passou a deixar de ser lote e torna-se sítio, à medida que as famílias foram chegando, cultivando-o e chamando-o de sítio, numa perspectiva de que esse processo se deu a partir da transformação que nele fizeram através do trabalho da família, ou seja, o trabalho de “formar” um sítio: o trabalho de transformação do território. (BOMBARDI, 2004, p. 148).

Nesse trecho mais uma vez é revelada a importância do trabalho, na perspectiva do trabalho camponês o trabalho familiar, pois a posse dos lotes conferia às famílias total autonomia, ou seja, o controle total sobre o processo de trabalho. Ressalta-se a seguir a importância cultural existente nos conhecimentos camponeses, os gêneros a ser ou não plantados, pois as técnicas de cultivos são heranças culturais que refletem na produção (BOMBARDI, 2004):

O sítio não é uma fração de território “neutra”, digamos assim; o que se planta e como se planta, onde se planta e não se planta, são questões definidas por aquilo que estou chamando de influências culturais, ou seja, há padrões e tabus de cultivos e técnicas que os camponeses herdaram e também desenvolvem ao longo das gerações. (BOMBARDI, 2004, p. 150).

Logo, esse conhecimento de origem cultural influencia diretamente na produção, sendo presente até mesmo nas experiências anteriores dos camponeses. Que desse modo imprimem no “Núcleo Agrário Capivari” aquilo que já fazia parte de suas concepções e modos de trabalho, frutos das heranças culturais, ou seja, os padrões de conhecimento são expressos nas produções. (BOMBARDI, 2004).

A partir investigação de Bombardi, fica clara a busca das famílias em trabalhar com os gêneros os quais já possuíam experiência durante os primeiros anos:

a primeira é que mesmo a escolha do lote era feita em função da possibilidade de continuar o cultivo que já faziam na fazenda com os instrumentos que já possuíam; a segunda é o fato dos parentes fazerem o mesmo tipo de cultivo” que nos primeiros anos do Bairro os cultivos realizados eram aqueles os quais as famílias já estavam habituadas anteriormente. (BOMBARDI, 2004, p. 154).

Ainda conforme a autora, em relação à escolha dos gêneros, o tipo de cultivo, como o do figo em muitas dessas propriedades está relacionada à origem dos imigrantes e do fruto, ambos mediterrâneos.

A escolha dos cultivos está associada às influências culturais dos grupos que os introduzem, mas não apenas a elas, até porque várias famílias que viveram para o Bairro, também de origem italiana, não conheciam estes cultivos: as famílias que cresceram nas fazendas decadentes de café, próximas à Fazenda Capivari, ou nela própria. O que isto significa é que no interior da grande propriedade a relação social estabelecida é uma, e nos sítios, é outra. Foi nos sítios que surgiu a possibilidade do cultivo de frutas, e não na grande fazenda. Os cultivos revelam, portanto, antes de mais nada, uma relação social. (BOMBARDI, 2004, p. 157).

O parágrafo acima mais uma vez denota a autonomia das famílias camponesas em relação ao cultivo, a autonomia total no processo de trabalho. Para, além disso, fica claro que a escolha do cultivo não diz respeito apenas a influencia cultural, mas a demais fatores como os físicos e biológicos, as técnicas e a articulação entre eles. (BOMBARDI, 2004).

A despeito dessas escolhas, muitas vezes cabe ao pai, tomado como “chefe” da família, sendo uma autoridade reconhecida e respeitada pelos demais membros. Assim, todo o processo de trabalho, desde a idealização à execução, passando pelas técnicas, ou seja, todas as decisões bem como conhecimentos estão presentes na figura do “chefe” de família, o qual comanda o trabalho familiar. Esse conhecimento é transmitido aos filhos, sendo que estes assumem o posto do pai quando o mesmo já não possui mais condições principalmente físicas e mentais de realizar o trabalho. Esse processo de transmissão se dá ao longo dos anos, pois desde crianças já lidam com a terra, aprendendo as técnicas de cultivo e o manejo do solo. Aprendem também aspectos relativos a “vida fora do campo”, ao mundo exterior. (BOMBARDI, 2004).

No tocante à produção camponesa cabe lembrar que visa a sobrevivência das famílias:

Isso significa dizer que o limite da produção camponesa é sempre sua sobrevivência. Enquanto a família sobrevive adquirindo as mercadorias de que tem necessidade por meio da venda de suas próprias mercadorias, ela continua produzindo, ainda que a sua remuneração possa ser baixíssima e o camponês tenha prejuízos por anos subsequentes. Ou pode ainda ocorrer o contrário, pode ser que a família camponesa enriqueça, ou que sua situação financeira fique estabilizada. (BOMBARDI, 2004, p. 160).

As mercadorias produzidas no campo tomadas como excedente são comercializadas com o objetivo de comprar novas mercadorias que permitam a reprodução da família, além disso, parte da produção é consumida pela família do produtor, como forma de subsistência imediata. (OLIVEIRA, 2007).

Muitas famílias vivem, portanto, com uma limitação em seus recursos, como citado anteriormente para pagar a entrada bem como as prestações do lote, diversas famílias não possuidoras de recursos tiveram que buscar meios para arcar com as exigências do Governo. Bombardi (2004) destaca que durante as entrevistas, em muitos casos houve uma ajuda financeira oriunda de parentes próximos, venda de animais criados pelas famílias e/ou instrumentos de trabalho que dispunham, ou até mesmo, dos recursos gerados pela última colheita.

Destacam-se duas estratégias utilizadas pelas famílias que auxiliaram na permanência. A primeira diz respeito à mobilidade em se pagar o armazém onde compravam gêneros e produtos necessários à sobrevivência conforme a possibilidade, comprando muitas vezes “a fiado”. (BOMBARDI, 2004).

(...) a segunda, era a exploração dos recursos naturais do próprio lote. Muitas famílias, em épocas de dificuldade financeira, passaram a extrair areia ou barro do próprio lote para sobreviver, a areia para a construção e o barro para as olarias de Campinas. (BOMBARDI, 2004, p.170).

Dessa forma, fica claro como esses mecanismos contribuíram para a permanência nos lotes, o acesso aos recursos naturais seja do próprio lote ou do rio, contribuiu para que as demandas das famílias fossem supridas. Somado a isso, práticas como empréstimo de dinheiro com os vizinhos sem a taxa de juros, ajuda

mútua, colaboração da família, foram essenciais para promover a “fixação e permanência”. (BOMBARDI, 2004).

## 2.1 O CAPITAL NA APROPRIAÇÃO DA RENDA DA TERRA CAMPONESA

De acordo com Bombardi (2004), em sua reprodução, o camponês encontra diversas dificuldades, além da instabilidade climática, o que pode acarretar muitas vezes a perda de uma safra toda, há também a apropriação da renda camponesa pelo capital.

A partir das falas de um dos entrevistados, a autora ressalta a plena consciência dos camponeses a respeito do processo o qual fazem parte, pois estes dependem de mercadorias bem como insumos industriais cujos preços estão atrelados às variações do dólar. Embora o preço da mercadoria produzida por estes camponeses esteja relacionado à oferta e procura, logo, conforme a quantidade de mercadoria disponível no mercado se dará o preço (e conseqüentemente o quanto o camponês receberá), muitas vezes o valor obtido nas vendas resulta em um valor inferior a aquele que foi gasto na produção das mesmas. (BOMBARDI, 2004).

Em uma das falas de campo, colhida por Bombardi de um morador, o mesmo se diz “escravo”, uma vez que este se encontra subordinado ao capital industrial, não enxergando formas de se opor a isso. Para ele essa subordinação é chamada de exploração.

Ainda sobre a forma como estes camponeses enxergam o contexto ao qual estão inseridos, é destacado o papel e a importância atribuída ao Governo, sendo tal muitas vezes visto como o responsável por intervir nesse processo e agir em prol dos camponeses, equilibrando assim as forças:

(...) É surpreendente a clareza que têm do jogo de forças que envolve o processo o qual estão submetidos. O Governo aparece aqui como única possibilidade de equilibrar as forças, mas o “povo da lavoura é o mais esquecido”. Entretanto, a indústria goza de um poder (concedido pelo Estado) que os agricultores não têm, o Governo lança mão de medidas que possibilitem a continuidade de plena venda da indústria automobilista, por exemplo. (BOMBARDI, 2004, p. 251).

Logo, a atuação do Estado é semelhante à do mercado, o Estado então protege os interesses do capital em sua reprodução, desfavorecendo assim aos camponeses, levando a um sentimento de completo abandono, à medida que atribuem ao Governo a responsabilidade de mediar seus interesses. No Brasil, portanto, o Estado não age de forma a impedir que haja a extorsão de renda no campesinato, pois o quadro existente no país é o oposto, o campesinato enfrenta não apenas o capital industrial, como também o comercial e financeiro. A renda da terra camponesa é então “sugada” de duas maneiras, primeiro no tocante à aquisição de ferramentas, insumos, embalagens, etc. (utilizados para a própria produção da mercadoria); já a segunda diz respeito à comercialização. Dessa forma, a renda é “sugada” respectivamente pelo capital industrial e comercial, embora o camponês não seja um trabalhador do capital, não seja assalariado. (BOMBARDI, 2004).

Como citado acima, essa apropriação da renda pelo capital industrial e comercial por meio da venda de suas mercadorias ao “atravessador”, seria inibida pelo Governo, que proporcionaria ao produtor a venda direta de seus produtos para o consumidor, impedindo assim que o capital comercial se apropriasse da renda. Sendo assim, para os camponeses o Estado se encontra ao lado do capital e para uma reforma “bem feita” caberia ao Estado fornecer meios que permitissem aos próprios produtores a venda de suas mercadorias. (BOMBARDI, 2004).

Outra forma de transferência da renda diz respeito aos empréstimos para a compra de herbicidas, mourões e adubos, o que resulta em uma apropriação da renda pelos bancos. Conforme a autora destaca principalmente após o Plano Real em 1994, a parcela de renda extraída pelo capital financeiro aumentou de tal forma que impossibilitou o pagamento do financiamento dos camponeses do Bairro por mais de um ano, levando a uma excessiva cobrança de juros. O empréstimo tornou-se então impraticável e várias famílias contraíram dívidas. Nos empréstimos de acordo com parâmetros normais e legais, parte da renda a terra cabe ao banco, todavia, foram notados procedimentos ilegais por parte dos bancos em relação à cobrança de juros, bem como multas indevidas conforme a legislação de crédito rural, levando a uma extrema dificuldade de quitação das dívidas ao longo dos anos. A autora ainda afirma que para o camponês estar em situação de endividamento é vergonhoso:

Para o camponês, estar endividado é sinônimo de vergonha. Por vezes, no trabalho de campo, eu sabia que estava conversando com uma pessoa que vivenciava essa situação, mas ela conversava comigo como se fosse um problema dos outros: “graças a Deus, está tudo bem”. Em geral, só depois de um convívio estreito é que eu tinha acesso a saber o que de fato estava ocorrendo. (BOMBARDI, 2004, p. 258).

Não obstante a isso, a situação de endividamento reflete também no plano simbólico, uma vez que o camponês se relaciona de forma pessoal com o gerente, não enxerga no mesmo a figura de uma instituição, sendo assim não enxerga no gerente uma possível intenção de prejudicá-lo. A confiança pessoal é uma característica do comportamento camponês que torna para o mesmo desagradável a dúvida no procedimento bancário. O camponês realiza uma “fusão” entre o gerente e a instituição, não consegue imaginar que o funcionário possa em algum momento querer prejudicá-lo mesmo quando há indícios que o procedimento do banco não é adequado. Como consequência, a figura do advogado só se torna presente quando a situação chega ao nível insustentável, uma vez que essa atitude resulta no conhecimento de uma situação tomada como vergonhosa pelo camponês por outras pessoas. A situação de endividamento como consequência impede muitas vezes que as famílias disponham de recursos para os cuidados com a lavoura, tornando necessário que a família encontre outros meios que possibilitem sua reprodução e posteriormente “cuidar” da terra da forma devida. (BOMBARDI, 2004).

Bombardi assinala em sua pesquisa que as principais empresas fabricantes de insumos são duas multinacionais alemãs, a Bayer e a Basf.

Isso significa que a renda da terra camponesa, do Bairro Reforma Agrária, é também apropriada pelo capital industrial das maiores multinacionais do mundo, que vão ao bairro por meio de seus técnicos para fazer demonstração da eficácia de seus produtos, aos quais os camponeses ficam então sujeitos, justamente pela necessária excelência do produto que devem entregar, de modo a obterem uma renda suficiente para a manutenção da família. (BOMBARDI, 2004, p. 264).

Ou seja, parte da renda cabe a multinacionais produtoras de alguns dos insumos químicos utilizados pelos produtores, novamente o capital industrial aparece. Ainda de acordo com a autora, a dependência desses insumos utilizados pelos camponeses é prejudicial de duas formas, em relação à extração da renda da terra e em relação à saúde, uma vez que há o risco de intoxicação caso ocorra

algum acidente. Desse modo os produtores se sentem pressionados a utilizar destes insumos para garantir uma “excelência” no produto:

Por outro lado, diminuir a qualidade de tratamento dada aos cultivos pode significar a entrada em um círculo vicioso em que se obtém menor colheita e qualidade inferior. O investimento em adubo visa obter a renda diferencial da terra por meio da melhoria do solo. Assim, conforme a situação financeira do camponês, esse investimento é maior ou menor. (BOMBARDI, 2004, p. 264).

Não obstante a isso, os produtores ainda enfrentam a situação de consignação, processo onde não há garantias de que a mercadoria será vendida a um preço considerado razoável. Para, além disso, ainda há uma relação conflituosa com o CEASA (Centrais de Abastecimento de Campinas S.A), pois os camponeses não conseguem vender diretamente, se sujeitando ao atravessador (que irá vender para os donos das chamadas pedras) e os intermediários. Sendo estes dois, a primeiro momento a mercadoria é vendida para o CEASA e em segundo momento comprada no CEASA para ser vendida em bancas. Já na época da colheita, quando surge a possibilidade de venderem diretamente ao consumidor se deparam com burocracias as quais não são bem vistas da perspectiva camponesa que valoriza a confiança. (BOMBARDI, 2004).

(...) Meu interlocutor afirma: “no cartaz lá é: Ceasa do Produtor”, mas do produtor num tem nada lá”, ou seja, o produtor está “completamente livre” para de debater com os preços determinados pela oferta e procura e não tem meios de comercializar, ele próprio, sua mercadoria, o que acarreta que a entregue em um sistema de “consignação” no qual não tem garantia alguma de que sua mercadoria será vendida a um preço minimamente razoável. Além disso, quando têm a possibilidade de vende-la, na época de sua colheita, estão sujeitos a uma enorme burocracia, que, de acordo com a visão de mundo camponesa, assentada na confiança estabelecida por meio da relação pessoal, é absolutamente inconveniente e desnecessária, além de onerosa. (BOMBARDI, 2004, p. 264-265).

Bombardi ainda salienta que os gastos para a produção não são poucos e muitas vezes não são cobertos pelo valor que ganham com a venda, os camponeses enfrentam diversas dificuldades para dar continuidade à produção de alimentos e reprodução da terra. Entretanto alguns possuem convicções acerca de soluções que pudessem ajudá-los, evitando assim que a renda seja apropriada pelo

capital comercial, tais como subsídios ou ainda limites de cultivo garantidos pelo Governo: “Ao mesmo tempo em que diz que é “burrão” revela conhecer os procedimentos em outros países, e sabe exatamente onde estão os gargalos à que sua renda está sujeita.” (BOMBARDI, 2004, p. 267).

Ainda em relação à situação de vulnerabilidade a qual se encontra, um dos entrevistados afirma que seus amigos que trabalham na cidade estão em melhor situação. Uma vez que podem contar além dos direitos trabalhistas com uma estabilidade da qual o camponês não pode desfrutar, pois este depende da sorte, não há uma certeza a respeito da renda da terra. Somado a isso o camponês também não conta com um auxílio do Governo, tal como subsídios ou até mesmo regulação do mercado. Não há garantia que os produtores terão uma aposentadoria tranquila como aqueles que trabalham na cidade. (BOMBARDI, 2004).

No final da fala, ele diz que os amigos que foram para a cidade estão melhores que ele, e, justamente por conta da análise da conjuntura que faz, vê que enquanto camponês não tem garantia de que terá a renda suficiente para sua família e, assim, precisa contar com a “sorte” o tempo todo. Do ponto de vista dos direitos trabalhistas, aos quais seus amigos têm acesso, percebe que não pode comparar com sua situação, pois não tem respaldo adequado garantido pelo Estado, não há para os camponeses subsídios ou qualquer regulação do mercado como em outros países, que pudesse ser comparável a uma aposentadoria confortável. Assim, quando ele fala que os colegas “escapou da roça”, na verdade eles escaparam da situação de vulnerabilidade, especialmente frente ao mercado, que ele vivencia. (BOMBARDI, 2004, p. 267).

Conforme Bombardi (2004), o que o produtor recebe não é suficiente para cobrir os gastos, sendo necessário “tirar do bolso” para dar continuidade à produção, em alguns casos, ao longo dos anos o valor é suficiente apenas para garantir a sobrevivência, o lucro não é bem visto aos olhos camponeses.

Ainda de acordo com a autora, nos momentos de dificuldade os camponeses buscam diversos meios para que a reprodução da família continue, a exemplo, através da exploração de uma habilidade (como citado o caso de uma família que começa a produzir embalagens). Outra forma bastante comum é a migração ou assalariamento realizado por um dos membros da família, a exemplo, casos de mulheres que procuram emprego na cidade (“trabalham pra fora”) visando auxiliar a família para que haja a possibilidade de assegurar o trabalho na terra do marido, permitindo assim a continuidade no trabalho camponês. Esse trabalho da mulher

não possui um tempo determinado, pode ocorrer durante meses ou anos, quando há possibilidade de reprodução no sítio e a situação está em melhores condições, a mulher volta então e abandona o emprego na cidade. De acordo, as mulheres destinam-se à cidade para trabalharem como empregadas domésticas ou até mesmo em empregos públicos (escolas, postos de saúde, etc.) visando à permanência da família na terra.

Novamente sobre o campesinato, vale ressaltar que o trabalho não visa o lucro e sim a sobrevivência na terra, a reprodução familiar. Sendo assim, em momentos adversos diferentes medidas são tomadas, mas todas com um único propósito, possibilitar a continuidade na terra:

O trabalho, para o campesinato, é mesclado com as outras instâncias da vida; não é um fim em si mesmo e não está concebido para a extração de lucro. Está fundamentado na reprodução da vida. A renda que advém do trabalho na terra é empregada na compra de mercadorias que ele necessita ou deseja. Assim, uma contabilidade “rigorosa” e “sistemática” está fora de suas necessidades e preocupações, pois, enquanto ele se reproduz em sua terra, lá permanece. (BOMBARDI, 2004, p. 270).

Caso essa situação de dificuldade perdure por anos, os filhos são encaminhados para a cidade, objetivando que através do estudo e da especialização consigam um salário razoável mesmo que se submetam à proletarização. Conforme o número de filhos da família se torna praticamente inevitável que alguns migrem, uma vez que a terra será insuficiente para que todos possam se reproduzir. O camponês busca forma de se “livrar” da subordinação da renda ao capital, pois segundo a autora muitos passam a se dedicar também ao comércio de frutas, buscando que o capital comercial não se aproprie de tal renda. (BOMBARDI, 2004).

Na intenção de “conseguir ganhar alguma coisinha” é que o camponês procura meios de comercializar sua produção, de tal forma que não esteja sujeito à extração de sua renda pelo capital comercial. Percebe-se, que ao falar em ganhar mais, meu interlocutor usa a expressão “alguma coisinha”; sempre utilizam o diminutivo quando se referem a ganhar dinheiro. O dinheiro em exagero, na lógica camponesa, é sinônimo de exploração ou ganância, palavra que tem uma conotação extremamente negativa, como que em oposição à generosidade que é desejável que tenham. (BOMBARDI, 2004, p. 272).

Objetivando fugir da extração da renda do capital comercial esses camponeses passaram então a comercializar frutas. Novamente, destaca-se a “fuga” do lucro por parte do camponês, pois o mesmo toma o lucro como exploração ou ganância, o oposto à generosidade presente em sua “cultura camponesa”. O trabalho na terra busca a reprodução da família, a reprodução da vida na terra.

Existem exemplos de famílias que se tornam pequenos capitalistas. Estas chegaram aos lotes com a produção já voltada às frutas e dirigiram alguns de seus membros para a comercialização, sendo assim, ao longo dos anos acabaram por tornar-se pequenos capitalistas. Porém, essa “escolha” não foi unânime, por motivos como a própria impossibilidade financeira ou até mesmo por motivos “simbólicos”, para alguns a total comercialização de seus produtos (a exclusividade) é contrária à lógica camponesa. (BOMBARDI, 2004).

Para a compra de um espaço destinado como a comercialização, como uma pedra no CEASA é necessário dispor de uma grande quantia de dinheiro. Famílias que optaram pela comercialização, como esclarecido anteriormente, já chegaram ao bairro produzindo frutas. Devido a uma maior extração de renda (através da produção de frutas), tornou-se possível a compra de caminhões utilizados para o transporte (impedindo assim que parte da renda fosse “sugada” no processo de transporte), permitido que com o tempo fosse possível a compra de uma dessas pedras no CEASA (BOMBARDI, 2004).

Algumas famílias conforme enriqueciam optavam pela aquisição de um caminhão. Essa medida contribuía também para evitar que um dos membros que possivelmente se destinaria à cidade continuasse na terra, através da realização de uma atividade não diretamente relacionada ao cultivo, mas necessária para a reprodução. Possuir um meio de transporte confere também um grau de liberdade/autonomia para os produtores no tocante à comercialização de suas mercadorias, diminuindo a parcela que seria extraída do trabalho camponês. (BOMBARDI, 2004).

De fato, a comercialização de seus produtos e a transformação de alguns sitiantes em pequenos capitalistas, pela via da comercialização dos produtos de outrem, faz com que haja no Bairro um processo de diferenciação social, indicado por meio da expressão “os fortes”. (BOMBARDI, 2004, p. 276).

Embora haja essa diferenciação social, os sitiantes denominados fortes (camponeses ricos ou ainda pequenos capitalistas) estão integrados ao bairro igualmente aos demais. No que diz respeito à socialização e convívio não há diferenças entre estes e os demais moradores. A reprodução das famílias “fortes” se dá através da aquisição de outras terras, pois há uma preferência por terras no Bairro Reforma Agrária para que seja perpetuada a “irmandade”. (BOMBARDI, 2004).

Esses são os sitiantes “fortes”. Ser sitiante “forte” é hoje sinônimo de ser sitiante, ou melhor, *situante* (com u), que parece ser ainda uma palavra mais expressiva do que sitiante, no sentido de indicar que a pessoa está bem “situada”. (BOMBARDI, 2004, p.277).

Ser situante significa então estar bem situado, dispor de uma boa condição e de certo conforto. A autora destaca que sendo sitiante forte ou não, as famílias moradoras do Bairro contam com um padrão de vida razoável a partir de parâmetros econômicos, dispondo de bens de consumo tais como na cidade (eletrodoméstico, carro, telefone, etc.), sendo observado em todos os sítios.

Até em relação ao padrão das casas nota-se essa questão, a casa dos sitiantes comumente são mais confortáveis e amplas se comparadas as dos meeiros. Conforme a família enriquece incrementa a casa, além de construir casa para os filhos nas terras dos pais. (BOMBARDI, 2004).

Sobre a forma como os moradores denominam suas terras:

Nota-se, que a adoção da palavra chácara, para o tipo de propriedade que possuem, foi feita de certa forma de “cima para baixo”, ou seja, os órgãos oficiais como o cartório, passaram a denominar chácara a propriedade camponesa que têm. Assim, ainda que contrariado, ele procura mostrar que a chácara seria o termo adequado para designar a propriedade (pequena, em geral bem menor do que a sua) que as pessoas da cidade têm no campo apenas para lazer. (BOMBARDI, 2004, p. 278).

Sendo assim, o emprego do termo chácara para designar a terra surgiu em órgãos oficiais e foi aceito (ainda que com algumas objeções) pelos moradores. No trecho acima, o morador demonstra a sua visão ao afirmar que para ele chácara é uma propriedade com um tamanho menor que a sua utilizada apenas para o lazer, como aquelas onde os moradores da cidade apenas desfrutam para atividade de

lazer, não há nelas o intuito de reprodução familiar, não se vem dela o sustento da família.

Devido ao emprego da palavra por parte do Estado para designar a área que (o morador possui), a palavra chácara torna-se comum no vocabulário camponês e, portanto, passa a ser utilizada pelos camponeses para se referirem a suas terras. Entretanto, é evidente que o morador distingue sítio de chácara utilizando uma relação social, no caso do sítio o proprietário trabalha diretamente em sua terra, pois “o termo sítio, permanece, portanto, largamente utilizado. Ele define um tipo de relação social, melhor diríamos, territorial: aquela em quem o camponês imprime livremente seu trabalho em sua propriedade. (BOMBARDI, 2004, p. 278).

Logo, a palavra sítio tem uma conotação “própria”, pois é utilizada no sentido de expor o trabalho livre do camponês em sua própria terra.

Em referência a uma definição utilizada por Müller (1946), Bombardi alega que:

(...) A definição que Müller traz para o sitiante aproxima-se bastante daquela que estamos chamando de camponês, que, em oposição ao grande proprietário (seja ele capitalista ou não), conduz a sua terra através do trabalho de sua família e, se necessário, lança mão de parceiros ou, eventualmente, de trabalhadores assalariados, de tal forma que consiga cultivá-la em sua plenitude e adquira as mercadorias de que necessita. (BOMBARDI, 2004, p. 279).

## 2.2 RELAÇÕES ENTRE O BAIRRO RURAL E AS UNIDADES CAMPONESAS

Como citado anteriormente, há uma busca dos camponeses de meios que evitem a subordinação da renda da terra ao capital, a exemplo, a comercialização de sua produção evitando, portanto, que parte da renda seja absorvida pelo capital comercial. Outras duas maneiras são: a produção de gêneros que garantam a renda de monopólio ou então inclusão de técnicas de cultivos que também possibilitem melhor auferir a renda; a segunda consiste na inserção de determinados cultivos que inviabilizem a apropriação pelo capital industrial. (BOMBARDI, 2004).

Vale ressaltar que até mesmo a escolha dos gêneros a ser cultivados bem como as técnicas utilizadas se faz mediante as relações existentes entre os camponeses, ou seja, através da “socialização” de informações entre tais. (BOMBARDI, 2004).

Bombardi afirma que:

(...) através do trabalho camponês na terra, se constitui um bairro rural, numa perspectiva que uma fração do território apropriada por meio de relações sociais não capitalistas adquire uma configuração particular, a qual chamamos de bairro rural. (BOMBARDI, 2004, p. 281).

A autora salienta que o Núcleo Agrário já havia se tornado um bairro rural na década de 70, através das relações estabelecidas entre seus moradores. Entretanto, ao visitar o Bairro diz ser nítido o contraste entre ambas as partes, a desapropriada e a não desapropriada, que se apresenta basicamente como um pasto.

Esse contraste é, na verdade um contraste entre frações do território diferentes, pois produzidas por relações sociais diferentes: o Bairro é ocupado no duplo sentido - por cultivos e pessoas. A própria concepção de ocupação da terra é diferente, faz parte da concepção camponesa o ocupar a terra. (BOMBARDI, 2004, p. 282).

Ou seja, a parte apropriada é duplamente ocupada, tanto pelos cultivos, assim como pelas pessoas que ali residem. Na perspectiva camponesa, ocupar a terra consiste em residir e ali produzir.

Outro importante aspecto ressaltado pela autora diz respeito às contradições do sistema capitalista, ao mesmo tempo em que o mesmo admite a reprodução de uma agricultura capitalista, permite também a de da agricultura camponesa. Sendo essa contradição expressa no espaço, configurando o território, ambas as frações se manifestam, portanto, no espaço, as de caráter capitalista e as de caráter camponês, denominadas unidades territoriais.

Ainda sobre o campesinato, esse não se configura apenas de acordo com as relações estabelecidas com o mercado, engloba também relações tais como parentesco e vizinhança. Estas ocorrem em um espaço, deste modo se territorializam, ou seja, expressam-se de forma a atribuir certa "homogeneidade" em um espaço. Ou seja, uma maneira própria de configuração no tocante a meio natural, conjunto de técnicas, família, etc., denominados determinações culturais ou até mesmo étnico culturais. No Estado de São Paulo, a estas unidades territoriais que se articulam a partir da relação entre unidades familiares denomina-se bairro rural. (BOMBARDI, 2004).

Em referência a Nice Lecoq Müller (1946: p. 142), Bombardi afirma:

Essa “unidade”, à qual se refere a autora, unidade territorial construída a partir de relações que os camponeses estabelecem entre si, dá um caráter específico ao bairro rural e é responsável pelo sentimento de “pertencimento” que têm os camponeses que dele fazem parte. Unidade e pertencimento são elementos centrais da definição do bairro rural. (BOMBARDI, 2004, p. 284).

Sendo assim, duas importantes características são encontradas na definição de bairro rural: a unidade e o pertencimento. A unidade consiste, portanto, nas relações existentes entre os próprios camponeses moradores do bairro, já o pertencimento consiste no sentimento de “fazer parte”, pertencer a tal bairro.

Logo, o bairro rural é a territorialização dos camponeses pautada em um trabalho familiar capaz de transformar o meio, abarcando também um conjunto de relações entre os moradores que resulta em particularidades, confere certa especificidade a tal território. A exemplo, o conjunto de técnicas utilizadas, os tamanhos dos sítios, ou seja, semelhanças que são partilhadas por essas unidades territoriais familiares (sítios). (BOMBARDI, 2004).

A autora compreende sitiante e camponês enquanto sinônimos, referindo-se a Müller<sup>2</sup>, destaca que a diferenciação existente entre fazendeiros e sitiantes não diz respeito ao tamanho das propriedades e sim as relações sociais que são estabelecidas na terra. Desse modo, no processo de construção do território os tipos de relações ali estabelecidas são essenciais para a formação/configuração do mesmo. Em referência a Antonio Candido (1987)<sup>3</sup>, Larissa alega que a base territorial está ligada as relações estabelecidas entre as famílias e o meio natural. Sendo assim, no bairro rural essas relações são diretamente ligadas ao espaço, tornando a base territorial um fator de extrema importância. Assim, o bairro vai além da simples soma dos sítios, consiste nas relações estabelecidas entre as unidades camponesas com os demais elementos do bairro, escola, centro comunitário, bar, etc. (BOMBARDI, 2004).

Portanto, compreende-se como bairro rural a articulação entre essas unidades territoriais familiares (sítios) em uma fração do território que é

---

<sup>2</sup> Müller, N.L. Tipo de sitiantes em algumas regiões do Estado de São Paulo. São Paulo 1946. Tese (Doutorado em Geografia Humana) apresentado à Cadeira de Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

<sup>3</sup> CANDIDO, A. Os parceiros do Rio Bonito. 7ª Edição. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1987.

completamente diferente daquela cujo capitalismo produz. Ainda sobre essas unidades familiares territoriais, as mesmas possuem dois elementos fundamentais em sua concepção: a liberdade e autonomia existentes no processo de produção, que permitem não apenas o controle do tempo (e trabalho), mas também do espaço. Logo, essa unidade expressa uma dupla ocupação, de cultivos e pessoas. (BOMBARDI, 2004).

Bombardi ressalta que:

É possível falar, portanto, em uma unidade/identidade geográfica, fruto da fração do território que é criado a partir do trabalho camponês, ou seja, se o território é entendido como o resultado da inter-relação entre tempo, espaço e relações sociais, e, se nesse caso, tempo e espaço são determinados por um tipo de relação que se fundamenta na lógica camponesa, então ele adquire um “aspecto”, uma configuração, que é a do bairro rural. (BOMBARDI, 2004, p. 286).

Tal identidade geográfica permite que os sítiantes se reconheçam a partir do modo de vida que levam, ou seja, através do trabalho camponês e das relações que são estabelecidas no território, configurando-o. Configura-se também uma identidade que não é pautada no tamanho da terra, mas sim no “meio de sobrevivência”, que por sua vez articula o tempo e o espaço, atribuindo um caráter diferente ao território, o de bairro rural (diferente a uma fração territorializada pelo capital).

Ainda conforme Bombardi:

Isso significa que, no caso do Bairro Reforma Agrária, ao construir uma fração do território camponesa, onde antes era um território capitalista, eles territorializam uma outra forma de vida, a da lógica camponesa. Assim, o lote se transforma em sítio e o assentamento em bairro rural. (BOMBARDI, 2004, p. 287).

A exemplo das relações que se articulam entre os moradores e a transmissão de informações, bem como técnicas de cultivos, a expansão do cultivo de fruta. Inicialmente as famílias empregaram nos lotes os gêneros os quais já estavam habituados a plantar. Poucas famílias possuíam plantações de frutas, mas ao avançar dos anos e, sobretudo, a partir da troca de informações outras famílias passaram a cultivar frutas. À medida que perceberiam que a produção destes possibilitaria um maior auferimento da terra, as famílias passaram a substituir seus

cultivos por plantações de figo e uva. Essa mudança no cultivo só se deu graças a essa relação “próxima” entre os sitiantes, que dividiam e compartilhavam informações, ensinando uns aos outros, característica essa do universo camponês. Ainda nesse universo, características como solidariedade, generosidade bem como a troca de favores são constantes. (BOMBARDI, 2004).

A plantação de goiaba expressa perfeitamente o que foi anteriormente citado, até a década de 70, o plantio de tal fruta era muito pouco presente no bairro, apenas 4 sítios cultivavam o fruto, entretanto, com o passar dos anos, tal cultivo se dispersou pelo bairro. As famílias japonesas são responsáveis pela iniciação desse cultivo no Bairro, o mesmo se ocorreu devido às relações dessas famílias com famílias também japonesas moradoras de um bairro rural vizinho, denominado Macuco. Esse cultivo se mostrou um mecanismo que permitia a renda de monopólio através da venda em uma época de entressafra. Utilizando-se da poda dos pés de goiaba ao longo do ano, junto à irrigação no período de seca ocorrendo durante abril a setembro, tornou-se possível a colheita em todos os meses. Logo, na época onde naturalmente se torna mais difícil colher a fruta e conseqüentemente há uma menor oferta dessa no mercado (no período do inverno), os sitiantes dispõem de goiabas, permitindo que haja um melhor preço-mais elevado para tais. Portanto, cabe aqui o exemplo da goiaba para demonstra que a introdução de novos cultivos nos sítios se dá através da transmissão pelos vizinhos, um ensina ao outro. (BOMBARDI, 2004).

A autora ainda alega:

Por proteção ao grupo étnico, demorou um certo tempo até que o cultivo da goiaba se disseminasse, houve uma certa resistência das famílias de origem japonesa em ensinar às outras as técnicas necessárias ao cultivo. Entretanto, quando a relação era estreita entre as famílias e outras de origem não japonesas, elas transmitiam seu conhecimento. (BOMBARDI, 2004, p. 290).

De acordo com a autora essa resistência pode ainda estar atrelada a uma proteção ao monopólio, de acordo com a autora, pois havia uma consciência que a medida que se essa transmissão de conhecimento da nova técnica japonesa para o cultivo da goiaba se expandisse pelo bairro, conseqüentemente o monopólio seria reduzido ou até mesmo desapareceria.

Para, além disso, cultivo e técnicas são introduzidos conforme se nota que “funcionou” com o vizinho. Ou seja, os demais sitiantes adotam tais cultivos ou

técnicas, sendo ensinados por esse “primeiro sitiante” que por sua vez aprendeu com um amigo de um bairro próximo ou até mesmo um parente. (BOMBARDI, 2004).

Ainda sobre a plantação de goiaba: “A possibilidade de auferir renda de monopólio através do cultivo da goiaba está associada à colheita no período de entressafra, o que só é obtido por meio da irrigação”. (BOMBARDI, 2004, p. 291) Outro importante fator na distribuição no espaço do cultivo dessa fruta é a existência de água (irrigação), ou seja, a proximidade dos sítios onde se dá a produção da mesma a rios ou córregos. (BOMBARDI, 2004).

Visando um maior auferimento da renda da terra, na produção de uva foi introduzida a técnica da poda verde, comumente a poda se realiza nos meses de inverno (julho e agosto). Mas alguns sítiantes através do contato com outros sítiantes de Itaci (Indaiatuba) começaram a realizar a poda no período do verão, permitindo assim que a colheita se inicie a partir de março. Devido à falta de disponibilidade da fruta no mercado, a mesma passa a ser vendida a um alto preço. Ou seja, o consumidor que deseja a uva em uma época a qual não é de sua safra, deve então pagar esse preço, gerando assim a renda do monopólio. Porém, a realização dessa poda implica na capacidade financeira da família. A realização da poda em uma época não considerada habitual pode resultar em doenças devido à ação da chuva. Logo, aumenta-se o gasto do camponês para tratar o cultivo, somado a isso, essas podas irão diminuir a “vida produtiva” das videiras. Tais técnicas visam à produção da fruta em épocas onde há pouca oferta dessas no mercado. (BOMBARDI, 2004).

Larissa alega que:

Se após o período do Natal a oferta de uva é grande no mercado, antes dele e durante o “período das festas” há grande procura por uva e baixa oferta, o que determina um preço mais elevado da fruta. Assim, essas técnicas são adotadas de modo que boa parte da colheita possa ser feita antes das festas. Vê-se que, para tanto, além da poda, um produto químico é utilizado, o cálcio, visando a colheita ser realizada mais cedo. (BOMBARDI, 2004, p. 293).

Ou seja, essas técnicas são empregadas, para que, sobretudo, no Natal, época onde comumente há uma grande procura por essas frutas (entretanto, conforme o calendário agrícola natural uma baixa produção) haja disponibilidade da mesma. Embora que em uma menor quantidade que a de sua safra e

consequentemente haja um maior preço por tal. Além disso, há o emprego do cálcio que auxilia a adiantar a colheita. Entretanto:

Para o cultivo do figo e da serigüela é utilizado um produto químico que tem a função de amadurecer as frutas em um curto espaço de tempo. O seu uso permite que a época da colheita seja pré-determinada e que todos os frutos não saiam ao mesmo tempo, ou seja, o processo natural em quem a produção de frutos se concentra em um curto período de tempo determinaria a necessidade de um excesso de mão-de-obra e um provável baixo preço das frutas. (BOMBARDI, 2004, p. 293).

Já para produção de figo bem como serigüela um produto químico capaz de amadurecer as frutas de forma mais rápida é emprego. Tal produto propicia que a colheita seja pré-determinada, ou seja, o camponês pode realizá-la conforme seu “próprio calendário”. Enquanto no processo ocorrido de forma natural, todos os frutos amadurecem em um mesmo curto período, exigindo que seja necessária uma grande quantidade de mão de obra, além de uma grande oferta no mercado e a redução no preço da fruta, através do uso do produto, essa colheita pode ocorrer ao longo de vários meses e consequentemente necessitando de uma menor quantidade de mão-de-obra. (BOMBARDI, 2004).

Em relação ao cultivo da serigüela, esse foi iniciado no bairro há cerca de 14 anos e a sua disseminação está vinculada a forma de impedir que o capital industrial se aproprie de parte da renda. A medida que para a sua produção não são necessários gastos com venenos, adubos ou produtos químicos. Logo nos primeiros anos em que se deu a produção da fruta, de fato não foram necessários gastos com insumos químicos, porém, conforme a mesma se expandiu pelo bairro, tal fato foi alterado. (BOMBARDI, 2004).

Evitar gasto com “veneno” no cultivo reduz de forma significativa a extração de parte da renda camponesa. Ainda que dependam de um produto químico para terem controle do processo de amadurecimento da fruta, esse gasto é muito menor do que o que se tem em qualquer dos demais cultivos de frutas que se faz no Bairro. (BOMBARDI, 2004, p. 296).

Não utilizar o veneno, significa reduzir a extração da renda. Embora ainda seja utilizado um produto que permita adiantar o amadurecimento, os gastos na produção dessa fruta continuam inferiores aos gastos na produção das demais.

A possibilidade de expansão e não expansão de certo gênero não está ligado apenas à renda, mas também à resistências culturais que podem atrasar ou impedir que determinado cultivo seja implantado. (BOMBARDI, 2004).

O processo de determinação da maior parte das frutas pelo mecanismo da oferta e procura é extremamente claro para os sítiantes. Eles têm a exata noção de que é possível auferir uma renda maior com determinado cultivo, quando a oferta no mercado é baixa. Assim, enxergam que, como aconteceu com a uva, a tendência é acontecer com a serigüela também, ela ainda “tem preço” porque sua oferta é pequena no mercado. (BOMBARDI, 2004, p. 296).

Os camponeses tem total conhecimento da regulação do preço pela oferta e procura, sendo assim, estão cientes que há possibilidade de uma maior auferimento da renda se há no mercado pouca oferta de determinado cultivo. Os mesmos também acreditam que a serigüela possui um “bom preço”, pois ainda há pouca disponibilidade desta no mercado. (BOMBARDI, 2004).

Em função da origem da fruta, escutei no trabalho de campo tratar-se a serigüela de uma fruta alcaíde, palavra que eu não conhecia e para qual encontrei o seguinte significado no dicionário: “De baixa qualidade ou categoria... mercadoria que não se vende... objeto velho, imprestável ou fora de moda...”, o que demonstra que do mesmo jeito que o italiano não tem “paciência para cuidar da goiaba”, não lhe é apropriado cultivar uma fruta nordestina, “alcaíde”, que é de lá daqueles “fundão”. Por paradoxal que seja o parente do sítiante que fez o teste de embalá-la e vendê-la, e a própria família que a introduziu no Bairro são [sic] de origem italiana, obviamente a opinião vai sendo alterada conforme percebem a possibilidade de auferir renda com o cultivo. (BOMBARDI, 2004, p. 297).

O parágrafo acima elucida bem a questão da resistência bem como da introdução do cultivo nos sítios. A família que iniciou o cultivo da serigüela no bairro era de origem italiana, embora apresentasse resistência a tal, conforme notou que a produção da mesma permitira auferir uma melhor renda da terra passou a cultivá-la.

A autora afirma que nos últimos anos, tem sido notada uma diminuição no cultivo de figo, o motivo para tal é a doença causada pela “mosca do figo”. Acredita-se que essa chegou ao bairro por meio de mudas do figo gigante que foram trazidas da Turquia por um grupo formado principalmente de agrônomos da Prefeitura de

Valinhos. Como alternativa para conter o inseto, os moradores buscaram ajuda da Casa da Agricultura e da empresa a qual adquirem produtos químicos (Bayer), além de experiências dos próprios moradores. As técnicas que foram consideradas eficazes foram espalhadas rapidamente pelo Bairro, como a existência de uma garrafa plástica contendo restos de frutas em estado de decomposição no meio da lavoura, objetivando atrair as moscas que entram através dos pequenos orifícios nas garradas e prende-las.

Nota-se no bairro uma grande homogeneidade no tocante ao que se cultiva e como se cultiva:

O bairro rural pode ser concebido como uma unidade territorial numa perspectiva de que ele adquire uma caracterização homogênea, funciona como um todo. Ou seja, as alterações que se processam em uma unidade camponesa, se bem sucedidas, vão se alastrando pelo bairro como um todo, de tal forma que, por meio das relações interpessoais, ao cabo de poucos anos seus cultivos predominantes se transformam. (BOMBARDI, 2004, p. 299).

O parágrafo acima elucida bem a questão do que é cultivado e como é cultivado, essa homogeneidade está ligada a estreita relação entre as famílias sitiantes. Assim, conforme um cultivo ou técnica se mostra bem sucedido, esse por meio da transmissão de conhecimento se alastra pelo bairro conferindo homogeneidade.

Ainda é destacado o fato que essa alteração no cultivo que ocorre no Bairro Reforma Agrária, sendo esse um bairro rural, onde os camponeses possuem a produção voltada quase que completamente a comercialização de sua produção:

Há aqui o entendimento de que seja o agricultor um produtor de mercadorias quase que exclusivamente voltadas para a comercialização ou, ao contrário, que se dedique quase que exclusivamente aos cultivos destinados à subsistência da família, ele é um camponês. Não é objetivo de sua produção que o define como camponês ou não, e sim a relação social que estabelece e, sem dúvida nenhuma, o universo moral que lhe é próprio e que está intrinsicamente associado a sua classe social. Portanto, o trabalhador familiar, o baixo ou inexistente emprego de mão-de-obra assalariada e o controle e autonomia sobre todo o processo de trabalho é que determinam a caracterização do campesinato. (BOMBARDI, 2004, p. 299).

Ou seja, para Bombardi, ainda que a produção do camponês seja praticamente exclusiva a comercialização, esse não deixa de ser um camponês. Características como a relação social que estabelece com os demais sítiantes, somado a existência de um universo moral que é próprio da sua classe e compartilhado com os demais sítiantes, o difere. Ou seja, o trabalho familiar, a baixa ou até mesmo “impraticável” utilização de mão-de-obra assalariada bem como elementos como a autonomia e o controle da produção conferem a esse produtor a caracterização de camponês.

A exemplo dessa relação tão próxima entre os sítiantes, é citado o caso no qual foi realizada uma procissão em prol da chuva, a medida que a falta dessa prejudicou boa parte das plantações. Existem outras memórias que são tomadas como “coletivas”, tais como viagens à Aparecida do Norte e Bom Jesus de Pirapora. (BOMBARDI, 2004).

A religiosidade é o pano de fundo da vida camponesa. Ela rege os padrões de conduta e chega mesmo a imprimir-se de tal forma que por vezes funciona até mesmo como uma ferramenta de que lançam mão nos momentos adversos, por meio de rezas, promessas e benzeduras. (BOMBARDI, 2004, p. 300).

Bombardi afirma que em bairros rurais a capela é onde se realizam os cultos religiosos, normalmente na área central do bairro. No Reforma Agrária, como inicialmente era um assentamento que acabou tornando-se um bairro rural, os cultos são realizados em um centro comunitário, onde também ocorrerem as festas, pois não existia uma Igreja. O Estado construiu um centro comunitário devido a existência de famílias japonesas no bairro adeptas ao budismo. Porém, com o decorrer dos anos, como a religião católica era maioria entre as famílias do bairro, essas buscaram transformar em Igreja o Centro. Como resultado, duas vezes por semana um pároco de Campinas realiza a missa no bairro, sendo que batizados e casamentos também são realizados ali.

A prática religiosa é um elemento de socialização no bairro rural, e o local privilegiado para que ela aconteça é a Igreja. Pude ver a fotografia das bodas de ouro de um casal que teve a missa celebrada nesse centro comunitário. Nas fotografias era possível observar que lá estavam presentes pessoas do bairro todo. Assim, o casamento, os batizados, as bodas, não são restritos ao círculo familiar, os

vizinhos também tomam parte nessas celebrações. (BOMBARDI, 2004, p. 300).

Logo, a religião se apresenta como mais um elo capaz de aproximar e unir as famílias, principalmente em ocasiões especiais como bodas, batizados e casamentos, onde os vizinhos comparecem e fazem parte.

Importante também ressaltar que qualquer sitiante do bairro é considerado vizinho, ou seja, um sitiante não precisa morar perto fisicamente um do outro para que seja considerado vizinho. Devido a importância atribuída às famílias a prática religiosa e a “busca” por um local adequado, tal centro comunitário se transformou praticamente em uma Igreja. (BOMBARDI, 2004).

A partir de fala de moradores, Bombardi atenta ao fato de que conflitos também ocorrem no bairro:

Das duas falas imediatamente anteriores, percebemos sutilmente que o Bairro é também um local de conflitos, ou seja, esta unidade territorial também se faz por meio das contradições e oposições que se expressam nas opiniões das pessoas, as palavras utilizadas são significativas nesse sentido, revelam ao mesmo tempo a unidade e o conflito: “*a turma não é unida*”, não é unidade, mas é chamada turma. (BOMBARDI, 2004, p. 302).

Devido a religião católica ser a dominante no bairro e a transformação do centro em Igreja, as festas que ocorreram na mesma mobiliza o bairro todo e é também responsável por permitir um convívio mais estreito entre as famílias que se mobilizam em prol das festas. (BOMBARDI, 2004).

As relações sociais no bairro rural não se “dão no ar”, elas têm os locais privilegiados para acontecer, e estão baseadas nas práticas e ações cotidianas que dão sustentação à vida camponesa. Não só a Igreja é o ponto da aglutinação do convívio social, como também o bar, a escola e o clube (...) (BOMBARDI, 2004, p. 302).

Essas relações sociais se realizam em determinados locais como o bar, a escola, o clube. São esses locais que estão presentes no cotidiano dessas famílias, lugares que estão relacionados às práticas que permitem a realização bem como sustentação de uma vida camponesa.

Outro importante ambiente que faz parte do cotidiano das famílias é a escola. Local onde não só jovens e crianças participam, mas também as próprias

famílias que se relacionam entre si e se articulam, seja através da APM (Associação de Pais e Mestres), a atividades como cortar o mato ao redor do prédio da escola ou a Festa Junina. Tal festa possui um grande envolvimento dos moradores, desde os pais dos alunos aos demais moradores que se articulam nas mais diversas atividades, seja em trabalhos anteriores ou durante a festa. (BOMBARDI, 2004).

A partir da fala de uma moradora, Bombardi atenta ao fato da existência de festas com ampla participação dos moradores, sendo essa um exemplo da expressão dessa relação íntima entre os moradores, vizinhos e parentes. Outro importante aspecto destacado diz respeito à nostalgia, as lembranças saudosas de um passado que se acredita ser melhor que o presente.

Realmente a expansão das religiões protestantes trazidas principalmente pelos meeiros (que os sitiante também estão tomando parte), diminuiu a participação das festas realizadas pela Igreja ou para a Igreja. Entretanto, as festas realizadas na escola acabam por caracterizar como uma maneira encontrada no Bairro para que todas as pessoas, independentemente da religião, participem. (BOMBARDI, 2004, p. 305).

Logo, conforme ocorreu uma expansão das religiões protestante e conseqüentemente uma diminuição na participação de algumas famílias em festas religiosas, as festas promovidas pela escola surgem como uma oportunidade de integrar um maior número possível de famílias, não importando a qual religião pertença.

Já o bar, é marcado e tomado como um ambiente onde ocorre a socialização masculina. Nos finais de semana a “demanda” é maior, pois os homens se encontram seja para beber, jogar ou apenas conversar. O primeiro bar surgiu em um lote próximo a um campo de bocha, o segundo também se localizava próximo a um campo de bocha, além de estar próximo ao clube (centro comunitário). Já o terceiro, se encontra perto de uma quadra de futebol. Pode-se observar que há uma estratégia na localização dos bares, esses sempre se encontram próximos a quadras, áreas que permitam que sejam realizados jogos, além de estarem em áreas centrais. (BOMBARDI, 2004).

Ainda sobre a existência desses bares, a autora ressalta a posição estratégica dos mesmos que estão próximos a locais onde a maior parte dos sitiante passa. O primeiro se encontra no cruzamento central do Bairro Reforma

Agrária, sendo nesse ponto o local onde as estradas se encontram e direcionam em três sentidos; a localização do bar ainda permite avistar todos que circulam pela estrada.

Existe uma forte inter-relação entre os sitiantes, logo, todas as famílias sabem o que se passa na vida das demais, assim como os eventos que por mais pessoais que sejam acabam sendo de conhecimento de todos. (BOMBARDI, 2004).

Os sítios os quais se diferenciam no tocante a “forma de uso” não são considerados pertencentes ao Reforma Agrária.

É muito significativo dizer que esses lotes “não são mais Reforma Agrária”. Só pertencem ao Bairro Reforma Agrária, ao bairro rural, quando ainda são sítios. Assim, mesmo estando dentro do espaço físico do bairro, não são considerados como sendo do mesmo. (BOMBARDI, 2004, p. 306).

Há, portanto, uma segregação, a partir da forma como esses lotes são “ocupados”. Não basta pertencer fisicamente ao bairro, pois conforme Bombardi (2004) é necessário que seja travada uma rede de relações com os demais sitiantes para que seja considerado como um deles.

Há uma intensa teia de relações travada no bairro entre os sítios, além da relação da vizinhança. Paralelamente à relação de vizinhança há a relação de parentesco (muitas vezes são mescladas) seja por laços sanguíneos, seja por meio dos casamentos entre as pessoas do próprio bairro – às vezes com os próprios parentes. Essa teia foi tecida desde a formação do Bairro e continua a ser tecida até hoje. (BOMBARDI, 2004, p. 306).

Embora já haja relações de vizinhanças entre os vizinhos, essas relações podem se tornar ainda mais estreitas de acordo com graus de parentescos, sendo esses conseguidos através de casamentos entre indivíduos de famílias de sitiantes ou de laços sanguíneos.

Tais casamentos ocorrem não apenas entre sitiantes e pessoas “de fora do bairro”, como também entre meeiros e sitiantes. Essas uniões provam que uma diferenciação social não se mostra como um obstáculo, acontecendo, portanto, nas famílias camponesas não importando se são ricas ou não. (BOMBARDI, 2004).

### **2.2.1 Relações de trabalho no Bairro Reforma Agrária**

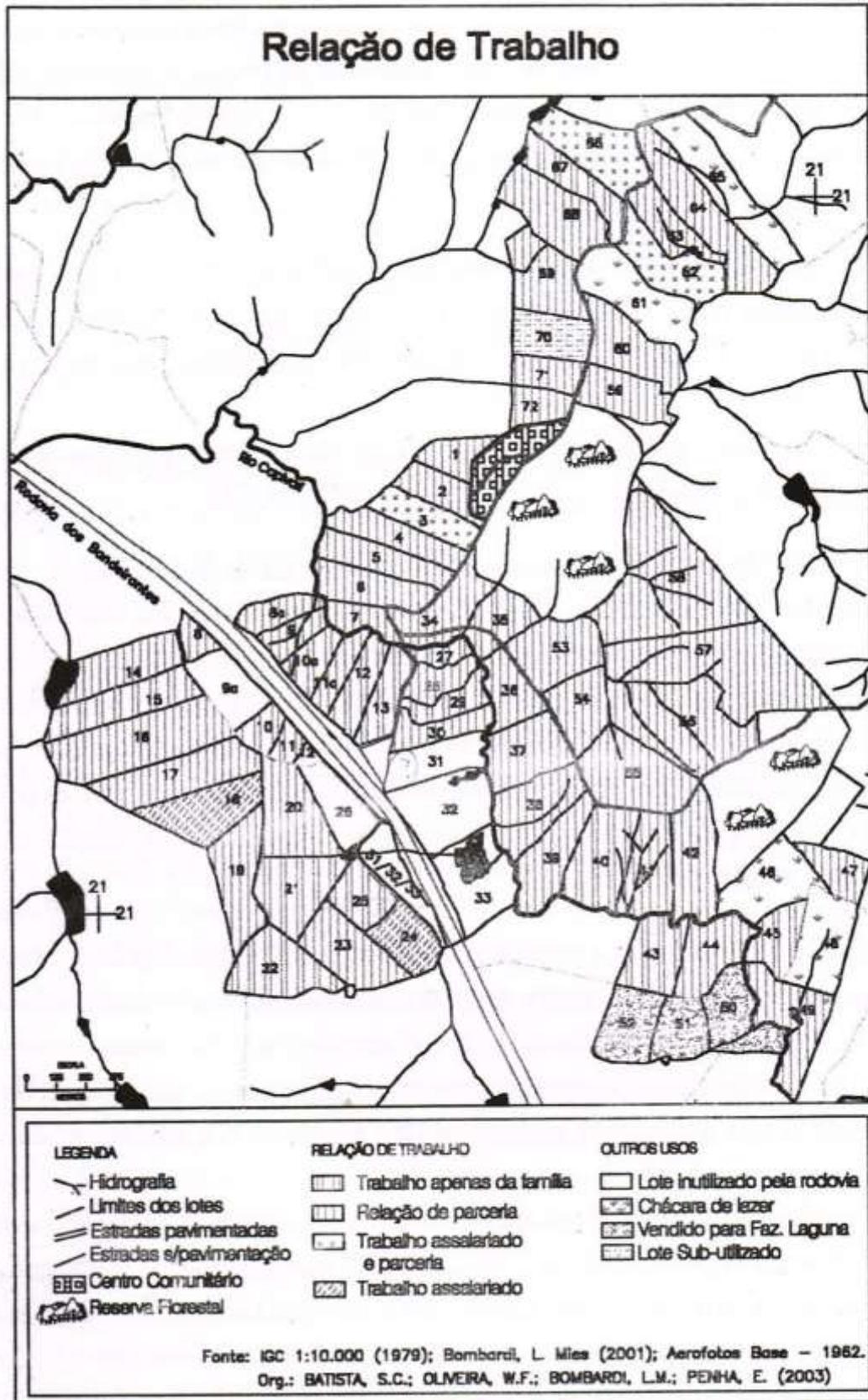
Para além do trabalho familiar, quando se é necessária uma mão-de-obra a mais recorre-se comumente à parceira. Entretanto, a estrutura familiar é decisória para o emprego ou não de terceiros. Caso seja necessário o emprego de terceiros, os camponeses possuem algumas “alternativas”. (BOMBARDI, 2004).

É recorrente no campesinato a prática de ajuda mútua entre os vizinhos, de sorte que nenhuma família perca, por exemplo, a sua colheita, ou deixe de fazer um trabalho essencial justamente por falta de quem o faça. Mas essa não é a única forma de resolver o problema de mão-de-obra; para complementar a necessidade de trabalho da família lançam mão de outros trabalhadores, em geral, parceiros (meeiros) com os quais dividem, em troca do uso de suas terras, metade dos custos e metade dos ganhos com a produção. Essa é a relação de trabalho predominante no Bairro Reforma Agrária. (BOMBARDI, 2004, p. 309).

Uma das alternativas é, portanto, a ajuda mútua, onde ambas as famílias são ajudadas e se ajudam. Outra alternativa diz respeito ao emprego de meeiros, esses parceiros na produção dos cultivos, sendo assim, a partir do fornecimento do uso da terra por parte dos sitiante, parte dos ganhos com a produção e dos custos com a mesma é dividida entre meeiro e sitiante, tal forma é a mais comum no Bairro.

O trabalho familiar é a principal característica da produção camponesa. Sendo assim, a partir dessa característica as famílias articulam outras relações de trabalho, tais como o trabalho assalariado, as parcerias ou a ajuda mútua. Entretanto, essas alternativas só surgem mediante a uma articulação com o essencial e fundamental trabalho familiar. (BOMBARDI, 2004).

Larissa mapeou estas relações de trabalho existentes no Bairro Reforma agrária, evidenciando o sistema de parceria, o trabalho familiar e o assalariado (Mapa 2).



Mapa 2. Relações de trabalho no Bairro Reforma Agrária. Org. BATISTA, S.C.; OLIVEIRA, W.F.; BOMBARDI, L. M.; PENHA, E. (2003). In: O Bairro Reforma Agrária e o Processo de territorialização camponesa. São Paulo: Annablume, 2004.

É possível nota que a maior parte das famílias pratica o trabalho de parceria, seguido pela parcela de famílias que utilizam do trabalho familiar. Identifica-se também uma pequena parcela de lotes nos quais havia o trabalho assalariado, assim como uma mínima parcela que contava com o trabalho assalariado junto a parceria.

Já quando a família não consegue complementar totalmente a sua necessidade de trabalho, ela pode ser complementada pela ajuda mútua entre os camponeses. Essa prática aparece no seio da produção camponesa sob várias formas; a mais comum é o mutirão, mas pode aparecer também como troca de dias de trabalho entre os camponeses. A ajuda mútua é a solução encontrada pelos camponeses para complementar o trabalho que a família não conseguiu realizar pois, em geral, seus rendimentos monetários não permitem pagar trabalhadores continuamente. (OLIVEIRA, 1991, p. 56 *apud* BOMBARDI, 2004, p. 309-310).

Bombardi (2004) afirma que notou que a relação de parceria se disseminou conforme também se disseminou o cultivo de frutas, uma vez que para o cultivo das mesmas torna-se necessário um maior número de “braços” para além daqueles pertencentes às famílias.

A relação de parceira, a meação, no Bairro Reforma Agrária é largamente empregada; camponeses sem terra pagam pelo uso da mesma através de renda em produto. Ao final da colheita, o “patrão divide” o ganho pela metade e subtrai desta os gastos que teve com insumos e eventuais “fornecimentos” que tenha feito aos meeiros para que pudessem se reproduzir ao longo do ano agrícola. (...). (BOMBARDI, 2004, p. 312).

Para ilustrar a raríssima existência do trabalho assalariado nessas unidades camponesas, Larissa cita a dificuldade a qual uma pesquisadora da vertente da engenharia agrícola encontrou em levantar o valor do gasto com a mão de obra dos sítiantes no decorrer de um ano. Sendo assim, novamente ressalta a lógica camponesa totalmente avessa a lógica capitalista. O emprego de um terceiro na produção camponesa visa apenas complementar o trabalho já familiar, já no caráter capitalista o emprego da mão-de-obra visa a extração da mais-valia.

A relação estabelecida entre patrões e meeiros é avessa àquela da racionalidade capitalista, a relação de trabalho presente no sítio obviamente não é a relação capitalista, e isto em nenhum dos sentidos que ela comporta, ou seja, não está baseada na extração de

mais-valia e o contrato patrão-meeiro ou patrão-empregado, via de regra, é feito “de igual para igual”. (BOMBARDI, 2004, p. 313).

Entretanto, em alguns sítios, principalmente sítios os quais se dedicam praticamente de forma exclusiva a comercialização de frutas, tornando-se pequenos capitalistas, essa relação com os meeiros possuem uma conotação diferente, há o uso da palavra “empregado”. (BOMBARDI, 2004).

Através da fala de um dos entrevistados fica claro mais um quesito do universo camponês. O camponês em referencia ao vizinho, este um pequeno capitalista estranha a sua relação com o meeiro, pois essa está baseada em uma desigualdade vista como desumana. Para o camponês é estranha uma relação onde apenas ordens de trabalho são dadas sem que haja uma relação pessoal, sem que haja uma conservação ou preocupação com as demais instâncias da vida do outro. (BOMBARDI, 2004).

Grande parte dos meeiros do Bairro é vinda do Paraná, logo, são camponeses migrantes e inclusive alguns já foram proprietários de terra. Sobretudo, através de relações como o parentesco, ou seja, a partir desse compartilhamento de informações que vieram para o Bairro Reforma Agrária. Devido principalmente a disseminação de soja no Estado do Paraná, muitas famílias foram obrigadas a deixar as terras nas quais trabalhavam, principalmente no cultivo de café e demais gêneros utilizados na sobrevivência da família, para que fosse possível a implantação de uma cultura com um viés totalmente capitalista. A chegada ao Bairro está ligada a existência de uma possibilidade de se obter uma maior renda da terra mediante ao cultivo de frutas, abrindo portas também para que esses paranaenses eventualmente se tornem sítiantes. (BOMBARDI, 2004).

Conforme seus estudos, Larissa cita três casos de famílias paranaenses que chegaram com essa perspectiva e posteriormente se tornam proprietárias. Duas dessas famílias se tornam proprietárias dos sítios os quais trabalharam (uma em união ao proprietário de outro sítio, uma vez que dois de seus filhos se casaram com dois dos filhos do outro sítiante), já a terceira se tornou proprietária de um sítio de um bairro próximo ao Reforma Agrária. Larissa ainda afirma que é comum que meeiros comprem sítios em cidades mais distantes, a exemplo São Miguel Arcanjo, sítios para os quais se mudam e continuam com o cultivo de uva.

Vale ressaltar que:

Vê-se, dessa forma, que a expansão do capitalismo no campo não se dá de uma única forma. Ainda que os camponeses tenham migrado e deixado as terras que trabalhavam no Paraná, isso não significou a proletarização dessas famílias. Em alguns casos ocorreu exatamente o processo inverso: através da renda conseguida por meio do cultivo das frutas essas famílias tornaram-se proprietárias de terra, camponeses, portanto. (BOMBARDI, 2004, p. 317).

Ou seja, embora essas famílias tenham deixado as terras onde trabalhavam devido a uma expansão de um capitalismo agrícola, as mesmas continuaram com as produções em novas áreas, não se proletarizaram, ao contrário, adquiriram terras e deram continuidade a reprodução do trabalho camponês.

Devido a proximidade do Bairro as áreas periféricas de Campinas, este tem apresentado problemas como assalto e tráfico de drogas. Ao contrário do que ocorre nos bairros na cidade, os moradores lidam com esses problemas em conjunto. Através da figura do Padre (o que novamente ressalta o caráter religioso do universo simbólico dos camponeses), esses moradores se reúnem a fim de encontrarem soluções que impeçam a intensificação e a dispersão desses problemas pelo bairro. A exemplo, a autora cita que presenciou diversas reuniões entre 1999 e 2000, as famílias então formaram uma comissão que tinha por responsabilidade lidar com o problema, com o auxílio do padre a comissão se reuniu com o chefe de polícia e vereadores. Os vereadores compareceram ao bairro e firmaram compromisso de lidar e solucionar a situação. (BOMBARDI, 2004).

Sendo assim, de forma contrária ao que se dá nas periferias de grandes cidades, no Bairro Reforma Agrária os problemas são solucionados a partir do envolvimento da comunidade. Embora haja certa preocupação e medo de alguns componentes da família em fazer parte da Comissão por medo de retaliações, muitos a partir da análise da situação e do bairro acabam mudando de ideia.

Nota-se que o Bairro é pensado como um todo, as atitudes e decisões são tomadas em conjunto. Assim, ainda que enfrentando problemas típicos do meio urbano, a concepção que rege a vida é outra, as atitudes estão assentadas nos costumes tradicionais, mesmo a poucos quilômetros da metrópole. (BOMBARDI, 2004, p. 318).

Ou seja, embora perto da metrópole, os costumes, as concepções e as formas de lidar com os problemas em um bairro rural é totalmente diferente de um

bairro urbano. Há uma integração e articulação entre os moradores, graças às essas relações tão próximas típicas de um universo camponês.

Percebe-se que aquilo que define a constituição ou não de um bairro rural não é a relação que ele estabelece com o mercado, ou seja, como já foi discutido, o fato dos camponeses do Bairro Reforma Agrária produzirem gêneros quase que exclusivamente para a comercialização, e mais, a despeito de vivenciarem a proximidade com a metrópole, a sociabilidade camponesa é mantida e, por meio dela, o bairro rural se constitui e é a todo tempo reproduzido (...) (BOMBARDI, 2004, p. 319).

Ou seja, mesmo que a produção em alguns casos seja quase que totalmente direcionada a comercialização, isso não afeta a “estruturação” de um bairro rural, à medida que importantes elementos como a sociabilidade são mantidos, garantindo a reprodução desse bairro rural.

Larissa ainda afirma: “As práticas de ajuda mútua acontecem com frequência e são também responsáveis pela característica territorial homogênea que o bairro adquire por meio das relações estabelecidas entre as famílias”. (BOMBARDI, 2004, p. 319).

Conforme há um aumento na especialização da produção de frutas, além da presença de meeiros que complementam o trabalho familiar, os mutirões deixam de ser exercidos. Embora, haja uma constante troca de favores, principalmente no tocante ao empréstimo de instrumentos. Sendo assim, através das relações com os vizinhos, por meio da troca de informações e conhecimento com os demais sítiantes, cada família constitui seu sítio, sua unidade camponesa que faz parte da articulação de uma unidade territorial maior, o Bairro Rural Reforma Agrária. (BOMBARDI, 2004).

### 2.3 UNIDADE CAMPONESA: SUA ORDENAÇÃO TERRITORIAL

A autora Larissa Bombardi (2004) ressalta que estão presentes na formação de uma unidade camponesa diversos elementos, tais como: trabalho familiar, a prática de experiências advinda através dos anos, relações seja de parentesco e/ou vizinhança, autonomia no tocante ao espaço e tempo, produção voltada a sobrevivência da família, etc. Na expressão e configuração de cada sítio há uma materialização do modo de vida.

A autora ainda cita o orgulho dos camponeses no tocante ao trabalho, a autonomia e a respeito dos seus conhecimentos. Esse conhecimento dos camponeses contribui na formação dos sítios e por vezes há um orgulho de um conhecimento “maior” se comparado a “pessoas estudadas”.

Inicialmente essa formação está assentada em um nível abstrato, no campo das idealizações e desejos. Idealiza-se o que será cultivado, levando em consideração não apenas as próprias experiências, mas também as experiências dos vizinhos socializadas na lógica camponesa. Há, portanto, uma materialização desse conhecimento que é expresso desde os gêneros de cultivos a forma de organização dos sítios, tal conhecimento é adquirido através das gerações. Além de uma socialização com os vizinhos, que transmitem e compartilham suas experiências. Desse modo o bairro rural é definido pelas unidades camponesas ao mesmo tempo em que essas também o definem. (BOMBARDI, 2004).

O cultivo e a forma de se cultivar não levam em consideração apenas aspectos técnicos, há uma grande influência de aspectos culturais, sendo esses expressos em cada unidade.

Nesse sentido, aparece na representação que eles têm do próprio sítio a visão de mundo e o arcabouço de conhecimento que lhes direciona a vida. Assim, há uma estética do sítio, daquilo que é considerado bom, belo e sinônimo de trabalho realizado com dedicação e capricho. (BOMBARDI, 2004, p. 325).

Dessa forma o mato aparece como algo negativo, uma oposição ao trabalho humano empregado na terra. A eliminação do mato é uma das primeiras etapas na formação de cada sítio. O mato representa a natureza, sendo necessário o trabalho humano para transformá-la. Na visão camponesa um sítio onde a família realiza o trabalho de forma zelosa, caprichosa, não há a existência de mato. Tal presença deste demonstra certa incapacidade do pai ou de toda a família em lidar/domar a natureza. (BOMBARDI, 2004).

Os sitiantes, principalmente os que possuem origem italiana, indo de forma contrária a algumas técnicas agrônômicas, exterminam o mato. Um herbicida conhecido como mata-mato é bastante utilizado para tal finalidade, a medida que para seu uso é utilizada uma menor quantidade de braços e trabalho do que a retirada utilizando a enxada. Logo, o uso está diretamente ligado a força de trabalho existente no sítio, conforme a autora:

A ação de controlar a natureza é que caracteriza o início do trabalho camponês e o acompanha por todo o tempo. O controle do mato perdura por praticamente todo o ano agrícola. O trabalho aparece em oposição à natureza; sem sua transformação não há humanização (...) (BOMBARDI, 2004, p 327).

Sendo assim, o trabalho camponês está relacionado ao controle da natureza, sendo que essa deve ser humanizada através do trabalho das famílias.

Como abordado anteriormente a escolha do cultivo leva em consideração diversos fatores, tais como a experiência prévia da família ou a troca de conhecimento/informações com os vizinhos, essa característica é própria dos bairros rurais. Buscando a possibilidade de uma maior extração de renda da terra se “implanta” o cultivo de frutas. Já a implantação desses gêneros altera de forma significativa a configuração dos sítios. Como exemplo, se nos anos iniciais alguns sítios possuíam criação de porcos, a medida que se deu o cultivo de frutas essa criação se tornou impraticável. (BOMBARDI, 2004).

A criação de porcos e galinhas no sítio camponês costuma estar articulada aos demais cultivos, em especial ao milho. Com a especialização dessas famílias na produção de frutas, tornou-se inviável utilizar a terra para cultivar milho. A renda auferida com as frutas é suficientemente grande para que a terra seja utilizada com outro tipo de cultivo, exatamente em função do tamanho da propriedade. (BOMBARDI, 2004, p 328 - 329).

Ou seja, conforme se optou e se iniciou o cultivo de frutas, tornou-se impraticável a criação de porcos e galinhas, uma vez que há a necessidade também do cultivo de milho junto aos demais gêneros. Conforme a produção de frutas permitiu que fosse auferida uma maior renda, tornou-se praticamente desnecessário criar esses animais utilizando parte da terra para produzir milho.

Outros dois importantes aspectos foram ressaltados pela autora, o primeiro diz respeito a possibilidade das famílias adquirirem esses alimentos (porcos e galinhas) no mercado, graças a um melhor auferimento da renda da terra devido a plantação de frutas. O segundo diz respeito ao fato que várias vezes embora a família afirmasse não ter criação a mesma encontrava porcos e galinhas. Mas para os camponeses esses animais não apresentavam uma quantidade suficiente para que fossem tomados como criações. Em comparação a um passado um tanto

quanto recente, a quantidade desses animais nas unidades é mínima. (BOMBARDI, 2004).

Mais uma vez, a autora atenta para o fato que a escolha do cultivo possui dois fatores primordiais para sua determinação, o conhecimento a respeito da natureza, bem como o tamanho da propriedade. Sendo que o sitiante possui um profundo conhecimento sobre a natureza, compreende bem a forma como se articulam os elementos e os processos. A partir desse riquíssimo conhecimento sobre a movimentação da natureza, é que são determinados quais cultivos podem ser implantados nos diversos locais do lote. Como exemplo é tratado o caso de um sitiante que optou por cultivar goiaba e uva, sendo necessários alguns “ajustes”. Devido ao fato do sítio ser de um tamanho pequeno, seria adequado que a plantação de uva ocorresse na vertente do rio. Porém, o cultivo de goiaba necessita de água, logo, não seria possível plantá-la a uma grande distância do motor. Logo, foi necessária uma adaptação, conforme seus conhecimentos sobre a natureza, sabendo também como cada cultivo irá reagir conforme as características de seu sítio e de acordo com a disponibilidade e possibilidade que possui em relação a terra, o sitiante conclui que o melhor a se fazer é realizar o cultivo da goiaba próximo ao rio e a uva seja cultivada mesmo que sujeita a ação do vento, a medida que de forma contrária se tornaria inviável a produção da goiaba.

Devido ao tamanho pequeno das propriedades no Bairro Reforma Agrária, conforme é escolhido o gênero a ser cultivado pelo camponês, mesmo que sua propriedade não ofereça os recursos naturais mais adequados a essa produção, o camponês realiza, principalmente através de adaptações e adequações conforme o seu conhecimento sobre a natureza:

Por exemplo, mesmo que não possua a vertente ideal para o cultivo da uva, com relação à incidência do vento, desde que este fator não inviabilize por completo o cultivo, ele o insere em sua propriedade: “cê tem que plantar do lado que estragar mesmo, porque num tem jeito, né, porque é caída”. (BOMBARDI, 2004, p. 341).

Utilizando como exemplo o Lote número 4 (Chácara Santo Antônio de propriedade de Luís Antônio), Bombardi atenta para o fato de ser destacado o pelo camponês que a terra que não apresenta o cultivo é uma terra feia, terra bonita é aquela que possui uma plantação, aquela na qual há incorporação do trabalho humano. O interlocutor ainda explicita que parte da terra se encontra sem plantio por

motivo de herança, de acordo com a morte dos pais, o sítio necessita ser dividido entre todos os herdeiros (os filhos, de acordo a legislação), o que criou certo impasse. Conforme as práticas tradicionais camponesas, o direito da herança deve permitir a continuidade do trabalho na unidade. Sendo assim, geralmente a terra é destinada a um ou mais filhos que trabalhem na mesma. No Bairro Reforma Agrária, essa prática é possível graças à legislação que não permite que um ou até mesmo mais filhos não tenham acesso a herança. No exemplo tratado, quando os pais ainda se encontravam vivos, a renda da terra era apropriada por aqueles que trabalhavam na mesma. No caso da família possuir recursos o suficiente, essa situação por vezes conflitiva da herança é facilmente resolvida através da compra das partes cabíveis as mulheres. O processo de herança também contribui para a configuração do sítio.

No que diz respeito ao conhecimento da natureza, a autora afirma que seu interlocutor possui um profundo saber a respeito do solo, portanto, conhece fortemente as características do mesmo. Além de ser capaz de “julgar” os solos dos vizinhos e conhecer os de outras cidades próximas e de cidades a até mesmo quase duzentos quilômetros de distância.

Dessa forma, o sitiante Luís alega que devido a maciez da terra, mesmo que sendo podada no mesmo dia que em seu sítio, nos sítios cuja a terra “macia” a uva produz de forma mais rápida, sendo a colheita iniciada quinze ou vinte dias antes. Permitindo que o camponês aufera uma maior renda através do monopólio, pois terá a uva com uma vantagem de dias em relação aos demais. Possuindo assim a disponibilidade de uvas em datas anteriores as das festas.

Devido ao fato da terra em seu sítio ser dura, o camponês coloca areia nas covas, pois de acordo com o mesmo, há uma preferência da uva por uma terra mais macia. (BOMBARDI, 2004).

Ao plantar a uva em sua terra, que é dura, ele coloca areia na cova, pois, segundo ele, a uva “gosta mais de terra macia”. A palavra “gostar”, ao referirem-se aos cultivos, é recorrente entre os sitiante. Assim, falam também: “tem que por comida pra planta, ela gosta disso e não gosta daquilo”. Vão desenvolvendo as técnicas de acordo com aquilo que a planta “gosta”. (BOMBARDI, 2004, 343).

Ou seja, conforme se nota a preferência dos cultivos, as técnicas vão sendo aprimoradas, melhoradas, a fim de melhorar também a produção e produzir uma mercadoria com uma maior qualidade.

Para a produção da goiaba, a mesma só ocorre durante todo o ano graças a irrigação, a partir de uma fala colhida em campo, a autora ressalta que “para ter um tipo de goiaba tem que ser de 15 para cima”. Ou seja, 15 se refere ao número de frutas dentro da caixa, sendo que, quanto menos o número de frutas na embalagem, mais valiosa a fruta é. Goiabas grandes só são possíveis de ser obtidas através da irrigação, logo, a plantação de goiaba se realizava em locais próximos a água. (BOMBARDI, 2004).

A autora ainda salienta que pediu aos moradores que representassem em desenhos seus próprios sítios, dessa forma seria possível que o morador demonstrassem a visão que possui do seu próprio lote, determinando assim no papel, a configuração dos mesmos. A exemplo o sítio 29 (Chácara São Pedro), o sitiante que esboça a configuração de seu sítio, traça a seriguela na parte mais alta, como justificativa o fato que “ela gosta de terra mais dura”. Outro importante fator no tocante a escolha do local de cultivo diz respeito a disponibilidade de água. (BOMBARDI, 2004).

Ainda utilizando esse mesmo exemplo, há a existência de 32 pés de seriguela, de acordo com o produtor esse é um número bem considerável devido ao árduo processo no embalo, pois a fruta é bem pequena. Logo, 32 pés de seriguela é um número grande, devido a necessidade da mão de obra no processo do embalo. Bombardi salienta que o tamanho de cada cultivo existente na propriedade expressa também o “tamanho de braços da família”.

Ainda através deste exemplo fica claro como a ordenação territorial do sítio pode se alterar. Nesse caso, essa configuração se alterou devido ao cultivo da uva não garantir o mesmo nível de extração de terra que anteriormente. Tomada como uma saída se dá a produção de goiaba, a medida que essa produção ocorre durante todo o ano, possibilitando a renda que anteriormente era provinda apenas da produção de uva. (BOMBARDI, 2004).

Nota-se também que outros cultivos, como o chuchu e a serigüela, aparecem como uma forma de tentar driblar a opressão do mercado e dos preços dos insumos. Essa é uma maleabilidade possível aos camponeses. Assim, também em virtude das contingências externas,

a configuração interna do sítio muda: se antes a uva era suficiente pra sustentar a família o ano todo, então o sítio todinho era cultivado com ela; se hoje o preço está baixo, então são introduzidos novos cultivos, a goiaba e o chuchu, que produzem o ano inteiro. (BOMBARDI, 2004, p. 348).

O parágrafo acima elucida essa busca camponesa por uma maior extração da renda da terra, se anteriormente o cultivo de uva permitia uma boa extração e já não é mais capaz de permitir, busca-se alternativa. A exemplo, a produção de goiaba e também de chuchu e seriguela, sendo que tais cultivos surgem como mecanismos de “driblar o mercado” e até mesmo os preços dos insumos. Logo, torna-se claro como “fatores externos” podem interferir na configuração do sítio. Se antes determinado gênero permitia uma boa extração, em todo o sítio se realizava o plantio, e na atualidade esse gênero não permite que haja o sustento das famílias, faz-se necessário introduzir novos gêneros.

Fica evidente como o camponês busca evitar ao máximo que sua renda seja apropriada pelo capital industrial (por meio da compra de insumos), resultando muitas vezes em uma nova configuração para seu sítio. O camponês conta com dois importantes aspectos, a maleabilidade e autonomia para tal, lidando, portanto, com a sujeição o qual se encontra submetido e em alguns casos conseguindo escapar de uma parte da mesma. (BOMBARDI, 2004).

A escolha dos cultivos se realiza levando em consideração também a possibilidade de articular as diferentes colheitas dos diversos gêneros. Já nas fases as quais as colheitas coincidem, pode ocorrer que a família se dedique ao gênero considerado “mais importante”. A autora ainda salienta que tomando no sítio tempo e espaço são pensando visando uma melhor articulação possível.

Em três sítios citados pela autora, nos quais os próprios sítiantes produziram os croquis, a goiaba é o único cultivo presente nos três. Devido ao fato da mesma ser irrigada e podada ao longo de todo o ano, o trabalho se repete no decorrer de cada mês. Entretanto, tal fato possibilita uma colheita mais espaçada. Em sua safra natural logicamente, há uma maior produção de frutos, mas a articulação com a produção de frutas como figo e uva não se mostra excludente. (BOMBARDI, 2004).

A autora afirma que:

O trabalho com o figo envolve basicamente as seguintes atividades: após o término da colheita (abril) é feita uma adubação antes de fazer a poda (maio, junho), período em que geral leva de vinte a um

mês; em torno de um mês depois de feita a poda, inicia-se o trabalho da desbrota, que consiste em fazer a seleção de brotos mais “bonitos”. Essa tarefa continua mesmo durante a colheita, que vai de meados de novembro até abril. Há também o trabalho de limpar, tirar o mato, que perdura por todo o ano. (BOMBARDI, 2004, p. 352).

Bombardi atenta para a forma cíclica exposta na fala de um camponês, além da afeição ao trabalho explicitado pelo uso do diminutivo:

A forma cíclica do tempo camponês transparece nas expressões utilizadas. Assim: “chega em junho, cê já poda ele de novo... aí novembro já começa”. Nota-se, também, a grande utilização do diminutivo para referir-se às partes da planta: o ponteirinho, o figuinho, o brotinho, o que denota a enorme afeição pelo cultivo que se realiza. (BOMBARDI, 2004, p. 353).

Um importante acontecimento no bairro que também alterou a configuração dos sítios diz respeito a construção da Rodovia dos Bandeirantes, essa promoveu o “corte” em dez sítios. A rodovia construída na década de 70 para ligar São Paulo a Campinas gerou uma divisão do bairro em duas partes. Porém, não há o acesso dos sítiantes a mesma, existe um túnel capaz de ligar ambos os lados do bairro, contudo a rodovia não pode ser “alcançada” através do Bairro por meio de veículos.

A exemplo, o sítio 8 (Chácara Vista Alegre), no qual construção da Rodovia alterou significativamente a organização do mesmo, anteriormente a lavoura se encontrava próxima ao rancho e a casa. Somado a isso, devido ao aumento no tocante a circulação de veículos na rodovia, o trabalho na outra parte do sítio se tornou inviável. Desse modo, tal porção do sítio foi vendida e o acesso ao rio que anteriormente tinham foi perdido, limitando as possibilidades dos gêneros os quais a família poderia cultivar. (BOMBARDI, 2004).

Conforme Bombardi:

O impacto da construção de uma rodovia desse porte seccionando um bairro rural de pequenos sítios foi realmente grande, desde poços que secaram em função da alteração ambiental provocada pela construção da rodovia, até mesmo alteração na qualidade do solo dos sítios que em que foi feito um corte na vertente. (BOMBARDI, 2004, p. 356).

A construção da rodovia impactou diretamente nos sítios, levando a alterações como desde a secagem de poços a modificações na qualidade dos solos, ou seja, essa obra causou prejuízos aos moradores do bairro.

O Estado através de suas ações seja como uma legislação ambiental civil, na construção de uma rodovia, na sua interferência ou até mesmo não interferência no mercado, gera significativas alterações nessas unidades camponesas. (BOMBARDI, 2004).

Por meio das falas dos interlocutores, Bombardi (2004) ressalta que são empregadas técnicas nos cultivos graças ao uso da alta tecnologia que os camponeses possuem acesso, permitindo assim que haja uma extração da renda da terra diferencial II<sup>4</sup>. Porém o investimento em tecnologia e insumos se dá de acordo com os recursos financeiros da família.

Logo, a forragem, assim como as outras técnicas utilizadas também estão relacionadas aos recursos disponíveis como é evidenciado pelo sitiante João (Sítio 11). O sitiante também cita os animais que eram largamente empregados para o cultivo da uva, mas devido a mudança no cultivo, estes já não são tão utilizados como anteriormente. No tocante a configuração do sítio, o lote está ordenado para que seja possível a presença desses animais, próximo ao rio há um pasto. Em alguns sítios é notável a existência de uma área de pasto para “criação” destes animais utilizados no trabalho da terra. (BOMBARDI, 2004).

Como a produção da goiaba se dá ao longo de todo o ano, há uma repetição nas tarefas realizadas ao longo do ano. Conforme afirma Bombardi as tarefas seguem a seguinte ordem: poda, desbrota, ralhar, ensacamento, pulverização, adubação, irrigação, limpeza e colheita.

Ainda sobre o cultivo das goiabas, é abordada a questão da forma da árvore da goiaba, é o sitiante que dá essa forma a árvore:

A árvore da goiaba é formada - no sentido de que o camponês lhe dá forma - e tal maneira que a colheita adapte-se ao corpo: para que a fruta não fique alta demais e dificulte a colheita, os galhos da goiabeira são puxados em direção ao solo e amarrados ao mesmo . (BOMBARDI, 2004, p. 361).

---

<sup>4</sup> De acordo com Oliveira “quando provém do aumento da fertilidade decorrente de investimento de capitais para melhorar a fertilidade natural, é renda da terra diferencial II” (OLIVEIRA, 2007, p. 52).

Até mesmo as goiabeiras são modificadas em prol de “melhorar” a produção, conforme a necessidade e os conhecimentos do camponês. Nota-se também que em alguns sítios se dá a realização de uma espécie de consorciamento da produção, ou seja, ocorre o plantio de abóbora junto ao de goiaba ou até mesmo o plantio de quiabo junto ao de uva, em um período no qual a mesma se encontra em um estado de “dormência”. (BOMBARDI, 2004).

Sobre a poda da goiaba ainda verde, essa só ocorre na Lua minguante. Já a adubação se dá com o emprego de adubos químicos e com o chamado “lixão”. A primeira etapa recebe o nome de adubação de “cobertura”, já a segunda é conhecida como de “risco”. O lixão é adquirido através da usina de compostagem de São Paulo e tem por objetivo manter a umidade do solo e impedir o crescimento do mato. Já o esterco de galinha é tomado como ineficiente, uma vez que esse é “quente”, o oposto ao frio o qual “gosta” a goiaba. Essas palavras utilizadas em referência aos cultivos explicitam essa relação “próxima” do camponês com a natureza, demonstram que há uma afeição do camponês para o seu cultivo, tais termos também são utilizados em referência as pessoas. (BOMBARDI, 2004).

No cultivo de seriguela é empregada uma técnica um tanto quanto parecida com a da goiaba. Porém, em relação à utilização de insumos químicos, essa se dá em um grau praticamente nulo, sendo essa uma das principais razões pelas quais a fruta é cultivada. (BOMBARDI, 2004).

Através das falas de um interlocutor, Larissa alega que:

São extremamente interessantes as palavras usadas por eles, reveladoras do sentido que tem o trabalho que fazem. Assim, diz ele: “*vai fazendo ela redonda*”; a palavra ‘fazendo’ indica que ele está humanizando, domando/domesticando, trabalhando a natureza, transformando-a, fazendo-a diferente. (BOMBARDI, 2004, p. 365).

Logo, através da fala fica nítido um processo de humanização da natureza, ou seja, através do emprego de seu trabalho, sua força física, o camponês doma/molda a planta conforme suas necessidades, de forma a garantir uma facilidade na hora da colheita bem como uma boa produção.

Ainda conforme as falas é destacado o seguinte trecho:

Muito significativas, também, as palavras “ladrão” e “neto” para designar o galho que não dá frutos: ou seja, ele só “rouba a força da planta” e não traz nenhum fruto. O significado desses termos no

dicionário são assim encontrados: “Neto: ramo axilar que se origina em virtude da brotação antecipada de uma das gemas secundárias. Ladrão: broto que nas plantas nasce abaixo do enxerto, rebento vegetal que prejudica o rebento das plantas”. (BOMBARDI, 2004, p. 365).

As expressões utilizadas carregam importante significados presentes no universo camponês, essas palavras designadas ao galho que interfere na “força do pé”, também podem ser atribuídas a trajetória da unidade ao longo dos anos. Sendo assim as palavras netos e ladrão são utilizados como sinônimos. A medida que o neto pode “aparecer” de dois modos, como se estivesse roubando a força, o fruto do trabalho dos antecessores ou permitindo a continuidade da reprodução da propriedade. (BOMBARDI, 2004).

Citando o caso da Chácara Nossa Senhora Aparecida (lote 15), em relação a configuração do sítio se notam algumas modificações, a exemplo, a casa onde reside foi construída pelo mesmo, não é, portanto, aquela entregue junto ao lote. Ainda utilizando o caso de um croqui elaborado pelo próprio sitiante, o camponês ainda representa os encanamentos e saídas de caixa d’água existentes no sítio. Tais “equipamentos” se tornaram possíveis devido a um grande emprego de recursos, sendo assim, expressam o valor agregado a sua propriedade, seja em relação às tecnologias e até mesmos aos recursos que “facilitem” ou viabilizem esse cultivo.

Por mais que altas tecnologias sejam utilizadas nos sítios, a exemplo produtos de grandes multinacionais que atuam setor químico, técnicas pautadas em um saber tradicional e até mesmo na religiosidade também fazem estão presentes no processo de produção dos camponeses. Sendo assim, a fé e elementos de religiosidade comumente se manifestam em momentos nos quais se encontram dificuldades. (BOMBARDI, 2004).

É citado o caso de sítios que receberam nome de santos, como os sítios 29 e 15, que tiveram possuem os nomes: Santo Antônio e Nossa Senhora da Aparecida. Todos esses nome possuem uma explicação: o lote 29 possui o nome São Pedro, pois a família é devota do santo. Já a família do lote 15, explicita um caso parecido, onde o lote recebe o nome do pai da família, que no caso também é o nome de um santo como em vários outros casos. A religiosidade aparece também no tocante as ações que devem e não devem ser realizada nos dias santos. Larissa

atenta para o fato de que ouviu de seus interlocutores que em dias como a Páscoa, Natal, etc., serviços pesados não devem ser realizados, como por exemplo, carpir.

A simbologia religiosa católica assentada na tríade Pai, Filho e Espírito Santo, fundamenta também o entendimento dos processos da natureza: no Bairro Reforma Agrária a chuva e o vento, quando intensos e prejudiciais à lavoura, têm períodos de duração de três dias: “se não parar de chover em três dias, para em seis, se não parar em seis, para em nove”. (BOMBARDI, 2004, p. 368).

Logo, a religiosidade é um elemento presente na vida dos moradores do Bairro, aparece até mesmo no quesito da produção e na relação com a natureza. Sendo assim, as chuvas e os ventos quando em excesso possuem a duração de três dias como a Santíssima Trindade, Pai, Filho e Espírito Santo. (BOMBARDI, 2004).

Algumas ações são realizadas pelos moradores quando há uma intensa ocorrência desses fenômenos, quando há um período de seca prolongada dá-se um banho de rio em Nossa Senhora Aparecida. Esta deve ser a primeira atividade do dia, sendo efetuada logo pela manhã antes que se desjeje ou se converse com alguém. Embora realizado o banho, o padrão de chuvas ou seca ainda segue seu “ritmo” de três dias. (BOMBARDI, 2004).

No universo simbólico camponês aspectos como a religiosidade e o sobrenatural constituem a base, além da moral. A autora ressalta que antigamente e até mesmo hoje em dia muitas doenças são curadas por meio de rezas de benzedeiros, essas, possuem além do dom o conhecimento para realizar as rezas.

Já a moral cristã a qual se fundamenta na fraternidade, é uma das bases que constituem o universo simbólico dos camponeses. As músicas que ouvem por vezes expressam esse sentimento com um teor de justiça. Para, além disso, ainda nas músicas e até mesmo nas histórias transparecem sentimentos e ideais como os da generosidade e de um comportamento pautado na igualdade.

Evidentemente que a vida cotidiana é também marcada por conflitos, não só no próprio sítio, entretanto, as histórias funcionam como um regulador das atitudes. Várias são as histórias de espíritos que não têm sossego por não terem dividido o dinheiro deles antes de morrerem. (BOMBARDI, 2004, p. 372).

Ou seja, essas histórias que demonstram quais elementos são valorizados nesse universo. Por vezes atuam também como mecanismo para regular as

atitudes, explicitando quais atitudes são aceitáveis e quais não devem ser tomadas, assim como as “consequências”.

Ainda para expressar a relevância que o sobrenatural possui no universo camponês e seus impactos na vida dos sítiantes, por vezes interferindo até na configuração dos sítios e do próprio Bairro, Bombardi (2004) afirma:

Como estas, há várias histórias de pessoas que sofreram ou fizeram mal para outras, cujas almas penam até hoje. Esses sofrimentos chegam mesmo a marcar o espaço dos sítios e determinar inúmeros pontos de referência assentados nos episódios sobrenaturais. O local onde é o cemitério dos escravos pode ser avistado por boa parte dos sítios do Bairro, as vozes que se ouve próximo ao rio Capivari à noite, são a eles atribuídas. (BOMBARDI, 2004, p. 373).

Essas histórias são bem significativas e possuem a capacidade de “reforçar” os comportamentos valorizados e os quais são vistos de uma forma negativa. Assim, existem diversas histórias a respeito dos padrões capazes de escravizar outro ser humano, seus escravos e que por isso após a morte não descansaram em paz. Como o caso de um escravo o qual foi enforcado, no local de seu óbito até hoje não nasce nada. Conforme a ética e moral camponesas, não é possível que nasça, que haja a existência de algum tipo de vida em um local onde se deu um tipo de morte como essa.

Entretanto, paradoxalmente a esses eventos naturais, a relação de uma possível aproximação com o meio urbano acaba por modificar os medos, através da fala de um morador, o mesmo afirma que antigamente não existia medo de ladrões e sim de assombrações. Ou seja, a medida que há um maior contato com o mundo urbano, uma maior proximidade, até mesmo o caso de loteamentos ou venda de uma fração das fazendas presentes no entorno, ocorrem modificações nas unidades camponesas. (BOMBARDI, 2004).

Como citado anteriormente, a ação do Estado exerce influencia na vida destes camponeses, podendo até influenciar na configuração interna dos sítios, como em muitos casos, a exemplo, a construção da Rodovia dos Bandeirantes. (BOMBARDI, 2004).

A exemplo de dois lotes (sítio 4 e 29), a autora salienta que nestes foram construídos tanques, inicialmente objetivando permitir a extração de areia (mecanismo utilizado em épocas nas quais as famílias enfrentaram adversidades

financeiras, o que demonstra que a configuração interna do sítio também está atrelada a forma como a família se reproduz, a sua relação com o mercado e as possibilidades, bem como capacidade de lidar com os recursos naturais existentes em seus lotes).

Algum tempo depois tais tanques sofreram ampliação de acordo com a intenção de ser utilizados na irrigação, principalmente da goiaba que permitia uma maior extração da renda da terra. A construção dos tanques pode soar de forma irracional (pois ambos os sítios possuem acesso ao rio), mas ocorreu devido a poluição do mesmo.

Logo, tornou-se necessário construir um tanque à medida que o rio deixou de ser uma fonte de água limpa devido à poluição. Porém, construir ou até mesmo ampliar um tanque visando à irrigação tornou-se uma tarefa complicada em se comparado a antigamente, devido à legislação ambiental. Conforme atenta Larissa: “Entretanto, encontraram para a execução dessa ampliação uma barreira, que é a legislação ambiental. O Estado aparece como um cerceador das unidades camponesas...” (BOMBARDI, 2004, p. 376). Essa interferência estatal “fere” diretamente a autonomia do camponês de atuar em seu lote de acordo com suas necessidades e intencionalidades, pois há uma “limitação” nas ações que podem ser tomadas em seu próprio sítio.

O parágrafo abaixo explicita essa questão:

Assim, a legislação ambiental soa-lhes como uma invasão do direito que têm de atuar com liberdade dentro de seus sítios, já que para tanto, são submetidos a uma burocracia sem fim e têm que gastar enormes somas de dinheiro para poderem regularizar a situação de seus tanques. (BOMBARDI, 2004, p. 376).

Para, além disso, embora o Estado seja o responsável por aprovar a Legislação Ambiental não oferece nenhum tipo de suporte aos camponeses, seja o auxílio de técnicos ou até mesmo recursos para que essa seja cumprida. Sendo assim, os camponeses lidam com questões que lhes são estranhas, pois não fazem parte do universo no qual estão inseridos, lidam também com a criminalização por parte dos policiais florestais, que os multam uma vez que não possuem a “licença” que permita que o tanque seja ampliado. A ampliação do tanque conforme a lei necessita da ajuda de profissionais que são altamente qualificados, profissionais que sejam reconhecidos pelo Estado e possam elaborar laudos com o pedido de

execução da ampliação. Porém, a construção ou ampliação do tanque busca justamente um maior auferimento da renda da terra, o que se torna inviável, pois para que essa licença seja obtida são empregadas grandes quantias de dinheiro. (BOMBARDI, 2004).

Conforme a autora, o camponês compreende perfeitamente a questão e também a contradição existente e praticada pelo Estado, enquanto para o camponês existe certo rigor no cumprimento da Lei, o mesmo rigor não aparece em relação às multinacionais principais responsáveis pela poluição do rio. Conforme fala de um sitiante é alegado que a água do Rio Capivari está contaminada, pois as empresas da região como a Gessy e Eaton jogam seus dejetos no rio, jogam “química” na água.

Utilizando um Croqui elaborado pelo morador do sítio 4, o mesmo desenhou uma área tomada como “mata”, tal área existe mediante a legislação ambiental, que por sua vez é responsável por mudanças na configuração do sítio. Conforme fala do morador essa área existe em decorrência daquilo que é solicitado pela legislação. (BOMBARDI, 2004).

Uma reserva florestal está presente no Bairro, além de uma que contém eucaliptos, ambas concebidas junto ao Núcleo Agrário, portanto, são parte dele. Porém, se em algum momento essas áreas fizeram parte da vida no Bairro, há alguns anos isso já não ocorre mais. Sendo assim, a entrada dos moradores a reserva é proibida, para, além disso, a área da reserva florestal se encontrada cercada. Antigamente essas reservas forneciam madeira para os sitiantes, em alguns casos poderiam permitir atividades como a caça. Hoje em dia, porém, essa atividade de coleta é proibida. Conforme Bombardi:

A impossibilidade de acessos aos recursos naturais torna os camponeses ainda mais vulneráveis ao mercado, já que em função da pequena propriedade que têm, eles compram até mesmo o capim, bambu e mourão que utiliza em suas lavouras. O capim é utilizado para forrar as ruas entre as uvas, o bambu é utilizado para segurar os galhos da goiabeira presos ao solo e, o mourão é a estrutura de base para a parreira de uva ou de maracujá e chuchu. (BOMBARDI, 2004, p. 379).

O parágrafo acima demonstra que como consequência dessa impossibilidade em relação aos acessos dos recursos naturais, os camponeses se

tornam mais “dependentes” do mercado, pois agora precisam comprar “produtos” que poderiam ser extraídos do meio-ambiente, nesse caso, das áreas de mata.

Larissa Bombardi (2004) ainda afirma que os camponeses possuem uma clara noção sobre a contradição apresentada, enquanto os mesmos não podem sequer entrar na área da reserva florestal, as empresas (a exemplo as multinacionais), não são coibidas por suas ações, estas lançam livremente seus resíduos no rio.

Por fim Bombardi, retoma que o bairro possui uma configuração que demonstra a ligação existente entre as diversas unidades camponesas, uma homogeneidade é construída a medida que os conhecimentos e técnicas são compartilhados. Sendo assim, os cultivos bem como as técnicas empregadas vão se espalhando e difundindo pelo bairro, gerando uma configuração homogênea.

Em um processo complexo dialético, ao mesmo tempo em que as unidades camponesas definem o Bairro Rural, são também por elas definidas, a fim de que haja uma configuração territorial específica reconhecida como Bairro Rural (assim é o Bairro Reforma Agrária), a configuração que esta revela a justiça social da terra trabalhada por famílias camponesas. (BOMBARDI, 2004, p. 380).

O parágrafo acima elucida a complexidade da situação, ao mesmo tempo em que o bairro rural é definido pelas unidades camponesas, estas também são definidas pelo bairro rural, permitindo uma especificidade e particularidade nessa configuração territorial, o bairro rural.

#### 2.4 CONFLITOS E ELEMENTOS RELATIVOS À REPRODUÇÃO DA UNIDADE CAMPONESA

Para a permanência camponesa na terra importantes elementos são destacados por Bombardi (2004) fatores como: a influencia da natureza, a apropriação da renda da terra, a falta de incentivos por parte do Estado que contribuem para a continuidade da reprodução ou não destas famílias nos sítios, impactando na trajetória dos filhos dos camponeses.

Enquanto algumas famílias criam seus filhos e os educam para “a vida no campo” e para que o trabalho no sítio continue, outras criam buscando direcionar a continuidade nos estudos voltados para as profissões inerentes ao espaço urbano. Essa decisão está atrelada não apenas à situação da família, mas ao modo como a

mesma enxerga e entende o futuro. Sendo assim, se a família possui uma “estabilidade econômica” ou até mesmo está em processo de enriquecimento tornando possível a aquisição de novas terras para seus filhos, há uma preferência para que os filhos continuem o trabalho na terra. Se porventura, a família se encontra com problemas financeiros ou possui consciência que o parcelamento da propriedade tomada como herança causará a não continuidade do trabalho, o direcionamento dado aos filhos é que estes estudem. (BOMBARDI, 2004).

A autora faz referência a uma das famílias que optou por incentivar os filhos à continuidade no estudo:

Pela impossibilidade da propriedade servir aos descendentes (trata-se dos netos daqueles que adquiriram o sítio), de maneira que todos tivessem assegurado o acesso à terra, como foi vislumbrado que a propriedade, em função da heranças, seria insuficiente para todos e não havendo recursos suficientes para ampliá-la, a família optou por direcionar os filhos para o estudo, para que assim fizessem “o futuro deles para fora”. Essa expressão, como já foi, é muito significativa: fazer o futuro para fora do núcleo familiar, da propriedade, daquilo que é conhecido, para fora daquilo que seria desejável para o futuro. (BOMBARDI, 2004, p. 229).

O problema em relação à herança surge na segunda geração, uma vez que as propriedades do bairro possuem um tamanho pequeno. Desse modo, o fracionamento da terra pode levar à extinção da reprodução na mesma. (BOMBARDI, 2004).

A seguir uma afirmação feita por Bombardi a respeito do relato de um morador revela seus pensamentos acerca do futuro dos filhos:

Este pai incentiva seus filhos a estudarem com grande sofrimento, ele se sente coagido a oferecer-lhe um outro caminho, de tal forma que eles não passem a dificuldade pela qual ele próprio está passando. Percebe-se que ele é afeiçoado “pela roça”, está no sítio porque gosta, entretanto tem medo das dificuldades que os filhos possam enfrentar no futuro. Ter a filha “com uma enxada”, o que é depreciativo do ponto de vista da sociedade do entorno, urbana, diríamos (da qual a pesquisadora aparece como representante em sua fala), não seria problema se ela tivesse uma renda razoável, do que se pode depreender que seria tolerável enfrentar uma situação de subalternidade, caso o trabalho fosse recompensado a contento e não tivesse tão sujeito às implicações do mercado (...). (BOMBARDI, 2004, p. 230).

Ou seja, a responsabilidade bem como a decisão acerca do futuro dos filhos cabe à família, especialmente ao pai, sendo que este deve encaminhar os “herdeiros” a um dos dois caminhos: ou a continuidade na vida no campo ou a vida fora deste, sendo o estudo primordial. Como ressaltado, o trabalho da filha no campo seria aceitável desde que a mesma tivesse uma boa renda. (BOMBARDI, 2004).

Ainda sobre o destino tomado, existem diferenciações quanto ao sexo, como alega a autora:

Com relação ao destino da propriedade, há uma diferença também quanto ao sexo dos filhos. É esperado e desejável que, no mínimo, um filho homem permaneça na propriedade. Como vimos, a não continuidade do trabalho do pai é vista com tristeza. Das mulheres já é esperado que saiam da propriedade do pai, seja casando-se e morando na cidade ou, se ficarem na terra, há duas possibilidades: a mais comum é que vá para o sítio do marido; no entanto, se a terra no sítio da família do marido for insuficiente, este vem para o sítio do sogro, que, como vimos, poderá mesmo, em caso de aquisição de terra, tê-la em seu nome. (BOMBARDI, 2004, p. 231).

Nota-se a importância atribuída à figura masculina, o esperado é que ao menos um filho continue na propriedade, ou seja, pelo menos um dos filhos deve seguir com a propriedade e quando isso não acontece é tomado como lamentável. Enquanto para as mulheres o desejado é que as mesmas não fiquem na propriedade, ao contrário, espera-se que se casem e mudem para a cidade. Caso permaneçam, devem morar na propriedade do marido, se não for possível devido ao tamanho da terra, mudam-se então para a propriedade do sogro, e por meio da aquisição de terras podem então tê-las. Essas diferenciações no sexo são claramente existentes e interferem diretamente na reprodução da vida camponesa.

Vale ressaltar que não há um único sentido em direção a essas mudanças, existem casos em que os filhos desistem da “vida na cidade” e voltam então para a propriedade da família. Conforme Bombardi :

Não há um sentido de mão única quando se fala do sítio camponês, dos filhos ficarem ou irem para a cidade, há também o caminho inverso, casos em que filhos que já estão na cidade retornam ao trabalho no sítio do pai. (BOMBARDI, 2004, p. 231).

Em outro caso abordado pela autora, a filha retorna à propriedade dos pais devido ao adoecimento da mãe, tomando para si as responsabilidades e atividades exercidas pela progenitora, assumindo a postura da “mulher da casa”.

Notável neste depoimento, também é, que ela volta a trabalhar no sítio dos pais em função da necessidade que a nova estrutura familiar impôs. A partir do momento em que as irmãs casaram-se e a mãe ficou doente, ela, como solteira, teria por obrigação assumir o papel de mulher da casa, não só executando as tarefas da casa propriamente ditas, como também aquelas da lavoura. Entretanto, o salário lhe proporcionava uma autonomia de consumo que dispensava a necessidade dela pedir dinheiro ao irmão. Assim, o pai reservou uma parte do cultivo para ela, de modo que ela trabalhasse no sítio e, ao mesmo tempo, conservasse uma autonomia financeira para seus próprios gastos. (BOMBARDI, 2004, p. 232).

Sendo assim o destino está totalmente atrelado à estrutura e necessidades da família, como a mãe se adoentou e deixou, portanto de “cumprir com suas tarefas” tornou-se necessário que outra pessoa assumisse tais responsabilidades, cabendo à única filha não casada, que embora já tivesse certa autonomia econômica teve de retornar à propriedade da família assumindo não apenas as responsabilidades domésticas como também as da lavoura. Desse modo fica evidente como não há uma regra para essas mudanças, elementos como a forma a qual a família está estruturada e as situações econômicas podem interferir no destino dos filhos e da propriedade. (BOMBARDI, 2004).

De acordo com outro caso onde o filho também retorna à propriedade dos pais para o trabalho, Bombardi afirma que:

É notável como o pai da família determina as possibilidades de ação dos filhos, “aí meu pai pegou e falou assim: ah, o jeito é comprar um caminhão para ele e ele fica trabalhando pra ele” em função das necessidades e possibilidades da família e daquilo que o pai julga que seja o melhor para seu filho fazer. É notável também que a família como um todo responde pela responsabilidade de um de seus membros, ainda que isso significasse perdas monetárias razoáveis. (BOMBARDI, 2004, p. 234).

Novamente a importância atribuída à figura masculina, o pai visto como o chefe de família é quem faz as maiores decisões de acordo seus próprios julgamentos, levando em consideração as necessidades da própria família. Sendo

evidente que a família também arca com as responsabilidades dos membros, principalmente no tocante ao socorro em momentos difíceis.

A autora ainda atenta ao fato que alguns intelectuais enxergam como inexorável o processo de proletarização dos filhos, enquanto tal decisão é tomada pela família, ou seja, não é uma decisão apenas do indivíduo, mas sim da família em si. Uma vez que o destino dos filhos está atrelado, portanto à lógica do trabalho familiar e da possibilidade de reprodução da mesma, tornando possível até mesmo o processo inverso, em que os filhos que se tornaram proletarizados voltam à propriedade familiar e reproduzem novamente a uma perspectiva camponesa. Logo:

Todo esse processo dos filhos ficarem na propriedade e assim permitirem a reprodução camponesa, ou, ao contrário, dos filhos irem para a cidade e se proletarizarem, está diretamente associado à trajetória da família. Como vimos, o camponês, como produtor de mercadorias, pode enriquecer, empobrecer, ou ainda perpetuar-se mais ou menos com uma quantidade regular de recursos. Caso ele enriqueça, uma vez que acumula certa quantia de dinheiro, pode ou não se tornar um capitalista. No caso do empobrecimento da família camponesa e do parcelamento da propriedade em função da herança, pode acontecer que a geração futura não fique na terra. Como vimos nas falas anteriores, os próprios camponeses, avaliando sua situação, encaminham os filhos para o estudo, de modo que tenham uma vida digna na cidade, ou ainda, há a possibilidade de migrarem em busca de terra mais barata, por exemplo. (BOMBARDI, 2004, p. 236).

Desse modo a trajetória da família irá impactar se os filhos permanecem ou não na propriedade. Para, além disso, o camponês está suscetível ao enriquecimento, empobrecimento ou até mesmo à estabilidade em sua situação regular. No caso do enriquecimento, este pode tornar-se ou não capitalista, já no caso de empobrecimento e a necessidade de um possível fracionamento da terra pode impedir que a geração futura permaneça na mesma. Ainda sobre o futuro, o camponês pode direcionar os filhos ao estudo com o intuito de conseguirem uma “vida melhor” na cidade ou ainda migrar almejando encontrar terras mais baratas.

Devido ao fato do alto valor da terra no bairro, as famílias as quais direcionam os filhos para a cidade possuem a ciência que no futuro quando o sítio se tornar herança, os filhos terão ao menos um casa. Ou seja, esses pais entendem que embora os filhos se encontrem em um processo de sujeição e falta de total independência, em um possível momento de aperto (como o desemprego) terão

pelo menos uma residência, uma vez que a reprodução na propriedade não foi possível. (BOMBARDI, 2004).

Bombardi afirma que:

O desenvolvimento do capitalismo não se fez de maneira uniforme e única. O campesinato é uma classe social do capitalismo, necessária à reprodução do mesmo, ainda que contraditoriamente. (BOMBARDI, 2004, p 238).

Mais uma vez a autora destaca que o campesinato não está excluído do capitalismo, ao contrário, se reproduz no interior do mesmo.

No que concerne à especificidade do campesinato, ao contrário do que colocava Lênin<sup>5</sup>, o processo de enriquecimento e empobrecimento da família camponesa não é dual, ele é bastante complexo e envolve uma série de fatores. O primeiro deles, que já foi discutido no capítulo anterior, é aquele referente à estrutura familiar e ao ciclo biológico da mesma. Chayanov<sup>6</sup> (1974) abordou esta questão extensivamente em sua obra *La organización de la unidad económica campesina*. Há uma diferença de produção no interior da propriedade familiar de acordo com a capacidade de trabalho da família. Em uma primeira fase da família em que esta é formada pelo casal e filhos pequenos, a quantidade de produção, e, portanto, de recursos, é exígua, justamente pela demanda de trabalho para a sustentação de vários membros. Com o passar dos anos essa situação se altera a tal ponto que, com vários filhos em idade plena de trabalho, a capacidade de produção da família é grande e os recursos conseguidos também. Mais tarde, novamente, em função da velhice dos pais e da possibilidade de parcelamento da propriedade, volta a haver uma situação de restrição econômica. Tudo isso considerando uma família padrão, com um certo número de filhos homens e mulheres, e desconsiderando a possibilidade de morte ou doença de qualquer um deles, que, como vimos, muda completamente esta configuração e muitas vezes significa a descontinuidade da família na terra. Ou, ao contrário, no caso de vários filhos, sobretudo homens em idade de trabalho, há a possibilidade de enriquecimento da família. Isto significa que a estrutura familiar, sob seus vários aspectos, possibilita uma maior ou menor capacidade de trabalho. (BOMBARDI, 2004, p. 239 e 240).

Logo, em um primeiro momento devido à quantidade de membros na família e ao fato das crianças não auxiliarem no trabalho a quantidade de recursos é bem

---

<sup>5</sup> LÊNIN, V.I. "A desintegração do campesinato" In:\_. O Desenvolvimento do capitalismo na Rússia: O processo de formação do mercado interno para a grande indústria. São Paulo: Abril cultural, 1982. (Os Economistas).

<sup>6</sup> CHAYANOV, A.V. *La organización de la Unidad Económica Campesina*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión SAIC, 1974.

limitada. Mas, à medida que os filhos crescem e podem, portanto, auxiliar no trabalho, essa situação se modifica, pois a quantidade de recursos é maior quando os filhos estão em idade plena para o trabalho. Já na velhice dos pais e de um possível fracionamento da terra surge novamente um processo de restrição econômica. Situações como adoecimentos e mortes no interior da família podem mudar completamente esse quadro, embora, em casos onde muitos filhos se encontram na “idade plena para o trabalho” há uma possibilidade de enriquecimento. Sendo assim, a estrutura familiar está diretamente ligada à capacidade de trabalho, influenciando, portanto, nos processos de empobrecimento, enriquecimento.

Larissa, em referencia a Shanin (1983)<sup>7</sup>, afirma que há três fatores para o desenvolvimento da família camponesa: a natureza, o mercado e o Estado.

Ainda, para a autora, a permanência dessas famílias camponesas no bairro ocorreu principalmente devido a dois fatores, sendo eles a estrutura familiar e uma maior/melhor extração da renda da terra realizada por meio do cultivo de frutas. Larissa afirma que conforme o estudo notou como a trajetória das famílias direcionou-se com o decorrer dos anos, algumas encaminharam os filhos para a cidade devido à impossibilidade de reprodução na propriedade, outras continuaram com a reprodução camponesa em suas propriedades, outras graças ao enriquecimento obtiveram uma dupla identidade, a de camponeses e também capitalistas. Ou seja, conforme prosperavam conseguiram um maior grau de inserção no mercado, a exemplo, produtores que possuíam pedra no CEASA.

Logo, para que se possa compreender essa trajetória deve-se levar em consideração fatores como a natureza, o mercado e o Estado, como explicitado anteriormente. No tocante a natureza, a autora ainda afirma que durante seu trabalho encontrou diversos relatos de momentos pelos quais as famílias enfrentaram complicações financeiras devido a adversidades causadas pelos elementos da natureza.

A partir de um dos relatos de um morador, onde fica evidente o seu profundo conhecimento sobre a natureza, é salientado por Bombardi que:

Esse saber tão aprofundado da natureza é belíssimo, e evidentemente também extremamente útil, pois fundamenta o arcabouço de técnicas que ele possui para lidar com estes eventos e,

---

<sup>7</sup> SHANIN, T. La clase incomoda: sociología política del campesinato em uma sociedade em desarrollo (Rusia 1910-1925). Madrid: Alianza Editorial, 1983.

assim, procurar alguma saída em uma situação como essa. (BOMBARDI, 2004, p. 245).

Esses fenômenos naturais podem não apenas levar as famílias a sérias dificuldades financeiras e até mesmo de reprodução como também podem contribuir para o oposto, ou seja, levar a uma recuperação econômica e até mesmo a um enriquecimento. A exemplo é abordado o caso de um morador que conseguiu “salvar” sua produção de tomates em um ano em que a geada comprometeu seriamente a produção de tomates. (BOMBARDI, 2004).

A respeito do caso:

Quando pai e filho identificaram a “geada preta”, passaram a noite inteira fazendo fumaça para tentar amenizar seu efeito. Entretanto, a geada queimou o tomate e eles, ainda na tentativa de recuperar o cultivo, podaram-no próximo ao solo. Ele então mostra que o tomate brotou e deu frutos muito ruins, ao contrário da previsão da primeira colheita. Entretanto, em virtude de ter havido geada em muitos locais e portanto pouca oferta ao produto no mercado, eles alcançaram altíssimo preço. De fato enriqueceram, a palavra não é um exagero. Pode haver mudanças muito significativas de um ano para outro, de tal sorte que a família pague todas as dívidas, não só no banco, como no armazém (essa última demonstra uma situação precária financeiramente), como também adquira outros bens. (BOMBARDI, 2004, p. 247).

O parágrafo acima revela não só o grau de conhecimento do camponês acerca dos fenômenos naturais, seus conhecimentos e técnicas para lidar com o cultivo, como também demonstra o quão incerta pode ser a situação da família de um ano para o outro, ou seja, uma colheita pode trazer grande lucro assim como grande prejuízo devido aos imprevistos climáticos. Não há uma estabilidade devido à interferência climática e essa instabilidade é conhecida do camponês (BOMBARDI, 2004).

O mercado aparece no tocante a lei da oferta e procura, quando há uma grande disponibilidade de frutas o preço se encontra baixo, o que pode ocasionar prejuízos, já quando há pouca disponibilidade os preços sofrem, sendo assim o produtor irá receber uma melhor quantia pela sua produção. No tocante a figura do Estado, este aparece como fundamental em relação a um melhor desenvolvimento econômico das famílias por meio de créditos que possibilitem prosseguir com o trabalho na terra, ou seja, mecanismos que possibilitem melhoras no processo de

produção e garantam uma maior extração da renda da terra, como permitir a implantação de novos gêneros, aquisição de insumos, aquisição de ferramentas, etc. Por fim, a partir destes elementos se desenvolve a trajetória de vida, refletindo em um prosseguimento do “trabalho” familiar e continuidade dos filhos dos sítiantes na terra ou a ida destes para as cidades. (BOMBARDI, 2004).

### **CAPÍTULO 3. O BAIRRO REFORMA AGRÁRIA ONTEM E HOJE**

O Bairro Reforma Agrária se constitui pela multiplicidade de perfis de seus moradores, logo, seria errôneo esperar uma homogeneização no perfil daqueles que residem no bairro. Essa multiplicidade envolve diversos fatores, a exemplo, o fato da existência de moradores antigos, moradores novos, moradores produtores, moradores-não produtores, meeiros, arrendatários, produtores com maior ou menor grau de inserção no mercado, etc. Neste capítulo os diferentes perfis e suas singularidades serão abordados.

Bombardi (2004) ressaltou que há uma segregação existente entre moradores produtores e não produtores. Como tratado a seguir, essa segregação é exposta por Paulo como um conflito.

Embora o Núcleo Agrário Capivari seja parte do Bairro Reforma Agrária, há uma nítida divisão entre os mesmos. Ao decorrer do trabalho, foi citado o caso de Paulo, morador do bairro há cerca de 15 anos. Sua família chegou ao Núcleo tal a fim de trabalhar na zeladoria da escola, residindo até em uma casa “anexada” a escola.

O morador possui um grande conhecimento em relação ao histórico do bairro, fruto de suas pesquisas devido a conflitos encontrados com outros moradores, como citado acima (o mesmo conflito o fez se tornar corretor de imóveis, a fim de analisar e buscar soluções para a situação). O interlocutor revela uma “briga” existente entre os moradores do Bairro Reforma Agrária produtores e os moradores do Núcleo Agrário não produtores.

Para compreender tal conflito, é necessário entender a estruturação do bairro. Sendo assim, conforme falas do entrevistado historicamente a área foi dividida em 72 lotes. A área remanescente foi “cedida” e encontrava sob responsabilidade da cooperativa dos produtores. Na mesma existiam 3 casas, sendo 2 de funcionários e 1 de administrador, além de um armazém, enfermaria, clube, posto de saúde, etc.

Assim conforme Paulo, inicialmente os produtores encontraram uma infraestrutura já pronta para que pudessem produzir, nos sítios encontravam-se um poço, uma casa e contavam também com fogão a gás. Já na área denominada Núcleo existia a casa de administração, um centro cultural e social (transformado em Igreja), um centro de abastecimento, uma oficina, uma garagem, 3 casas residenciais, um

armazém, um centro médico e uma escola. De acordo com Paulo os sitiantes conseguiram “se sustentar” de forma rápida e a partir disso abandonaram a associação, as casas as quais já não encontravam funcionários residindo alugadas também, e equipamentos de uso coletivo como trator e caminhões foram desmontados e vendidos. Ou seja, para tal, os sitiantes abandonaram a cooperativa, sendo que a mesma existe até hoje e possui uma sede.

Assim, os sitiantes alugavam as casas para seus funcionários, não cediam ou reformavam para que pudessem morar. Além disso, transformavam barracões e armazéns em residências para que estas pudessem ser alugadas. Logo, assim como no caso de sua família, alguns funcionários arcaram com as despesas para que pudessem residir nestas casas.

Como ressaltado em sua fala, a casa a qual a família de Paulo hoje reside (uma das 3 construídas) próxima a escola, foi edificada para servir como residência da zeladoria. Paulo ainda expõe que a casa onde sua família se encontra a qual foi anexada à escola não é “assumida” pela prefeitura, Estado ou Federação. Logo, todos os gastos em prol das melhorias na moradia foram de responsabilidade de sua família.

Ainda sobre o bairro, o interlocutor deixa clara a divisão existente entre o Núcleo Agrário Capivari e o Bairro Reforma Agrária, pois de acordo com o mesmo, produtores e não-produtores não possuem uma boa relação:

*Existe uma associação dos Moradores do Bairro Reforma Agrária, chama AMARCA. Só que ela nos exclui. É assim, existem dois bairros, existe esse aqui que seria o Núcleo Agrário, eles chama de condomínio agrário e existe o Bairro Reforma Agraria. A gente tá dentro do Reforma Agrária, mas nos que moramos aqui somos totalmente excluídos da associação, porque eles se acham muito mais que a gente. (Paulo).*

O interlocutor deixa clara a segregação existente entre os moradores produtores e os que não produzem. Sendo assim, o mesmo se vê em uma briga desleal, uma vez que os produtores contam com o auxílio de uma advogada e uma associação. Este conflito se dá devido ao fato da associação querer reaver as áreas onde a família de Paulo e outras famílias residem, tais áreas segundo o entrevistado foram abandonadas pelos produtores, dessa forma, outras famílias ocuparam (principalmente famílias de funcionários que alugavam as casas e se “rebelaram”).

Ainda de acordo com o interlocutor, os loteados chegaram ao bairro em uma situação desfavorável, mas encontraram uma estrutura capaz de auxiliá-los, porém são incapazes de compreender a necessidade de permanência destas outras famílias não-produtoras que também se encontram em tal situação. Conforme Paulo, as famílias presentes nestas 3 casas construídas assim como nas demais (para além destas outras foram construídas nestas áreas) foram ocupadas pelos funcionários, a medida que os produtores “abandonaram” estas famílias continuaram a residir. Hoje em dia, a associação deseja reaver tais imóveis, buscando “expulsar” os moradores, a partir disso surge o conflito. De acordo com o mesmo, os produtores baseiam-se em boatos, “conversinha” para tal afirmação, baseiam-se no fato que na época a qual foi construído o Núcleo Ihes foi dado o direito de uso da área. Entretanto, conforme alega Paulo, os sitiante abandonaram, negligenciaram a área e outros “bens” como caminhão e trator foram sucateados e saqueados.

O morador se vê em uma situação de desvantagem, a medida que não possui o direito a terra. Afirma também que caso vendesse a posse, o comprador não aguentaria a pressão, ou seja, os conflitos. Ressalta que seu interesse não está em “fazer comércio de terrenos” e sim regularizar a situação para que tenha os direitos legais.

Logo, a segregação existente gera um conflito entre moradores do Bairro Reforma Agrária e do Núcleo Agrário Capivari. Como já citado anteriormente, uma das características dos bairros rurais consiste na solidariedade entre os moradores. Paulo alega que essa solidariedade está presente também no Núcleo. Afirma que a relação entre os moradores do Núcleo é razoável.

Ou seja, a relação entre os moradores do Núcleo é vista como uma relação positiva, onde a solidariedade se encontra presente, embora eventualmente apresente pequenas desavenças consideradas normais pelo morador “problema de vizinho”. Diferentemente dos moradores do Bairro Reforma Agrária, com os quais se trava uma luta, embora alguns destes não tomem partido dessa “briga”.

Ainda é alegado conforme o entrevistado que embora seja um bairro rural, apresenta todos os problemas de um bairro urbano. Como exemplo é citada a existência de bares em uma área rural (como exposto anteriormente por Geraldo). Além deste problema há uma questão do uso de drogas.

Entretanto, de acordo com Paulo esta questão tem melhorado nos últimos anos a medida que a escola passou a atender um público menor, anteriormente

havia um maior fluxo de alunos oriundos de bairros de Campinas para estudar na escola do bairro.

Sobre a escola, Mário (sitante) afirma que a mesma é “muito boa” e que atende mais de 1000 crianças entre o período diurno e matutino. Em relação às festas organizadas pela entidade contam com uma ampla participação da comunidade. Para além dos filhos dos funcionários e sitantes do bairro frequentam também alunos oriundos de bairros próximos em Campinas. O interlocutor também contrapõe a escola do bairro às escolas das cidades quando afirma que quando um aluno faz algo errado o diretor o expulsa e que não sabe se na cidade também as escolas são rígidas assim. Afirma ainda que hoje em dia a mesma comporta muito menos alunos que a sua real capacidade e que anteriormente existiam mais alunos, mas devido a uma manobra do Estado muitos alunos de bairros próximos na cidade de Campinas foram destinados a escolas mais perto de seus bairros, causando um “esvaziamento” assim na escola do Bairro Reforma Agrária. Relata que existem salas que contam com 10 alunos, número que antigamente chegava a 40. Atribui a esse esvaziamento uma “queda” nos problemas relativos ao uso de drogas.

Não obstante a isso, contrário ao que foi encontrado por Bombardi (2004) em relação aos moradores do Bairro Reforma Agrária, não existe uma articulação dos moradores para resolver os problemas existentes no núcleo.

O entrevistado destaca outro problema, agora em relação à urbanização. Paulo alega que quando há problema que afeta a segurança e aciona a Guarda Municipal, esta dá preferências à resolução de conflitos nos bairros urbanos. Não obstante a isso, afirma que não há nenhum auxílio por parte da prefeitura. Ou seja, algumas situações enfrentadas por estes moradores como “baderna” e uso de drogas não podem ser resolvidos junto à Guarda Municipal, que de acordo com Paulo, prioriza os bairros urbanos.

Entretanto o morador ressalta um aspecto positivo existente ali, o fato de não pagar pela água consumida, pois a mesma é oriunda de um poço artesiano assim como os sitantes do Bairro Reforma Agrária. Além disso, diariamente o DAEV (Departamento de Água e Esgoto de Valinhos) envia um técnico para que possa analisar a qualidade da água proveniente dos poços.

Outros problemas dizem respeito diretamente à falta da infraestrutura. A única melhoria relatada pelo morador diz respeito à escola, esta foi ampliada para atender a demanda que posteriormente diminuiu. É destacado ainda que não

existem creches ou praças no Núcleo. A única quadra existente é a pertencente à escola, não tendo sido frequentada por moradores que não sejam alunos. Embora o posto de saúde tenha passado por uma reforma, sua capacidade para atendimento continua a mesma. Outro aspecto destacado por Paulo diz respeito ao plano de iluminação, antigamente conforme fala do morador existiam muitos casos de tentativa de estupro, o que diminuiu mediante a uma melhor iluminação.

No tocante a infra-estrutura Geraldo e Mário afirmam que essa se faz presente no Bairro Reforma Agrária destacam que os problemas são rapidamente resolvidos. Até mesmo na questão anteriormente relatada por Maria sobre a dificuldade de encontrar o médico no Posto de Saúde, ambos os interlocutores afirmam que isso não ocorre e que o médico está sempre presente.

Assim, ao decorrer dos anos mudanças aconteceram no Núcleo. Conforme Paulo principais mudanças notadas dizem respeito a situação econômica, pois alega que *“o pessoal aqui progrediu bastante”*. Ainda sobre essa mudança, a principal alteração diz respeito ao fato dos sítios serem arrendados uma vez que os filhos dos sitiante já não possuem o interesse em trabalhar com a terra, como citado por outros entrevistados. Sendo assim, os filhos de sitiante voltam-se para atividades ligadas a “cidade”. Ainda em conformidade com Paulo, boa parte dos filhos de sitiante encontra-se formada, mas em áreas que não dizem respeito a terra, apenas 10% destes jovens/adultos estudam e trabalham em áreas agrícolas.

Na visão do entrevistado os sitiante se configuram como pequenos capitalistas a medida que muitos destes contam com arrendatários para a produção *“faz tempo que eles não são mais camponeses, eles são capitalistas”*. Conforme o morador a maior parte dos sítios conta com arrendatários, o que “máscara” a situação na visão de Paulo. Ou seja, mediante a sua visão os produtores deixam de ser camponeses e se tornam capitalistas quando arrendam sua terra, pois como expressa em sua fala, esta é uma maneira do sitiante continuar a ser dono da terra e ter renda com a mesma embora não trabalhe diretamente com tal.

Alega também que ainda existe trabalho familiar, mas este se refere a uma pequena porcentagem se comparado ao trabalho de arrendatários. Afirma que tal processo (disseminação do trabalho de arrendatários e meeiros) ocorreu gradativamente, mas que nos últimos 20 anos tal questão tornou-se mais visível.

Sobre o aspecto econômico, o entrevistado possui uma noção a respeito de como se dá a produção de frutas e para onde as mesmas são destinadas, afirma,

portanto, que parte da produção é destinada ao CEASA e parte é enviada para a exportação. Sobre esse processo ressalta que enquanto os donos dos sítios dispõem de maiores recursos e são capazes de possuir caminhões que levem as produções aos compradores ou até mesmo as suas respectivas pedras no CEAGESP, os arrendatários não contam com estes recursos. A possibilidade de possuir um caminhão é um importante recurso, a medida que evita que parte da renda seja apropriada pela figura do atravessador.

Quando perguntado sobre casos em que um arrendatário conseguiu mudar o “papel”, ou seja, conseguiu adquirir um sítio no bairro ou até mesmo em uma cidade vizinha há a confirmação seguida pela informação que foram poucos casos, *“dá pra contar em uma mão e ainda sobra dedo”*. A exemplo, seu tio que durante algum tempo trabalhou como arrendatário e funcionário em um sítio, posteriormente, o mesmo conseguiu adquirir um lote. Conforme o caso exposto, o patrão de seu tio era um “patrão bom”, ou seja, justo e que *“dava a oportunidade”*. Sendo assim mediante ao trabalho seu tio conseguiu juntar determinada soma em dinheiro e adquirir um sítio. Logo, como destacado, são pouquíssimos casos em que um arrendatário conseguiu “reverter” a situação e tornar dono dos sítios. As falas de Paulo confirmam o que foi anteriormente exposto, os poucos casos nos quais alguns “empregados” conseguiram reverter a situação e adquirir suas próprias terras. Bombardi destaca três casos de famílias que se mudaram para o bairro trabalhando como arrendatários e conseguiram adquirir suas próprias terras.

A respeito da permanência das primeiras famílias chegadas ao lote, de acordo com as falas do entrevistado, parte das primeiras famílias permanece no lote, outra parte vendeu seus lotes e há ainda casos em que arrendaram a terra, a medida que os filhos não possuíam o interesse em dar continuidade ao trabalho direto na terra. Das famílias que arrendam, parte permanece residindo no sítio e parte mudou-se para outros lugares, até mesmo países. Destaca ainda que em um período anterior onde os sitiantes encontravam melhores condições adquiriam casas, apartamentos, hoje em dia embora conforme o mesmo a situação seja favorável, já não é como antigamente.

Retomando a questão do conflito, Mário nega possuir conhecimento sobre o mesmo. Ou seja, enquanto um morador do Núcleo relata o conflito existente entre moradores do Núcleo e sitiantes do Bairro, estes, Mário e Geraldo negam conhecimento a respeito do conflito. Não há como afirmar se de fato conhecem ou

não e, portanto, tomam partido. Ou seja, por meio dos diferentes perfis abordados nota-se uma contradição. Enquanto Paulo afirma que há uma segregação no Bairro entre os produtores e os moradores do Núcleo, os produtores afirmam que essa segregação é inexistente e que no bairro “todo mundo se dá bem”.

### 3.1 CHEGADA AO BAIRRO

Em relação à chegada desses moradores ao bairro, as histórias de vida variam entre si, mas um elemento muito importante que se destaca é o fato da comunicação oral. Ou seja, muitos desses moradores tomaram conhecimento do bairro a partir de uma informação transmitida por um parente, vizinho ou amigo. Para alguns o bairro foi, portanto, a possibilidade de plantar em sua própria terra e se reproduzir a partir da mesma, como no caso da família de Mário Scabello.

De acordo com Mário sua família está há 53 anos presente no bairro, sendo a segunda a adquirir lotes. Desde então vivem a partir da terra por meio da plantação de gêneros como uva, goiaba e figo. Ainda conforme a história da família, a mesma vivia anteriormente na cidade de Jundiá onde já desenvolviam o cultivo de uva, assim sempre estiveram ligados a terra. Algo que como fica explícito na fala do camponês foi transmitido de pai para filho.

Quando perguntando sobre como souberam a respeito dos loteamentos, Mário afirma que foi a partir do relato de seu tio, ou seja, por meio da troca/transmissão de informações. Ainda sobre a história do bairro, o camponês deixa transparecer em sua fala que possui determinado conhecimento a respeito do mesmo, bem como se deu o processo. Relata que sua família foi informada que o Governo havia comprado uma fazenda cujo loteamento seria pago em 20 anos, então a partir da inscrição do pai conseguiram “entrar” e adquirir um lote.

Já outro morador do bairro, João conta que em relação à sua chegada ao mesmo se deu por meio de uma informação transmitida por um conhecido. Anteriormente ele e seu irmão moravam em Jundiá, mas a partir dessa informação passada por um amigo mudaram-se para Valinhos.

Uma moradora recente do bairro é a senhora Maria Helena, cujo perfil destoa dos demais. Esta se encontra no bairro há cerca de dois anos e possui uma trajetória um tanto quanto diferente. Antes de se mudar para o bairro Reforma Agrária, morava na cidade e trabalhava em uma indústria, embora já tivesse sido

arrendatária. Como conta a moradora, decidiu trocar a vida na cidade pela vida na “roça” devido a uma depressão, conforme os conselhos que recebeu abandonou então seu trabalho em uma empresa e adquiriu um lote no bairro, atenta também que sua condição financeira só permitia adquirir um no Reforma Agrária. Ou seja, devido ao fato de já possuir uma experiência com o manejo da terra, lidar com as plantações na propriedade adquirida se tornou mais fácil, como será explicitado posteriormente.

Em outro perfil encontra-se Geraldo, o mesmo é arrendatário e meeiro em um único sítio, o Sítio Tachibana. Conforme evidencia em suas falas, anteriormente residia na cidade de Guaxupé no Estado de Minas Gerais, mudou-se para Valinhos há cerca de 20 anos a fim de trabalhar com a lavoura. Reside e trabalha no sítio Tachibana há aproximadamente dois anos, porém trabalhou em outros sítios do entorno. Geraldo destinou-se a Valinhos com o intuito de trabalhar na lavoura de figo. Ainda que anteriormente já tenha trabalhado com café, o cultivo de figo lhe é algo novo, o que implicou na necessidade de aprender a lidar com esse gênero. No tocante a chegada ao sítio onde se encontra no momento através do relato oral o camponês soube a respeito da possibilidade de trabalhar como arrendatário, ou seja, por meio da transmissão da informação por parte de seu filho que também trabalha como arrendatário. Ainda a respeito da sua chegada ao sítio, afirma que já conhecia o proprietário, pois este é agrônomo e trabalha com “consultorias” nos sítios do bairro, vendendo insumos químicos. O morador afirma que alugou a residência onde se encontra atualmente e aceitou trabalhar no cultivo de 200 pés de goiaba na fração de terra onde arrenda e mais 250 pés de goiaba na fração de terra onde trabalha como meeiro.

Ou seja, diversas foram as formas de chegada ao bairro, mas todas elas possuem em comum o fato do conhecimento a partir de relatos orais. A transmissão dessas informações foi fundamental para a formação do bairro, assim como destacado por Bombardi (2004) e demonstrado através das falas acima. Por meio dessa disseminação diversos moradores atuais tomaram conhecimento a respeito da existência do bairro e dirigiram-se para tal, a fim de trabalhar com a lavoura e assim garantir a reprodução de suas famílias. Outro aspecto também citado por Larissa diz respeito a uma busca por uma maior autonomia e liberdade no plantio em uma terra própria, como a exemplo a família de Mário e de Maria. Para João e

Geraldo, a mudança para o bairro também garantiu a reprodução de suas famílias, mas em terras que não lhe são próprias.

Para além dos produtores moradores do Bairro, no Núcleo Agrário Capivari existem outras famílias as quais residem, mas não trabalham diretamente com a terra. A exemplo, a de Paulo, sua família mudou-se para o bairro uma vez que seus pais eram funcionários públicos e sua mãe recebera a proposta de trabalhar como zeladora da escola do bairro. Logo, a família se encontra na mesma residência há mais de 15 anos e assumiu a responsabilidade da posse da mesma uma vez que a casa não foi “assumida” pela Prefeitura (de Valinhos), pelo o Estado ou Federação.

Sobre os outros moradores do Núcleo, Paulo alega que muitos trabalham como motorista, auxiliando na coleta de frutas para enviar ao distribuidor ou para o CEASA de Campinas e parte trabalha em empresas. A existência de famílias “não-produtoras” foi destacado por Bombardi, também foi evidenciada uma segregação a qual será retomada futuramente.

### **3.1.2 Permanência das famílias no bairro**

No tocante a permanência no bairro, Bombardi (2004) destaca que importantes mecanismos contribuíram para tais, a exemplo, o “tamanho da família” e a quantidade de “mãos” disponíveis para o trabalho. Assim, algumas famílias ao chegarem contavam com os filhos pequenos e que não possuíam condições para o trabalho, levando a dificuldades. A medida que os filhos cresciam e podiam auxiliar a disponibilidade de recursos melhorava. Já outras que possuíam os filhos em “idade plena” para o trabalho conseguiam administrar melhor o trabalho na terra, pois contavam com uma maior mão-de-obra. Sendo assim, quantidade de membros nas famílias e a capacidade física para o trabalho impactavam na permanência ou não das mesmas. Para, além disso, vale destacar que havia uma transmissão da herança cultural sobre o plantio de pai para filho, ou seja, quando em uma idade possível para o trabalho as crianças começavam a desenvolver atividades na lavoura, aprendendo sobre o cultivo com seus pais.

No caso da família de Mário Scabello é importante atentar para o fato que o trabalho com a terra foi transmitido de geração a geração, ou seja, seu avó e pai já trabalhavam com a terra. Comprovando o que foi apresentado por Bombardi, Mário afirma que apenas famílias grandes conseguiam o sítio, o que exemplifica a

necessidade de uma “grande quantidade de mãos” para que o trabalho nos sítios pudesse se desenvolver.

O sitiante ainda alega que além da sua família ser grande (no total eram sete filhos), desde pequeno já trabalhavam com a terra. Ou seja, fica claro que desde muito cedo esses saberes foram então transmitidos e aprendidos, permitindo que fossem instruídos para saber lidar com a lavoura. Portanto, todos em sua família exerciam essa atividade.

Ainda vale ressaltar um mecanismo adotado por essa família. O camponês afirma que todos os irmãos possuem sítio no bairro e que os mesmos foram adquiridos ao longo dos anos. Devido ao fato de todos os membros da família possuírem conhecimentos a respeito da terra, foi possível que de acordo com o trabalho em família e mediante a muitos esforços juntassem certa soma de dinheiro. Dessa forma, através do trabalho aos poucos cada filho foi adquirindo um lote enquanto contava com a ajuda dos irmãos. Outro aspecto relevante na fala é o fato do entrevistado afirmar que “*os nego que não aguentava*”, ou seja, devido às dificuldades anteriormente citadas muitas famílias não conseguiram prosseguir com o trabalho na terra, levando então a venda de seus lotes.

A medida que um dos membros da família adquiria um sítio, passava a ser responsável por administrá-lo, mas era responsável também por ajudar a trabalhar nos demais lotes para que um outro irmão pudesse adquirir seu próprio sítio. Ao passo que o trabalho no sítio “prosperava” tornou-se possível contratar funcionários. Assim Mário afirma que conforme as crianças cresciam, ou seja, os demais irmãos, cada um já possuía a sua área bem marcada dispensando que um engenheiro fizesse o “corte do sítio”.

Em relação ao histórico do bairro e aquisição dos lotes, os moradores possuem diferentes níveis e informações a respeito.

Mário destaca que ao longo dos anos o valor das parcelas dos lotes era diminuído de forma gradativa, “*o dinheiro ia perdendo valor*”, tal fala demonstra a forma como o valor das parcelas diminuía. Ao fim de seis anos como alega Mário o valor já era muito inferior ao da primeira parcela, estava “*baratíssimo*”. O camponês ainda afirma que ao chegar ao lote encontraram uma casa e o terreno estava abandonado. Quando perguntado sobre algum auxílio do Governo (subsídio para plantio), Mário deixa transparecer em sua fala que a ajuda do Governo foi a possibilidade de adquirir uma terra com o pagamento ao longo de vinte anos para

que pudessem produzir, portanto, assegurar a reprodução da família na terra. O projeto de Revisão Agrária foi “bom demais”, pois permitiu que a família de Mário Scabello continuasse a trabalhar na terra, dessa vez própria.

Geraldo também expressa uma versão a respeito do seu conhecimento sobre o histórico do bairro. O mesmo alega que a família para qual trabalha tomou posse do terreno, ou seja, não pagou pelos lotes. Ainda segundo Geraldo, as terras teriam sido doadas pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). Afirma que além da posse do sítio, a família tomou posse também de um barracão. Barracão esse feito para ser utilizado de forma conjunta pelos moradores.

Assim como Mário, outros moradores possuem a trajetória de vida ligada a terra. João já trabalhou em outros lugares e com outros cultivos como goiaba e uva, além do figo, gênero o qual trabalha hoje em dia. Devido ao fato de ter crescido nesse “meio” dispõe então de um grande conhecimento para lidar com a terra. Toda a sua trajetória de vida está ligada a mesma. Em sua fala, o camponês ressalta que: *“Eu vivi, cresci na lavou, na lavoura. E aí até hoje trabalho, eu só não estou agora porque não tá colhendo, agora a partir de agora, a partir de novembro já começa, daí é direto, não tem dia, não tem dia santo, não tem chuva, não tem nada.”*.

Geraldo também já trabalhava com o cultivo, mas de um gênero totalmente diferente, o café. Quando havia “cansado” do trabalho com tal gênero optou por “arriscar” no trabalho com um gênero até então desconhecido, o figo. Maria Helena anteriormente trabalhava em uma fábrica, mas já havia trabalhado como arrendatária com o cultivo de goiaba. Quando adquiriu a propriedade a produção das de goiaba já se dava na mesma, além disso, a experiência no cultivo da fruta possibilitou que houvesse a continuidade ao plantio desse gênero.

Logo, nota-se que como apresentado por Bombardi (2004) a quantidade de membros existentes em uma família e o número de “braços” disponíveis para o trabalho foram fatores que contribuíram para a permanência das famílias no bairro, a exemplo a família de Mário. Ainda sobre essa família o interlocutor ressalta que aprendeu a trabalhar com a terra com seu pai, que por sua vez aprendeu com o pai (avó de Mário). Sendo assim como demonstrado por Mário e João, cujas trajetórias de vida sempre estiveram ligadas a terra, a transmissão de conhecimentos de forma hereditária foi fundamental para que estes sujeitos pudessem aprender a trabalhar com a terra e dessem prosseguimento a reprodução das famílias.. A experiência é

um fator importante para a permanência, a exemplo, Maria que devido ao já conhecimento sobre o plantio de goiabas conseguiu permanecer em seu sítio.

### 3.1.3 Dificuldades para a permanência

Em todos os perfis de produtores nota-se a produção da goiaba, alguns restringem a produção apenas a essa fruta, outros ainda produzem figos e uvas. Anteriormente em seu trabalho Bombardi (2004) obteve dos sítiantes a informação de que o plantio de goiabas permitia uma maior extração da renda da terra. A medida que tal produção possibilitava a renda de monopólio, uma vez que por meio da poda e da irrigação seria capaz a produção de goiabas ao longo de todo o ano e não apenas durante a safra. Sendo assim os produtores do bairro possuíam frutas em uma época a qual há pouca disponibilidade da mesma no mercado, assegurando maiores preços e conseqüentemente um maior lucro. Tal questão não é unânime atualmente na visão dos produtores.

Mário conta que em seu sítio produz uva, figo e goiaba. O sítiante reafirma o ideal que o melhor cultivo é o da goiaba, uma vez que essa “dá” o ano inteiro. Geraldo confirma a produção apenas da goiaba, mas a intenção de um futuro cultivo de figo. Já em uma perspectiva completamente diferente, quando perguntada sobre os motivos do plantio da goiaba, Maria deixa transparecer em sua fala que a produção de goiaba ocorre apenas porque já possuía um breve conhecimento, além de ser um plantio já existente quando adquiriu o lote. O motivo utilizado por outros produtores como uma maior extração da renda da terra não é “válido” para a mesma, uma vez que segundo esta *“ultimamente nada dá lucro”*.

A partir de relatos da sítiante fica nítida a questão das dificuldades encontradas para a reprodução da vida no sítio, expressas de forma singular por cada morador. A sítiante a todo o momento confirma que atualmente já não encontra lucro na produção de frutas. Em comparação a experiência sobre a época em que arrendou, chega a afirmar que ser proprietária não contribuiu para uma melhor condição de vida. Uma vez que embora os anos tenham passado, uma caixa de goiaba ainda é vendida ao mesmo preço ou até mesmo um preço inferior a época em que arrendava.

Em contrapartida outro sítiante, Mário, cita outros elementos que dificultam essa reprodução no campo, a exemplo a necessidade do uso de produtos químicos

como o sulfato. Ainda em contraponto a Maria, o sitiante afirma que consegue “viver bem” com a terra. No caso das goiabas, Mário alega que quando não pulverizadas as frutas são comidas por bichos e faz menção ao fato que existem muitas pragas no bairro, o que torna necessário o uso destes produtos para que ocorra uma produção de qualidade.

O camponês ainda afirma que cada vez mais surgem pragas na plantação, o que ocasiona um maior gasto com despesas como os produtos químicos. Portanto, ao longo dos anos os gastos para o controle de pragas tem aumentado. Posteriormente a questão do uso de produtos químicos será aprofundada. O sitiante afirma que antigamente era bom e era mais fácil de “ganhar dinheiro”, à medida que os únicos gastos eram com adubo, fertilizante, embalagens, etc.). A forma como a “vida moderna” adentrou o campo implicou em maiores gastos. Hoje em dia existe IPTU, IPVA, seguro, despesas que não se faziam presentes em outros tempos, como no tempo de chegada da família ao sítio. Portanto, para Mário esses são fatores que também extraem parte da sua renda.

Essa dificuldade também é destacada por Geraldo. O camponês ainda afirma que a situação na “roça” está difícil e que não enxerga vantagens em prosseguir com o trabalho na lavoura por diversos motivos, como o alto preço para a produção de mercadorias. Chega a relatar que para si o trabalho na terra não é vantajoso, pois *“eu trabalho muito, chega no fim sobra nada. Pra eles, eles já é dono disso tudo, já tem a cama feita, é tudo deles, é sossegado”*.

Maria alega que hoje em dia devido aos grandes gastos não é mais possível enriquecer com a terra, possibilidade que já existiu outrora. A sitiante planta apenas para a sobrevivência e encontra muitas adversidades para continuar com o plantio, o que reflete em uma constante situação de instabilidade. Atribui ao Governo e a demanda as dificuldades que encontra, sem se esquecer da figura do atravessador. Chega a afirmar que *“o atravessador mata nós”*, a medida que se apropria de parte da renda. Além disso, afirma que como produtora é a pessoa que mais trabalha no processo e a que menos recebe, uma vez que sua fruta “passa na mão” de várias pessoas, diminuindo assim o quanto a sitiante irá receber. Afirma também que se fosse possível voltaria a trabalhar na cidade, pois a terra já não garante a possibilidade de uma melhor qualidade de vida.

A visão de Maria é semelhante a encontrada nos camponeses por Bombardi (2004), estes por sua vez, enxergavam na figura do Governo um abandono. Sendo que a figura do Governo/Estado agia em prol do capital e não dos camponeses, atribuíam ao mesmo a responsabilidade na mediação de seus interesses. Logo, o Estado/Governo deveria contribuir de forma a promover empréstimos, regular de forma mais justa os preços, etc.

Como exposto por Bombardi, em momentos de dificuldade anteriormente era comum o assalariamento de um membro da família, ou seja, algum integrante da família buscava um emprego na cidade por tempo indeterminado a fim de assegurar a continuidade do trabalho dos demais no sítio.

Maria chega a afirmar que é necessário que o marido “trabalhe para fora”, na cidade para que possam comer. Quando perguntada em relação ao preço dos insumos, a sitiante destaca que os preços são sempre altos em detrimento ao valor da mercadoria. Enquanto gasta-se muito com insumos recebe-se pouco pela produção o que causa e agrava as dificuldades para a sobrevivência na terra. Tal mecanismo também foi apontado por Bombardi (2004). Algumas famílias para que permitissem a continuidade do trabalho na terra usavam como tática a migração ou o assalariamento de algum membro. Como exemplo a autora cita o caso de mulheres que procuravam empregos na cidade sem tempo determinado (durando meses ou anos, de acordo com as dificuldades enfrentadas pela família). No caso de Maria, seu marido possui um emprego fixo na cidade, além de contribuir no trabalho em sua propriedade, demonstrando a continuidade desse mecanismo.

Geraldo também explicita essa dificuldade para sobreviver na terra e os mecanismos que adota para permitir a sobrevivência da família. Sendo assim, além do trabalho como arrendatário e meeiro para que consiga sobreviver, Geraldo ainda relata que faz outros serviços, como de jardinagem ou ajuda “roçar” terrenos com o auxílio de máquinas.

As dificuldades encontradas para a sobrevivência no campo implicam nessa necessidade de “trabalhar por fora”, encontrar outros meios que permitam a reprodução da família, que possibilitem a continuidade do trabalho na terra. Trabalha-se “para fora” para que continue possível trabalhar na lavoura.

Geraldo destaca que o sítio é o meio de sobrevivência de sua família, embora não seja o meio de sobrevivência para a família do dono do sítio. Ainda sobre essa família, o produtor afirma que a mesma possui lojas, casas, além do sítio.

Ou seja, a produção de goiabas não é o meio de onde a família do sitiante provém o sustento, mas é o meio pelo qual a família de Geraldo se reproduz.

O interlocutor alega que o sítio foi então deixado de herança e pertence aos seis filhos: *“Que nem aqui é dividido, é uma equipe de uns seis irmãos, se partir uma mão aqui, se for repartir entre todo mundo um pedaço é perigoso não toca uma semente pra cada um”*. Fica evidente que a repartição do lote por vezes pode causar problemas, pois destina-se uma pequena área para cada filho. Sendo assim, tais irmãos trabalham de forma associada. Na produção em que Geraldo trabalha como meeiro, a parte destinada ao dono do sítio é dividida entre os irmãos. Os demais irmãos além de contar com uma loja em Campinas contam com a produção de flores e outras funções. Na visão de seu Geraldo, seu patrão é o “mais fracassadinho”, uma vez que é o único que se interessa as questões da terra, a produção no lote, enquanto os demais não se prendem a tal questão. Vale ressaltar que o patrão é agrônomo e trabalha para uma empresa, ou seja, a produção complementa a renda, além de garantir produtividade ao sítio, impedir que o mesmo seja tomado como improdutivo/abandonado. Essa divisão do sítio é um dos problemas que Bombardi (2004) destaca surgir na segunda geração, quando a terra se torna herança devido a seu pequeno tamanho. Sendo assim, a divisão do lote em frações pode findar a reprodução camponesa na mesma.

Os exemplos citados acima os quais relatam as dificuldades encontradas para a permanência na terra possuem em comum o apontamento do uso de produtos químicos para a produção, seja o adubo como explicitado por Maria ou os “venenos” destacados por Mário e Geraldo. Ainda na visão de Maria há uma falta de auxílio por parte do Governo. Assim como anteriormente exposto por Bombardi (2004), em relação a reprodução das famílias, os camponeses lidam com alguns obstáculos como a apropriação de parte da renda pelo capital industrial. O uso de adubos, inseticidas e agrotóxicos que conforme falas são necessários e cada vez mais comuns, pois a cada ano surgem novas pragas, refletem em apropriação de parte da renda dos camponeses pelo capital industrial, na tentativa de assegurar a qualidade da produção.

### 3.2 O TRABALHO NOS SÍTIOS: FUNCIONÁRIOS, MEEIROS E ARRENDATÁRIOS

Como explicitado anteriormente, Geraldo é arrendatário e meeiro na propriedade Tachibana. No tocante a seu trabalho como arrendatário, o mesmo é responsável pelo cultivo de cerca de 200 pés de goiabas, além de outros 250 pés no qual trabalha como meeiro.



Foto 1. Plantação de goiaba de Geraldo (área que arrenda).

Autor: Larissa Porto. Outubro/2015.

No trabalho em seu sítio o senhor Scabello afirma que são contratados funcionários. Embora o sitiante possua filhos, apenas uma optou por trabalhar com o pai. O produtor alega que todos os seus empregados são contratados e trabalham conforme a Lei e possuem um horário específico de trabalho.

Além do salário os funcionários contam também com casa, água e “força”, conforme o sitiante *“se for um salário ninguém trabalha mais.”*. Essas casas foram construídas pelo próprio camponês a fim de abrigar seus funcionários. Água e energia ainda são asseguradas por Mário. Sobre o salário dos funcionários, de acordo com o mesmo o valor é de R\$1.300,00. Porém conforme se torna necessário fazer horas extras, o valor pode chegar a R\$1.700,00, R\$1.800,00. Seus

funcionários trabalham 8 horas por dia de segunda à sexta-feira, aos sábados trabalham cerca de 4 horas.

Sobre quem determina o valor do salário Mário alega que este é determinado conforme a Lei, logo, os funcionários são registrados, pagam sindicato obedecendo a Legislação. Sendo assim, para o sitiante embora o mesmo tenha que arcar com a casa, o valor da água e energia acredita que isso seja necessário para que o funcionário permaneça trabalhando em suas terras. Mário ainda declara que na cidade seu empregado não ganharia metade do que ganha trabalhando no sítio. Além disso, parte do seu salário seria possivelmente destinado ao aluguel, despesa essa não existente no sítio.

Com relação às despesas, Geraldo paga um aluguel pelo uso do sítio, ou seja, o arrendamento, além de outras contas como a energia elétrica.

Já João trabalha por mês. Em sua fala anteriormente citada na qual se refere a ter crescido na roça e comenta a respeito da produção, destaca-se um aspecto importante que diz respeito a sua relação de trabalho, o mesmo afirma em suas palavras seu compromisso com a terra e o trabalho, justificando que no momento não está colhendo, mas que em novembro começa. Atenta também para o fato que nesse período não existe dia santo ou chuva que atrapalhe, o trabalho acontece não importando as condições.

Ainda sobre seu trabalho, o morador afirma que seu horário é das 6 hrs 30min às 16hrs e 30 min, possui também 1 hr de almoço, ou seja, embora trabalhe na terra existe um horário de trabalho fixo como na cidade. Como João é um funcionário, não dispõe da “total” autonomia e liberdade que os camponeses donos de terra possuem em relação a seu trabalho.

Enquanto no caso de Mário seus funcionários possuem as horas de trabalho regulamentadas por Lei e conseqüentemente um horário fixo (ganhando hora extra principalmente na época da colheita), a situação do sitiante se mostra contrária a tal. Apesar de o sítio lhe ser próprio, e, portanto, possa determinar suas horas de trabalho, o camponês trabalha de “segunda a segunda, de escuro a escuro”. Importante ressaltar também que o horário de trabalho está relacionado à “condição” da natureza, enquanto for possível o sitiante trabalha, algumas vezes chega a trabalhar antes mesmo do Sol nascer e depois que se ponha, a natureza é utilizada como parâmetro para explicar essa jornada de trabalho. Entretanto, possui

autonomia em relação à produção, decide os gêneros que serão produzidos, além de administrar junto com a filha a adega e a pedra no CEASA de Campinas.

Em relação aos horários, Geraldo é responsável por tais, trabalha conforme as necessidades e possibilidades. Sendo assim, caso seja necessário ir ao supermercado ou resolver outras questões da vida pessoal possui total liberdade para não trabalhar aquele dia ou iniciar a jornada no horário que permitir.

Entretanto, não ser obrigado a “bater ponto” não significa que não haja um árduo trabalho por parte do camponês. Ainda que possa determinar sua jornada, o trabalho muitas vezes inicia-se pela manhã e só finda ao anoitecer, em épocas como a colheita, por exemplo, a jornada de trabalho torna-se mais extensa, durando o dia todo.

Conforme a fala de Geraldo “*se você não come um negócio meio cedo pra você se reforçar, você trabalha o dia inteiro vai até uma hora da manhã.*”. Devido ao fato de contar com uma pequena quantidade de braços (conta com a ajuda da mulher e filha, ambas apenas colhem), é necessário que a jornada de trabalho se inicie cedo, não há hora para terminar e por vezes chega a adentrar a madrugada.

Logo, o trabalho com a terra não possui uma jornada fixa, se dá conforme a produção, as condições naturais, portanto, é comum que até mesmo nos fins de semana se trabalhe. A exemplo, no dia da entrevista, um sábado, o filho de Geraldo se encontrava embalando as frutas. Situação esta também encontrada por Bombardi onde os moradores afirmaram que o trabalho na “roça” não possui dia ou horário, se realiza conforme as condições naturais e por vezes até mesmo quando estas não são favoráveis, como no período antes que o Sol nasça até que o Sol se ponha. Além disso, ocorre de acordo com o “calendário agrícola”, durante a colheita, por exemplo, as horas de trabalho são acrescidas.

Em relação ao trabalho na terra, Maria afirma que apenas ela e sua irmã são responsáveis por tal. No entanto, em época em que se faz necessário o uso de mais “braços” outras pessoas são contratadas para dar conta do cultivo.

Sendo assim, mesmo que não haja uma jornada determinada, pois não há um horário fixo, a sitiante evidencia que há uma grande responsabilidade em relação ao trabalho e que as jornadas por vezes são muito extensas. Sendo determinadas por condições naturais, pois conforme Maria: “*Depende o dia, depende o que estou fazendo. Não tem um horário determinado*”. Há uma grande influencia da natureza.

Em relação ao trabalho terceirizado, Maria afirma que quando necessário contrata vizinhos para que auxiliem. O mesmo é confirmado por Geraldo que alega que quando está “apertado” chama o vizinho para que o ajude no trabalho e paga a “diária” dele. Na visão do morador, cobra-se apenas a mão-de-obra e não a ajuda em si:

*Mas a ajuda eles não cobra nada não, porque se eles sabe... aqui a vantagem que tem pra cá é isso, essa bondade, porque o pessoal que sabe, eles que fazem amizade com a gente então eles fazem de tudo pra pessoa crescer junto, crescer junto. Essa é a vantagem porque aqui o pessoal, se eles tem uma instrução de como fazer um serviço, ele quer ajudar o outro, quer compartilhar, pra poder dar um arranco no outro também. (Geraldo)*

Na fala do interlocutor fica explícita essa relação de ajuda existente entre os vizinhos, nos momentos de “aperto” é comum que haja o auxílio em troca de dinheiro. Como anteriormente abordado por Bombardi (2004), essa ajuda poderia vir de várias formas, seja por meio do mutirão ou pela troca de dias de trabalho.

Já no caso de Mário que possui funcionários, a preocupação em agir conforme a Lei se mostra nítida em toda a entrevista. Nem mesmo em épocas onde há uma maior necessidade de “braços” são utilizados funcionários em inconformidade com a Lei. O proprietário alega que não deixa o funcionário trabalhar sem que haja o registro, logo, quando precisa do trabalho “extra”, seus funcionários trabalham e recebem por tal.

Ou seja, enquanto alguns contam com o auxílio de vizinhos, como Geraldo e Maria que podem contar com a ajuda mediante a um certo pagamento, Mário que possui funcionários paga hora extra aos mesmos.

Sobre hora extra, o João, que é assalariado, afirma que nunca realiza, pois sempre “*acaba o serviço antes do expediente*”. Ou seja, por vezes o serviço finaliza antes mesmo do horário do expediente, entretanto, para que seja cumprido o horário o empregado realiza outras atividades.

Dessa forma ficam nítidas as diferenciações existentes entre esses perfis em diversas questões. Em sua obra Bombardi (2004) relata exemplos de famílias que se tornaram pequenos capitalistas, tais famílias a medida que “desenvolviam” a produção conseguiram adquirir pedras no CEASA além de caminhões, a exemplo Mário. Logo o sitiante possui um maior grau de inserção no mercado se comparado

a Maria, chega até mesmo a contar com funcionários, já a sitiante que vive em constante instabilidade e que possui parte da renda apropriada por atravessadores, conta apenas com o auxílio da irmã e quando necessário “contrata” os vizinhos.

Bombardi (2004) destaca que a presença de meeiros foi a forma mais comum de “emprego” encontrada no Bairro, destaca também que o trabalho familiar era o principal elemento da produção e configuração camponesa. Sendo assim, a partir do trabalho familiar foram articuladas as demais relações de trabalho, seja como as parcerias (meiagem), ajuda mútua (ambas as famílias se ajudam e são ajudadas, por meio do mutirão, troca de dias de trabalho, etc.) ou o trabalho assalariado. Outro importante aspecto ressaltado pela autora é a relação entre a disseminação da parceira de acordo com a disseminação do cultivo de frutas, ou seja, conforme a produção se frutas se expandiu pelo bairro, expandiu também as relações de parceria.

Logo, Bombardi (2004) afirma que o emprego de “terceiros” só ocorria de forma a complementar o trabalho familiar, situação um tanto quanto distinta a encontrada atualmente. Através dos perfis, notam-se diferenciações sociais, enquanto Mário possui funcionário e estabelece uma relação profissional de patrão-empregado, havendo uma total dependência deste trabalho de “terceiros”, pois não conta com o trabalho dos filhos. Maria por sua vez, possui um trabalho familiar pautado na “mão-de-obra” própria e de sua irmã e conta com o trabalho temporário apenas quando há necessidade.

João e Geraldo se encontram em situações diferentes, João se reproduz a partir de um trabalho assalariado. Já Geraldo é arrendatário e meeiro, a reprodução de sua família também está diretamente ligada ao trabalho na terra mesmo que esta não lhe seja própria, como nos casos dos meeiros e arrendatários citados por Bombardi.

### **3.2.1 Relação patrão-funcionário**

Como afirmado por Bombardi (2004) existe uma diferenciação social entre os sitiante, como exposto aqui existem sitiante com uma maior inserção no mercado.

A exemplo Mário que possui funcionários. No tocante a essa relação-patrão funcionário o sitiante demonstra uma relação mais distante e profissional embora

elogie os empregados. Quando questionado sobre como sabe se o funcionário é bom, o camponês alega que só há conhecimento na prática. Logo, o funcionário durante algum certo tempo passa por uma espécie de experiência, em um período de dois a três meses, caso não consiga produzir é despedido. De acordo com o sitiante nunca houve algum problema com seus funcionários *”Todos os funcionários meu são campeão de bom”*. Já em relação a sitiantes que encontraram problemas com os empregados, o mesmo chega a afirmar que conhece diversos casos. O “problema” para o sitiante é atribuído ao patrão que não age conforme a lei e não paga as horas extras. Logo, para Mário “trabalhar certinho” diz respeito a cumprir as leis, assegurando também os direitos dos funcionários a fim de evitar problemas com a fiscalização, embora a mesma nunca tenha comparecido em seu sítio como alega o sitiante.

Em uma relação um tanto quanto diferente, quando perguntando a João sobre a relação patrão-empregado, conforme a fala é uma boa relação, *“Somos bem, bem”*.

*Nós somos é amigos, né. Patrão é amigo, né. Não é aquele patrão carrasco né, porque tem patrão carrasco que grita com o empregado, desfaz, tem muito patrão que desfaz do empregado. Mas só que eu vivo assim, se eu trabalho, eu dependo sim do salário que eu ganho, mas se caso o patrão pisa comigo. Ah, pisa comigo, eu saio fora, eu caio fora. Você acha que eu vou viver que nem carrasco?! Eu não. (João).*

Na fala acima é expresso um elemento da visão camponesa sobre o trabalho, não existe a superioridade na relação patrão-empregado. Logo, o patrão não deve maltratar o empregado, não deve maltratar outro ser humano. Embora conforme a fala existam padrões assim, segundo o entrevistado é inadmissível. Essa relação com o patrão beira o paternalismo, a medida que o empregado não consegue se ver em uma relação de exploração, pois possui certa amizade com o patrão. Ou seja, devido a essa “proximidade”, o funcionário embora saiba que não está em uma relação de total igualdade, não se dá conta da exploração ou se sente explorado.

Geraldo, quando perguntando a respeito do motivo para trabalhar como meeiro (uma vez que havia anteriormente afirmado que o trabalho como arrendatário lhe gerava uma maior renda) expressa também certo grau de afeto/proximidade pelo

patrão. Na visão do produtor, o dono do sítio o ajuda em relação a moradia, devido a liberdade que encontra para cuidar da terra, permissão para cultivar qualquer gênero e criar qualquer animal, sente-se assim “em dívida”. A questão da liberdade na terra aparece assim como valorizada por Geraldo, a possibilidade de cuidar da terra como lhe parecer melhor. Para, além disso, o mesmo nega que se enxergue em uma situação de exploração, de acordo com o Geraldo seu patrão é bom, pois o ajuda na lavoura no tocante ao uso de adubos e agrotóxicos. Ou seja, conforme o camponês, seu patrão é bom porque não cobra a consultoria, situação adversa se comparada a outros sítios onde se cobra pelas consultas técnicas.

Para Paulo a relação existente entre donos de sítios e arrendatários é uma relação de exploração. Sendo assim, compreende que os arrendatários são mais “inocentes”, ignorantes, pois não conhecem direitos ou possibilidades. Logo, por vezes são enganados pelos patrões. Paulo alega conhecer casos onde após todo o período de trabalho e venda os arrendatários se encontram em situação de dívida para com seus patrões. Hoje em dia afirma que encontra menos casos a medida que os arrendatários estão “menos ignorantes”, mas casos assim ainda são recorrentes.

Sendo assim, nota-se que a relação entre patrão-empregado possui diferentes níveis e concepções. Para Mário é uma relação totalmente profissional, sendo apenas interessante o valor gerado, se o funcionário não for “bom” logo é substituído por outro. Já Geraldo trabalha também como meeiro a fim de dar uma “forcinha” para seu patrão, uma vez que na visão do funcionário o patrão já o auxilia grandemente com a moradia. Em uma visão completamente diferente está João, o qual em sua concepção estabelece uma relação de “amizade” com o seu patrão apesar de entender que por ser empregado deva acatar ordens, deixa claro que não tolera grosserias ou imposições autoritárias e desrespeitosas. Sendo assim, o camponês tem uma visão beirando o paternalismo, mesmo que saiba que seu patrão pode lhe dar ordens, o enxerga como um ser humano igual e dessa forma é incabível que um ser humano despreze o outro elemento que compõe a moral e ética no universo camponês.

### **3.2.2 Autonomia e liberdade**

Importantes elementos sobre o universo camponês dizem respeito a liberdade e autonomia, ambos aparecem de maneira “fragilizada” e por vezes de formas distintas das quais se encontrava anteriormente.

A exemplo, João, quando que destaca o compromisso com o trabalho e com a terra, não são necessárias ordens, o empregado sabe exatamente o que deve fazer e o momento em que deve fazer, não necessitando que o patrão “fique em cima”. O que de certa forma lhe garante e demonstra certa autonomia *“Eu sei dos meus compromissos, né. A hora que colher, a hora que preciso colher, o patrão não precisa ficar mandando, né. Ele não precisa ficar em cima de mim.”*.

A questão de autonomia pode ser entendida também através do exemplo de Geraldo, onde o mesmo afirma que se quiser dormir durante todo o dia tem total liberdade para isso.

Maria também expressa tal questão, afirma que trabalha com a terra porque como possui pais idosos consegue uma maior flexibilidade em relação ao horário de trabalho. Em caso de emergências pessoais pode então deixar o sítio e o trabalho momentaneamente para resolver tais questões. Além disso, acredita que um emprego na cidade não permitiria condições financeiras de contratar alguém que pudesse cuidá-los. Sendo assim, Maria alega que a liberdade e autonomia se encontram em uma possível “flexibilização” do horário.

Ainda em relação a essa liberdade, há também o caso de Nilvana, a filha do sitiante Mário Scabello, assim como o pai alega que sente prazer em seu trabalho. Confessa ser formada em Magistério, mas afirma que preferiu trabalhar com o pai embora tivesse possibilidade de ter cursado uma faculdade. Ainda sobre o trabalho no sítio, este lhe confere uma maior liberdade: *“e daí depois tem aquelas coisinha particular, né. Um médico, uma coisa que precisa eu que marco, que vejo, então não tem como trabalhar na cidade”*. Nilvana chega a afirmar que trabalha no horário que quiser e também de acordo com as exigências, auxiliando, portanto, na parte da produção e também na parte administrativa. A liberdade fica evidente em relação às situações no dia-a-dia nas quais enfrentaria dificuldades caso trabalhasse na cidade, sendo assim, quando precisa consultar um médico ou resolver outra questão encontra maior liberdade, para além do horário de trabalho.

Ou seja, através dos exemplos relatados acima, destaca-se certo grau de liberdade e/ou autonomia não apenas por parte dos produtores, mas também em relação aos funcionários, esses não precisam receber ordens o tempo todo, alguns

podem até mesmo estabelecer a própria jornada de trabalho, o que garante certa flexibilidade ao trabalho. Obviamente em uma escala muito menor se comparado aos sítiantes.

### 3.3 A PRODUÇÃO DE GOIABAS

Em todos os sítios há o cultivo de goiaba, embora alguns se destaquem por produzir também figo e uva. No tocante a produção de goiaba, como já citado um fator é primordial para o plantio da mesma, uma maior extração da renda da terra obtida devido ao fato da fruta ser produzida ao longo de todo o ano devido a poda.

Conforme Mário a poda se realiza ao longo do ano, mas não necessariamente no mesmo pé, poda-se um pé hoje e em um intervalo de quinze dias poda-se outro. Novamente a “alternância” entre as quadras a fim de maximizar a produção aparece, essa estratégia permite que diversos pés produzam de forma a “intercalar” e assegurar a produção ao decorrer do ano.

Além disso, conforme o sítiante *“se ficar a vontade dela não colhe”*, o que torna primordial a poda para que haja produção, a fala também traduz o “domínio” do homem sobre a natureza. De forma natural a goiaba seria produzida apenas em uma época, mas devido à ação humana –a atividade da poda- torna-se possível que a colheita seja realizada ao longo de todo o ano.



Foto 2. Plantação de goiabas de Mário Scabello.

Autor: Larissa Porto.Outubro/2015.

Já Geraldo alega que a goiaba possui uma safra e que para esta seja produzida ao longo de todo o ano, além da poda há a necessidade do acesso à água. Conforme a plantação é irrigada realiza-se a poda, mas é fundamental o acesso à água para que a produção se realize, pois caso seja podada e não haja “o galho pode secar”.

A natureza possui, portanto, um papel primordial na produção dos frutos. Toda água utilizada na plantação provém da chuva, não há um sistema de irrigação. Logo, as atividades humanas são totalmente influenciadas por condições naturais, para podar (e conseqüentemente auxiliar na produção de novos frutos) é essencial o acesso à água.

Entretanto a produção de figo não necessita que haja uma constante poda, conforme Mário, a colheita de figo realiza-se principalmente nos meses de dezembro e janeiro, sendo necessária a poda apenas uma vez ao ano. Esta ocorre quando o pé está “formado”, ou seja, brotando “fora do tempo”.



Foto 3. Plantio de Figo de Mário Scabello.

Autor: Larissa Porto. Outubro/2015.

Sendo assim, cada fruta possui seu próprio manejo e o próprio calendário. Toda a produção é articulada de forma a permitir que durante todo o ano sejam produzidas frutas e conseqüentemente haja a extração da renda da terra. Ou seja, o plantio é realizado conforme uma ordem, sendo as etapas de produção pensadas e realizadas de forma que a produção de diferentes gêneros ocorra ao longo de todo o ano. Como afirma Bombardi, de modo que as produções não se sobreponham.

Para, além disso, conforme o calendário agrícola, a jornada pode ser aumentada ou diminuída.

Segundo Maria, enquanto na desbrota o trabalho é mais “light”, embora ressalte que nesta etapa há muito trabalho, “*desbrota tem que trabalha que nem não sei o que*”, essa época é ainda mais “calma” que a da colheita, época em que se torna necessário contratar mão de obra para auxiliar, o que consome parte da renda. Essa mão-de-obra é composta por vizinhos que segundo a sitiantes estão “mais

folgados”, ou seja, dispõe de tempo para auxiliar no trabalho em outras propriedades.

A interlocutora afirma e nega que contrata funcionários. Isso ocorre porque o contrato utilizado não é um contrato físico e sim verbal, quando um vizinho informa que está “folgado” significa que não possui tanto trabalho em sua propriedade, logo, pode auxiliar em outra se necessário. Logo, conforme ocorre essa socialização e conversação, um vizinho ajuda o outro, obviamente, esse trabalho é pago, como abordado posteriormente.

### **3.3.1 A produção na configuração dos sítios**

Durante os trabalhos de campo feitos por Bombardi (2004), os sítiantes destacavam a necessidade de se cultivar goiaba próximo a locais que garantissem o acesso a água, como áreas próximas ao Rio Capivari. A autora chega a afirmar que a configuração do sítio se dava de acordo com o plantio. Assim, conforme a técnica e as condições naturais, para além dos conhecimentos se realizam os plantios e estes eram adaptados mediante as necessidades. A exemplo cita o caso de um morador que optou pelo cultivo da goiaba próximo ao rio e a uva em uma situação de “sujeição” ao vento (pois o mesmo pode ser prejudicial a plantação das frutas) para que se pudesse realizar ambos os plantios. Uma vez que o plantio de goiaba distante do acesso à água inviabilizaria a produção das mesmas. Logo, o conhecimento sobre a natureza e os recursos naturais são fatores fundamentais no que tange os cultivos. Posteriormente isso se altera devido a poluição do rio, levando a construção de tanques em alguns sítios para a irrigação como destaca Bombardi.

Essa situação se mostra totalmente contrária nos dias de hoje, devido a Legislação e ao fato da poluição do Rio Capivari. Conforme ordenado por Lei<sup>8</sup> tornou-se inviável produzir a menos de 30m do rio, o que modificou a configuração interna nos sítios. Além disso, a água proveniente do Capivari já não é mais utilizada seja para plantio ou para o consumo próprio.

---

<sup>8</sup> De acordo com o Art. 4º do Código Florestal Brasileiro de 2012 são consideradas áreas de preservação permanente sejam em zonas rurais ou urbanas “as faixas marginais de qualquer curso d’água natural perene e intermitente, excluídos os efêmeros, desde a borda da calha do leito regular, em largura mínima de: a) 30 (trinta) metros, para os cursos d’água de menos de 10 (dez) metros de largura;” (GUIA PARA APLICAÇÃO DA NOVA LEI FLORESTAL EM IMÓVEIS RURAIS, 2014, s.p).

No lote de Mário foi construído um poço artesiano que direciona a água para uma caixa que é responsável por distribuir por todo o sítio, essa água é usada apenas para o consumo próprio, ou seja, é utilizada pelo sitiante e demais moradores, não para a plantação.

A água utilizada para o plantio é provinda da chuva, há assim uma total dependência das condições naturais. Quando questionado sobre de onde é oriunda a água utilizada para o plantio, o sitiante afirma que “só Deus”. Uma estratégia utilizada para manter o solo úmido diz respeito à forragem. Gêneros como uva e figo são forrados com folhas de cana, essas folhas são adquiridas em usinas e impedem que a raiz fique seca, uma vez que a mantém sempre úmida. Tal mecanismo também encontrado por Bombardi comprova as adaptações anteriormente citadas pela mesma, embora não possa mais contar com a água do rio e utilize a água apenas oriunda da chuva, o sitiante encontrou um meio que garanta uma maior umidade ao solo.

Outros sítiantes confirmam a necessidade da água e a impossibilidade do acesso à água do rio. Segundo Maria é necessário que haja água para a plantação utilizada na irrigação, mas não que o plantio se encontre próximo a fontes de água. No caso da sitiante, a água utilizada em sua plantação é proveniente da chuva.

No ano de 2014, a crise hídrica no Estado de São Paulo, de acordo com Maria ocasionou grandes prejuízos a plantação. Os efeitos da crise hídrica ainda foram sentidos no ano de 2015. Até mesmo para o uso doméstico tornou-se necessário adotar medidas, o poço do qual provem a água para serviços domésticos e higiene foi “afundado” a fim de se extrair mais água.

Quando perguntado sobre o acesso a água, assim como os demais moradores, Geraldo destaca a existência de um poço artesiano na propriedade. Entretanto esse poço assim como nos demais casos só é utilizado para os serviços domésticos, ou seja, para a plantação a água utilizada é proveniente da chuva. Ainda destaca que anteriormente a água utilizada nas plantações era oriunda do Rio Capivari, mas que devido a poluição do rio tornou-se inviável. Em todos os sítios há um poço artesiano.

Portanto, atualmente a configuração dos sítios já não é a mesma. Hoje em dia devido a Lei e também a poluição do Rio, essa produção se desenvolve em outra área. Implicando em mudanças no ordenamento das unidades camponesas, além

disso, para lidar com as adversidades mecanismos são adotados, como por exemplo, a forragem para impedir a perda da umidade do solo.

Geraldo também atribui às empresas da região a responsabilidade sobre a poluição do Rio Capivari. Estas por jogarem os dejetos no rio tornaram impossível que a água do mesmo pudesse ser utilizada para a irrigação. O camponês deixa claro posicionamento contrário à ação das empresas, na visão de Geraldo as mesmas não deveriam poluir um rio que possuía tanta “serventia”, rio o qual era capaz de fornecer água para a irrigação da lavoura, além de permitir a pesca de diversos peixes.

Essa visão é a mesma que a encontrada anteriormente por Bombardi (2004) em relação aos camponeses que se sentem injustiçados, uma vez que as empresas da região poluem o rio que sem o rigor com o qual os camponeses devem “lidar”. Ou seja, enquanto os camponeses devem lidar com as implicações da Lei até mesmo para a construção de tanques ou em relação a configuração dos sítios, as empresas poluem com seus dejetos sem tamanho rigor do Estado em “puni-las”.

### **3.3.2 A dependência e interferência da natureza**

Como anteriormente citado, para a produção há uma total dependência da natureza. Sendo assim, o desenvolvimento de pragas como a ferrugem está ligado principalmente a condições naturais, a mudanças bruscas no tempo. Geraldo relata que tal praga pode ocasionar a perda de uma safra inteira. Logo, para evitar que isso ocorra o camponês utiliza de forma contínua insumos químicos como adubos e inseticidas a fim de assegurar a colheita.

*A goiaba, por exemplo, ela é mais fácil de colher, ela aguenta mais tempo na caixa. Passou um veneninho pra ela não dá bicho, aí você tá tranquilo. Mas o figo dá dinheiro, ele é bom de vender, mas é perigoso você perder uma safra a toa a toa. (Geraldo)*

Além disso, aspectos naturais podem interferir e causar prejuízos, como a chuva de granizo que “machuca” e danifica os produtos, levando muitas vezes a perda da safra. Como alega Maria já ocorreram casos onde sua safra foi completamente prejudicada devido a seca ou a chuva de granizo. A sitiante afirma que:

*pedi a Deus pra natureza, que mande a chuva na época certa. Porque quem tem irrigação tem frutos maravilhosos, porque tem água todo dia, todo dia embaixo do pé. Quer dizer, o pé fica vitaminado, cheio de água. Agora quer dizer, eu já não tenho irrigação, o pé murcha, a fruta sente. Quer dizer, tem tudo isso. Tem que ter água, o segredo do negócio é ter água. (Maria).*

Nesse trecho fica evidente a forma como toda a plantação está condicionada a condições naturais.

As condições naturais podem também interferir nos gastos. Maria alega que seu principal gasto consiste no adubo, quando chove torna-se necessário adubar os pés novamente e quando não chove a situação de seca pode levar a perda da safra. Conforme a sítante “*quando a natureza ajuda a coisa anda*”, ou seja, há uma total dependência das condições naturais. Além disso, a moradora afirma que os sítios que contam com irrigação são mais “tranquilos”, para a mesma os produtores que dispõem de um poço artesiano para a produção “é muito mais tranquilo”.

A situação de vulnerabilidade as condições naturais é bem presente no universo camponês, a medida que como relatado por Bombardi os camponeses possuem total dependência da natureza e sofrem a interferência de fenômenos naturais. Sendo assim não há uma constância, uma vez que imprevistos climáticos acontecem, como citada a crise hídrica que quase levou a perda de uma safra inteira. Essa interferência implica diretamente em um maior ou menor extração da renda da terra.

### **3.3.3 Mudanças na lavoura**

Em sua obra, Bombardi (2004) destaca o caso de uma família que anteriormente criava galinhas, mas devido à produção de frutas tornou-se inviável. À medida que os animais não poderiam mais ser criados “soltos” e ofereceriam “riscos” a plantação, além de implicar na necessidade do cultivo de milho em uma fração da terra.

Ainda sobre a importância atribuída a experiência por Mário, em outro momento quando perguntado sobre a criação de animais o sítante alega que antigamente criavam-se galinhas. Hoje em dia não é mais possível devido à mudança na forma do cultivo da uva. Expressa a forma como as técnicas da lavoura se modificam, além de deixar evidente a forma como se dá o conhecimento das mesmas, por meio da prática.

Sobre a mudança na forma do manuseio da lavoura de acordo com o sitiante, enquanto hoje em dia há o uso de Randap, produto químico responsável por eliminar os matos, antigamente para diminuir a quantidade de mato usava-se um painel. O sitiante ainda afirma que a lavoura funciona como a medicina, desenvolve-se e se moderniza ao longo dos anos, cada vez mais a lavoura muda. Quando perguntado como se dá o conhecimento a respeito dessas técnicas evidencia então a questão da experiência, de acordo com o camponês aprende-se na prática, “aprende-se sozinho”.

Algo que demonstra essas mudanças no plantio, além dos exemplos citados, é o fato que antigamente, as goiabas deveriam ser plantadas no sentido oposto ao que o vento “bate” como exposto pela autora, algo que já não ocorre mais de acordo com Geraldo. Hoje em dia esse ideal se mostra ultrapassado, como alega o interlocutor não há ligação. Logo o plantio pode ser realizado em qualquer lugar, não importando se o vento atinge ou não. Tal fato comprova as mudanças no tocante às técnicas e demais implicações no plantio das frutas.

### 3.4 APROPRIAÇÃO DA RENDA PELO CAPITAL INDUSTRIAL

Além das dificuldades encontradas para a produção como a ocorrência de fenômenos climáticos e a questão da poluição do Rio Capivari, os produtores ainda contam com outros obstáculos para que possam prosseguir com a reprodução. A exemplo, Bombardi (2004) ressalta algumas formas pelas quais os camponeses possuem a renda da terra apropriada: pelo capital industrial e comercial. Em relação ao capital industrial este se dá pela necessidade de compra de adubos, embalagens, etc. Já o capital comercial aparece, sobretudo pela figura do atravessador. Assim, a autora destaca também que para a produção de bons frutos os camponeses sem viam “coagidos” a utilizar fertilizantes e inseticidas que assegurassem uma produção de “qualidade”, impactando na extração de parte da renda pelas grandes empresas produtoras, ou seja, pelo capital industrial.

.Por sua vez, no tocante a produção das frutas João destaca uso do sulfato, tal produto químico é utilizado de forma a deixar a fruta com uma melhor aparência, mais bonita. De acordo com o entrevistado, quando não utilizado a planta apresenta doenças como a ferrugem, suas folhas caem e os frutos não ficam tão bonitos. Sendo assim, quanto melhor a aparência da fruta, mais fácil a mesma será vendida.

*“Mais fácil fica pra vender. Você já viu, a hora que você chega no mercado que você uma gaveta de figo bem arrumadinha, na hora que você vê um sulfato.” (João)*

Mário por sua vez evidencia os gastos com embalagens, chega a afirmar que meses onde há uma grande produção, como janeiro os gastos com embalagens chegam a R\$14.000,00 reais. Embora haja uma grande produção de goiabas e demais frutas, há também uma grande despesa, de forma que o camponês afirma que se tiver “20% livre” (o lucro) dá uma boa quantia. Ou seja, para a produção das frutas empregam-se muitos gastos, desde o adubo até as embalagens. Parte das frutas é levada para o CEASA, em Campinas.

Com o passar dos anos a quantidade de pragas vem aumentando, o que implica em um maior gasto com “venenos”. Além disso, há o gasto com embalagens. João não possui tal gasto, pois é funcionário. Maria, Geraldo e Mário possuem e destacam a forma como esses gastos extraem parte da renda. Assim, Mário afirma que cada vez mais são comuns pragas na plantação, o que ocasiona um maior gasto com despesas como os produtos químicos. Para, além disso, Maria e Geraldo anteriormente destacam a interferência da natureza nesse processo, quando chove torna-se necessário adubar novamente e devido ao favorecimento de pragas, tornam-se essenciais os gastos com adubos e inseticidas para assegurar a reprodução.

Portanto, assim como anteriormente destacado por Bombardi (2004) a extração por parte do capital industrial se realiza no bairro. Conforme relato de moradores devido ao número de pragas aumentar com o decorrer dos anos, torna-se ainda mais fundamental o uso de insumos químicos. Outro aspecto importante a ser destacado é que para que possam ser utilizados alguns produtos, como inseticidas que fazem mal a saúde humana, torna-se necessário o uso de equipamentos de proteção individual, resultando novamente na apropriação de parte da renda por parte do capital industrial.

A autora relata casos em que a trajetória de vida das famílias levou ao enriquecimento, permitindo, portanto, que os camponeses obtivessem dupla identidade, a de camponeses e também de capitalistas. Portanto, conforme conseguiram prosperar puderam adquirir caminhões (o que evitou extração de parte da renda) e até mesmo pedras no CEASA. Sobre a venda das mercadorias embora em todos os casos aconteça a venda para o CEASA, existem muitas diferenças na forma como ela se dá de acordo com os perfis.

A família de Mário Scabello, por exemplo, conta com uma pedra no CEASA há cerca de 48 anos. Conforme alega o sitiante na época em que comprou a pedra o valor ainda era relativamente baixo, em oposição aos valores de hoje. Parte da produção do sítio é destinada a essa pedra. Quando perguntado sobre outro possível gasto que diz respeito ao transporte de suas frutas para o CEASA, o sitiante alega que possui dois caminhões. Para Mário, possuir os caminhões é algo necessário para evitar que parte da renda seja apropriada por outra pessoa. Além dos gastos com as embalagens, fertilizantes, adubos e demais produtos químicos, os gastos com o “atravessador” levaria a uma diminuição considerável em sua renda, sendo necessário que haja a posse de caminhões para transportar suas mercadorias até o CEASA.

A partir da visão de Paulo (morador do Núcleo), este atestou que parte da produção é destinada ao CEASA. No decorrer de suas falas, o mesmo afirma que atualmente parte dos produtores possui uma pedra no mesmo, mas que antigamente um maior número de sitiantes possuía. Paulo ainda explicita algumas táticas adotadas pelos produtores. Alguns que possuem pedras destinam parte da sua produção a mesma, muitas vezes compram a parte de seus arrendatários e demais produções para vender em suas pedras ou revendem para compradores que possuem pedras. Há ainda casos em que a produção é destinada a exportação. Neste caso, as frutas se encontram em um alto padrão de qualidade, são selecionadas e passam por criteriosas triagens a fim de separar as quais se encontram no padrão para serem embaladas e exportadas. As frutas que não se encaixam são então enviadas para o mercado.

A situação de Mário é contrária à de Maria e Geraldo. Maria confirma que sua produção é destinada ao CEASA e alega que suas frutas são vendidas para o atravessador o qual faz a “ligação” entre produtor e comerciantes. Sendo assim, as mercadorias são vendidas e levadas para as Centrais de Abastecimento de Campinas, no local, são revendidas para os comerciantes e demais interessados. Esse processo implica na extração de parte da renda dos produtores pelo atravessador. Como não possuem uma pedra torna-se necessária a figura do mesmo para que a mercadoria chegue até o CEASA e posteriormente até o consumidor final.

Geraldo também confirma a dependência do atravessador. A mercadoria produzida no sítio é destinada ao CEAGESP em São Paulo e ao CEASA em

Campinas. Devido ao fato do sitiante (patrão de Geraldo) não possuir uma pedra, as mercadorias são vendidas e buscadas pelos caminhões do comprador. Esse é um comprador fixo para o qual vendem a mercadoria há muitos anos.

Ainda em relação ao destino de suas mercadorias, Geraldo alega que como possui dois compradores, quando ocorre a venda para um, toda a sua produção é destinada ao mesmo, o que impede que parte seja vendida a outro comprador. Afirma também que para o produtor é melhor vender para São Paulo, pois não importa quantas caixas possua o comprador irá querer todas, uma vez que “pega” mercadoria de diversos produtores a fim de atender a demanda. Já os compradores de Campinas (CEASA) “dão uma parada” quando há muita produção, o que não garante ao produtor que toda sua mercadoria será vendida. Logo, para Geraldo é evidente que não compensa vender para atravessador de Campinas, uma vez que não há certeza se toda a produção será vendida. Para o mesmo, é mais interessante vender *“para uns caras que levam pra cara forte”*, ou seja, para que as mercadorias sejam levadas para outros estados. Geraldo ainda cita o caso do vizinho, como o patrão possui seu próprio caminhão não há necessidade do atravessador, sendo assim, a mercadoria é colhida e levada para as Centrais de Abastecimento de Campinas. Já o patrão de Geraldo, é considerado pelo mesmo como fraco por não possuir um caminhão e assim precisar de atravessadores. Logo, tanto as goiabas produzidas pelo arrendamento ou meigem são vendidas para o atravessador.

A situação de apropriação de parte da renda pelo capital comercial anteriormente citada por Bombardi (2004) ainda se encontra presente. Enquanto Mário possui uma melhor condição se comparado os demais, possui sua própria pedra no CEASA e destaca que é necessário que se possua um caminhão. Maria que também é sitiante ressalta que parte da sua renda é apropriada pelo atravessador, de modo que vive em constante situação de vulnerabilidade e instabilidade. Geraldo, arrendatário e meeiro afirma que tanto sua produção quanto a produção na qual trabalha necessitam da figura do atravessador. Algo que aparece de forma comum as entrevistas realizadas por Bombardi e nas mais recentes, o fato de em muitos casos parte da renda ser apropriada pelo capital comercial, por meio dos atravessadores.

#### **3.4.1 Regulagem de preço e o capital comercial**

Conforme Bombardi (2004) os produtores se encontravam em uma situação de consignação levando a uma não garantia sobre o quanto iriam receber. Isso acontece devido ao fato de os camponeses não conseguirem vender as frutas diretamente para o CEASA, tendo que vender aos atravessadores que revendem a mercadoria para donos de pedras e outros intermediários. Logo, as mercadorias passariam por “diversas mãos” até chegar ao consumidor resultando em um acréscimo no preço, mas a diminuição em relação ao valor recebido pelos produtores. Além disso, é destacado que a época da colheita que possibilitaria ao produtor a venda direta ao consumidor, devido às diversas burocracias que não eram “bem vistas” pelos camponeses, que possuem um universo diferente do capitalista, esse processo de venda direta tornava-se dificultoso. Outro importante elemento ressaltado diz respeito ao fato que os camponeses possuem total consciência a respeito do processo de regulação dos preços, ou seja, conhecem a lei da oferta e procura. Portanto compreendem que quanto menor a disponibilidade de frutas no mercado e conseqüentemente o monopólio de produção, maior será o preço pago pelas mesmas.

No tocante a regulação dos preços Mário destaca a questão da oferta e da procura, logo, o mesmo varia conforme o dia. O CEASA aparece como o elemento que auxilia nesse controle, ditando qual o “valor” da fruta de acordo com o dia. Sendo assim, o sitiante tem total conhecimento acerca de como é estabelecido o preço da fruta, como ocorre essa regulação. Uma vez que possui sua própria pedra e regula os preços conforme as demais no CEASA.

A situação se mostra diferente para aqueles que dependem de atravessadores como Maria e Geraldo. Como alega a sitiante, a mesma não sabe o quanto receberá pela mercadoria, vende ao atravessador e recebe conforme o preço da fruta no CEASA. Logo, existem dias em que a fruta possui um maior valor e dias em que está a um menor valor. A incerteza no tocante ao quanto irá receber é algo recorrente; por vezes, se recebe uma quantia baixa que acarreta prejuízos. Tal questão também é exposta por Bombardi (2004) quando afirma que por vezes os produtores recebiam um valor inferior ao que foi gasto para a produção.

Geraldo também alega que não sabe de imediato qual será o preço pago. As vendas funcionam a partir de faturas.

*Então o que acontece, as caixas são minhas, então vai, eles me dão o cartão da fatura, eu faço as faturas, fica um papel comigo e outro pra São Paulo. Então quando chega o pagamento, vem um envelopinho com as faturas e os preços das goiabas, então eu vou sabe o preço das goiabas quando vem de lá pra cá. (Geraldo).*

Nas faturas são expostos os preços das embalagens e das frutas, sendo assim, quando recebe a fatura (e o pagamento), o produtor irá saber o quanto foi pago em sua mercadoria. Conforme já destacado, o preço da caixa com as frutas não é fixo. Em alguns casos é alegado que o preço pago pela mercadoria é inferior ao que foi gasto para produzi-la, *“não compensa nem o veneno que a gente paga”*, o que confere prejuízo.

O camponês possui plena consciência a respeito do processo e da regulagem do preço e dos mecanismos utilizados, afirma, portanto, que as mercadorias levadas para o CEASA são “pegas em conjunto”, diversos produtores contribuem. Além disso, existe um “acordo” para regular o preço para que não haja concorrência, os valores pagos pelas mercadorias são sempre próximos ou os mesmos pelos compradores. Ainda de acordo com Geraldo, as mercadorias são levadas três vezes por semana, terça-feira, quinta-feira e domingo.

Novamente sobre a lei da oferta e procura e regulagem dos preços, Maria expõe que: *“Não tem fruta pra abastecer o mercado, então todo mundo quer. Aí quando enche o mercado de fruta, pronto, aí o preço vai lá embaixo.”* Para, além disso, destaca que o tamanho da fruta é um importante fator, pois quanto menos frutas houver em uma caixa e conseqüentemente maior o tamanho das frutas, maior será o valor pago pela caixa. Questão esta que como pode ser notado não se alterou nos últimos anos.

Em outro momento a sítante ainda relaciona o tamanho e qualidade da fruta ao acesso á água, alegando que para que haja uma produção de frutas grandes e bonitas é essencial que o pé receba água, esteja “vitaminado”. O cuidado com o cultivo e a natureza na visão da sítante são os principais elementos para uma produção de qualidade.

### 3.5 O PLANTIO DE GÊNEROS PARA O CONSUMO PRÓPRIO

No tocante a uma produção para consumo próprio, Bombardi (2004) destaca em sua obra que por vezes notou alguns pequenos cultivos, mas os sítantes

negavam, pois achavam a quantidade de pés insuficientes para que fossem consideradas como uma plantação.

O mesmo se deu com Mário, de acordo com o sitiante os únicos gêneros cultivados na propriedade são os comercializados, uma vez que segundo o sitiante plantar outros gêneros resultaria em um maior gasto se comparado a aquisição no mercado. Porém, logo na parte da frente da propriedade são cultivados couves. O camponês não revela em sua fala, pois é uma quantidade muito pequena de pés, o que não é considerado para o mesmo uma plantação.



Foto 4. Cultivo de couves na propriedade de Mário Scabello.

Autor: Larissa Porto. Outubro/2015.

Já Maria quando perguntada se há o plantio de outros gêneros para a sobrevivência, responde prontamente que não. Assim como Mário, afirma que o plantio iria gerar maiores gastos e que por este motivo economicamente é mais viável a aquisição no mercado, além da questão de que resultaria em um maior trabalho, *“Se eu plantar feijão pra colhe uns kg aí, minha fia, eu vou ter que morre de trabalhar, então é muito mais vantagem pra mim compra”*. A sitiante alega que só planta o que pode ser comercializado.

Por sua vez Geraldo afirma que além da produção da goiaba, na área a qual arrenda produz outros gêneros, como abóbora, por exemplo, que é vendida para o CEASA. Sendo assim, além da plantação de goiaba, ocorre também o cultivo de outros gêneros a fim de complementar a renda. Conforme afirma, essa produção não dá lucro, mas auxilia no pagamento de alguma dívida ou até mesmo na compra de inseticidas, embalagens e outros “materiais” necessários. Constituindo um mecanismo utilizado para suprir as necessidades que não são supridas através do trabalho de arrendatário e meeiro.



Foto 5. Plantio de abóbora por Geraldo.

Autor: Larissa Porto. Outubro/2015.

Maria afirma que logo quando chegou ao sítio existia a produção de figo, mas ela e a irmã não se “adaptaram” a produção. Quando comparada ao cultivo de goiaba, acredita que a de figo seja mais lucrativa, entretanto, não vê meios para isso, uma vez que conta com o auxílio apenas do marido e da irmã. Por ser uma produção familiar com pouca mão de obra, relata a dificuldade de inserção de novos gêneros na produção.

Logo, enquanto Mário realiza o cultivo de couve voltado ao consumo, Maria destaca que não realiza o plantio de outros gêneros, já Geraldo cultiva abóboras que são vendidas para o CEASA. A possibilidade de plantar abóboras expressa um mecanismo adotado para a permanência na terra, ou seja, o plantio gera uma renda extra para Geraldo. Bombardi (2004) ressaltou o caso em que famílias construíram tanques para extrair a areia existente no sítio uma atividade econômica além da produção de alimentos. Ou seja, tais exemplos demonstram os mecanismos adotados pelos camponeses para que possam assegurar suas reproduções em momentos de adversidades, para que a sobrevivência da família prossiga. Logo, os produtores ainda hoje buscam meios que auxiliem na reprodução das famílias, as adversidades passadas permitem que elementos para a permanência nos sítios se manifestem.

### 3.6 A INSERÇÃO DE TECNOLOGIA *VERSUS* EXPERIÊNCIA

Mário além de plantar figos, planta também uvas que são utilizadas na fabricação de alguns vinhos que são comercializados em sua adega.

O camponês conta que há 10 anos se encontra no Circuito das Frutas<sup>9</sup>. Em seu lote, possui uma adega onde vende vinhos produzidos a partir de suas uvas. Não obstante a isso, ainda possui uma pedra no CEASA e conta com o auxílio de seu genro para levar as frutas e demais produtos que produzem para feiras, exposições e festas, como a Festa do Figo. O perfil do sitiante se diferencia dos demais justamente por conta de sua estabilidade e seus aparatos.

A respeito da Festa do Figo<sup>10</sup>, essa é uma festa típica que ocorre na cidade de Valinhos sendo uma oportunidade de potencializar as vendas, pois frutas como a goiaba e a uva, além do figo são amplamente comercializadas. Sobre essa oportunidade, segundo João uma caixa de figo que habitualmente custa R\$ 30,00 durante o período em que se realiza a Festa (Janeiro) chega a custar entre R\$ 40,00 e R\$ 50,00. Logo, conforme João *“Aí quer dizer que você é produtor você puxar mais.”*

---

<sup>9</sup> Busca o fortalecimento e desenvolvimento do turismo rural em 11 cidades: Atibaia, Indaiatuba, Itatiba, Itupeva, Jarinu, Jundiaí, Louveira, Morungaba, Valinhos e Vinhedo.

<sup>10</sup> Festa tradicional da cidade que faz parte do Circuito das Frutas, onde há exposição e leilão de frutas, além de premiações aos melhores produtores.

Portanto, se evidencia o fato da Festa garantir um “bônus” a renda, a medida que há uma grande procura que nesse caso permite que haja um acréscimo no preço do produto. De acordo com João, a época de final de ano próximo ao Natal também é uma época onde há um aumento nas vendas.

Mário afirma que a época de Natal é excelente para as vendas, quando perguntado sobre o período em que há um aumento nas vendas a resposta é dezembro e janeiro, sendo janeiro o mês em que acontece a Festa do Figo. Durante a época de Natal, o sitiante chega a afirmar que o valor *“exagera, vai tudo lá em cima”*, sendo assim, essas épocas permitem que haja um maior lucro, melhor extração da renda da terra.

Assim, para alguns sitiantes épocas como o Natal (fim de ano) e Festa do Figo (ocorre em Janeiro) contribuem para que uma maior renda seja gerada através do aumento no preço das frutas comercializadas, ou seja, permite um maior lucro.

Sobre a adega esta vende não somente vinhos, mas doces, compotas, refrigerantes, licores, etc. Os doces e licores são produzidos por sua mulher e filha, a partir principalmente das frutas que são cultivadas no sítio. Já outros produtos comercializados como conservas, mel, entre outros são adquiridos e posteriormente vendidos.

De acordo com a filha do sitiante, a mesma aprendeu a fazer os doces a partir de um curso oferecido pelo SENAR (Serviço de Aprendizagem Rural) entre os anos de 2004 e 2005. A interlocutora afirma ainda que o SENAR oferece outros cursos para o trabalhador rural. Conforme a filha do sitiante, embora possua o conhecimento sobre a produção de conservas devido ao curso que fez, essas não são produzidas devido aos gastos na produção e ao trabalho envolvido.

Além disso, destaca-se que devido ao fato do seu pai possuir uma pedra no CEASA tem contato com muitos produtores, o que facilita na aquisição das frutas que não são cultivadas no sítio, mas são passíveis para a produção de doces e licores. Logo, o sitiante as compra de outros produtores e após “transformadas” em doces e licores são comercializadas na adega. Em relação aos gastos na produção a entrevistada relata que são poucos e que os principais referem-se a fruta. Logo, quando a mesma é produzida no sítio cai consideravelmente o valor investido na produção destes produtos.

Já em relação a produção dos vinhos, parte é produzido a partir das uvas plantadas no sítio e os demais a partir de frutas que são compradas (para a produção de vinho de laranja e jabuticaba, por exemplo).



Foto 6. Vinhos comercializados na adega de Mário Scabello.

Autor: Larissa Porto. Outubro/2015.

Ainda sobre os tipos de vinhos produzidos, Mário afirma:

*o bordô três, o Isabel você faz o seco e suave, né. Vamos supor, o rosê, o rosè você faz com a uva branca e uva preta. Uva pretinha ou a Isabel ou o Bordô e a branca pra dar um rosê certo. Você põe 80 kg branca, 20 kg da escura pra dar a cor certinha. (Mário).*

Ou seja, a partir de um único tipo de uva, conforme as “técnicas” empregadas é possível a produção de dois tipos de vinho. Em relação a uva que produz em seu sítio, essa é de um único tipo, a uva Niágara.

Quando perguntado sobre uma possível ajuda no tocante a produção dos vinhos, novamente o camponês destaca a prática. Logo, essa é fundamental para o desenvolvimento das técnicas na lavoura e até mesmo na produção das bebidas. O

sitante alega que aprendeu a fabricar os diversos tipos de vinho na prática mediante a “experimentação”.

Posteriormente, Mário afirma que conta com a ajuda de uma química para auxiliar em casos de dúvidas. O que demonstra a inserção da tecnologia no campo, embora seja um sitiante e lide com a questão rural, além de contar com o auxílio técnico de uma química, na adega existem equipamentos de alta tecnologia que são utilizados para fabricar o vinho, como será explanado futuramente. Sobre esses equipamentos o sitiante afirma que levou certo tempo até adquiri-los.



Foto 7. Equipamento utilizado para filtrar o vinho

Autor: Larissa Porto. Outubro/2015.

Ainda sobre uma ajuda técnica, no sítio foi construído um poço artesiano. De acordo com os relatos do senhor Mário, embora tenha utilizado um suporte técnico

há uma leve desconfiança. Para o sitiante, o mesmo possui um grau de conhecimento maior sobre as questões da terra que as pessoas estudadas. Como apresentado anteriormente por camponeses entrevistados por Bombardi. Mário alega que contratou “gente” de Jundiá para construir o poço e que não possui total confiança. Devido ao fato de possuir o trabalho e a trajetória de vida relacionados a terra, o sitiante se sente maior e melhor conhecedor de tais aspectos se comparado a alguém “estudado”.

Quando questionado sobre alguma ajuda técnica propriamente na lavoura, a resposta de Mário é que “*Imagine, nós somos.*”. Essas experiências são muito valorizadas, descobre-se como produzir vinho a partir da prática, assim como a melhor forma de cultivar suas frutas. No universo camponês o saber está diretamente ligado a terra e as relações tecidas com as mesmas, as vivências e ao cotidiano.

Novamente em relação a adega, na mesma são encontrados três equipamentos: a castanheira, que conforme o sitiante é utilizada para o envelhecimento da pinga; equipamento para engarrafamento; equipamento utilizado para colocar rolhas em garrafas de vinho; equipamento que produz vinagre; equipamento onde o vinho é filtrado. Não obstante a isso vale ressaltar aqui os gastos demonstrados em relação à tecnologia. No tocante a segurança, na adega existem câmeras de segurança, assim como um monitor que expõe as imagens.



Foto 8. Monitor que revela a existência de câmeras de segurança.

Autor: Larissa Porto. Outubro/2015.

Todos os equipamentos refletem o alto investimento feito na adega para a produção desses produtos. Sendo assim, o investimento se dá não apenas no auxílio técnico de uma química para otimizar os vinhos, mas em todo maquinário empregado na produção dos mesmos. Embora tenha sido gasto um alto valor, o sitiante afirma em suas falas que foi algo benéfico e que há um grande retorno. Além disso, demonstram também o uso de tecnologia no campo e a extração de parte da renda pelo capital industrial, refletem, portanto, o investimento do sitiante em prol de um maior lucro, uma maior inserção no mercado além da produção de frutas. O camponês chega a afirmar que pessoas de outras cidades se dirigem ao sítio a fim de adquiri-los.

Mário tem plena consciência que os vinhos importados no mercado em grande parte são pagos em dólares. A alta do dólar no momento atual (da entrevista), foi então algo benéfico ao sitiante, a medida que devido ao alto preço nos mercados os consumidores procuram outras alternativas para aquisição do produto.

Sobre a adega, o camponês afirma que a primeira vez que fez vinho possuía 19 anos, logo começou a vender alguns garrafões, até *“que hoje tem bastante coisa”*. O camponês ainda alega que sua família já possuía certa prática com o vinho, mas que aprendeu a produzir com o seu Alfredo Carbonari, um sitiante de Jundiaí. Demonstra, portanto, uma transmissão no tocante às informações e técnicas que ocorria anteriormente por parte dos camponeses.

A todo o momento fica nítida a importância da carga de experiência de Mário. Em relação aos vinhos, embora tenha aprendido com um sitiante que já produzia, o senhor Mário declara que ao longo dos anos foi desenvolvendo as técnicas e produzindo outros tipos de vinhos. Logo, como já exposto a experiência é um importante fator na reprodução da vida desses camponeses, a aprendizagem conforme a prática é algo muito valorizado e faz parte do arcabouço de conhecimentos dos camponeses.

### 3.7 TROCA DE EXPERIÊNCIAS E SOLIDARIEDADE NO BAIRRO RURAL

De acordo com Mário, a aprendizagem sobre a produção de vinho se deu através dos ensinamentos de outro sitiante. Sendo assim quando perguntado se é comum que um morador do Bairro Reforma Agrária conheça um morador de outro bairro que também seja produtor, a afirmação se dá de forma imediata, o sitiante ainda ressalta que o cultivo de uva, figo, goiaba *“tá esparramado pro Brasil inteiro”*.

Mário alega que não há no bairro a “troca de experiências”, ou seja, para o sitiante os moradores não se ajudam em relação a produção. Alega também que antigamente os moradores eram mais unidos, mas que hoje em dia a situação se mostra diferente.

Assim percebem-se mudanças ocorridas ao longo dos anos, uma das características do bairro rural, a solidariedade entre os moradores se mostra “fragilizada” no ponto de vista de Mário. A partir da fala do camponês, antigamente um vizinho ajudava ao outro, como nos casos citados por Bombardi (2004) quando havia a transmissão de informações a cerca de técnicas de cultivo, que por sua vez resultou na disseminação do plantio de goiaba no bairro. A medida que as famílias japonesas ensinaram a outras famílias que disseminaram as informações, além do exemplo do mutirão, onde uma família auxiliava a outra na época da colheita. Hoje no bairro os vizinhos já não se ajudam da mesma forma. A troca de experiência e

informações, conforme alega o morador já não ocorre, o mesmo afirma que isso acontece porque “as coisas mudam”. Logo, essas mudanças são vistas de forma natural e como consequência de “outros tempos”, do desenvolvimento da vida ao longo dos anos.

Geraldo por sua vez, demonstra um lado contrário a visão de Mário, conforme o depoimento, aprendeu o cultivo de goiaba com os vizinhos, demonstrando que há essa transmissão de técnicas: *“Aí eu comecei a conversar com a rapaziada que é amigo meu, tudo espalhado por aí hoje, ai eles falou ‘Não, pode fica tranquilo que nós vai ensinar você a mexer com esse treco aí’ ”*. A situação de Geraldo se assemelha a de produtores entrevistados por Larissa que confirmaram a aprendizagem sobre o cultivo e outras técnicas com vizinhos. De acordo com a mesma, havia uma socialização entre os vizinhos que permitia que a troca e o compartilhamento suas experiências, disseminando conhecimentos.

A transmissão oral do conhecimento a respeito das práticas de plantio foi o que possibilitou a permanência da família de Geraldo no sítio. O cultivo de um gênero totalmente novo necessitou que se buscasse conhecimento a respeito. A ajuda dos vizinhos foi um elemento fundamental, a troca de experiências e conhecimentos é um aspecto muito comum no universo camponês. O morador afirma que foram os vizinhos que lhe ensinaram todos os aspectos referentes ao plantio, até mesmo como utilizar o sulfato.

As relações de amizades tecidas são fatores do cotidiano desses camponeses, Geraldo afirma que os vizinhos são seus amigos até hoje, ou seja, as relações são “aprofundadas” a medida que há esse convívio. Como exemplo, no dia o qual houve a entrevista um vizinho de Geraldo o visitava, quando questionado a respeito do amigo a resposta foi *“ele mora ali do outro lado, vem sempre aqui jogar papo fora”*.

Essa relação de ajuda entre vizinhos é novamente destacada quando Geraldo afirma que em momentos de “aperto” pode contar com o auxílio dos mesmos na produção. O camponês explicita essa relação de solidariedade onde quando se necessita de um “maior número de braços” é comum que haja a ajuda de vizinhos em troca de dinheiro. Ou seja, mesmo que por vezes o serviço seja pago na concepção de Geraldo há uma bondade envolvida, não se cobra a ajuda, cobra-se apenas a mão-de-obra. Não obstante a isso, o camponês destaca que quando um

vizinho possui conhecimento ou informação sobre determinado assunto, compartilha com os demais, pois quer ajudar a “crescer”.

Ainda em relação aos vizinhos, conforme as características de um bairro rural, a solidariedade é um elemento bem presente, algo que é demonstrado na fala de Maria quando alega que é comum que um vizinho ajude o outro. Logo, esses elementos tornam ainda mais estreitas as relações existentes entre os moradores e fortalecem assim os vínculos. Anteriormente Larissa destaca a existência da “ajuda mútua” por meio de mutirões ou troca de dia de serviços, além da socialização de técnicas. Hoje essa ajuda ainda se realiza, mesmo que a partir do pagamento em muitos casos, mas ainda há uma solidariedade existente no meio. A troca de informações e conhecimentos ainda ocorre no bairro comprovando que a solidariedade ainda se faz presente no Bairro Reforma Agrária.

### 3.8 DIFERENÇAS ENTRE BAIRRO RURAL E MEIO URBANO

Sobre as diferenças entre um bairro rural e o meio urbano, Maria destaca as dificuldades encontradas devido ao distanciamento dos centros urbanos. Sendo assim, quando precisa de um remédio tem que se dirigir até a cidade a fim de adquiri-lo. Conforme a sitiante, embora exista um posto de saúde no bairro, o médico nunca está presente *“O médico vem aí, faz o atendimento dele e depois vai embora”*.

Novamente sobre a relação existente entre os moradores do bairro, Maria alega que essa é positiva. Em sua visão os moradores do bairro são amigos, afirma gostar do bairro devido a essa amizade facilmente estabelecida. Chega a contar que foi bem recebida pelos moradores. Ou seja, essa proximidade entre os vizinhos é algo benéfico na visão da sitiante. De acordo com seus relatos, enquanto moradora da cidade a vida corrida não permitia esse contato com os vizinhos, na cidade a extensa jornada de trabalho, a qual fazia deixar o lar às 5 hrs da manhã só retornando às 19 hrs, impedia esse contato com os demais moradores. Agora no sítio onde faz seus próprios horários e consegue frequentar as missas (como será aprofundado a diante), a sitiante consegue estabelecer uma melhor relação com os demais moradores.

Mário possui uma visão diferente em relação aos moradores e afirma que não se ajudam. Para o sitiante os vizinhos *“se dão bem, mas ninguém vai atrás do*

*outro*”. Ou seja, embora não haja conflitos, há certo grau de egoísmo expresso na fala, “ninguém vai atrás do outro”.

Acima surge uma importante questão no entendimento de bairro rural, a questão da solidariedade na concepção de Mário já não se apresenta como em outrora. Embora os vizinhos possuam um bom relacionamento, há uma individualidade existente no meio. O morador chega a destacar que conhece mais pessoas na cidade do que no bairro onde mora, até mesmo com os seus familiares não possui uma relação tão próxima, desconhecendo até os sobrinhos que moram em sítios próximos.

Tal visão individualista de Mário está bastante relacionada a seu perfil que mistura o de camponês com pequeno capitalista, como já apresentado. Sendo assim, uma das causas desse distanciamento em relação aos vizinhos pode ser seu grau de “independência”, além de uma visão mais ligada ao mercado, visão essa individualista. Logo, essa maior “proximidade ao capitalismo” (devido as suas “posses”, além dos funcionários) pode interferir na forma como o morador enxerga os demais vizinhos.

A relação de vizinhança em um bairro rural é muito próxima, esse é um dos quesitos que o caracteriza, o diferencia. Em uma das falas de João fica nítida essa proximidade, o entrevistado afirma que todos são amigos e que se conhecem “*Só pra você saber eu moro só perguntar o João todo mundo conhece, todo mundo é conhecido.*” Ou seja, há uma ligação entre os vizinhos produtores, desde os empregados aos patrões todos se conhecem e se relacionam. Quando questionado sobre a cooperação dos vizinhos em momentos difíceis o interlocutor afirma em momentos de adversidade um vizinho auxilia o outro “*Um ajuda o outro, um ajuda o outro. Os vizinhos se ajudam.*”.

Já nas falas de Geraldo, como explicação para a diferenciação na relação entre bairros rurais e bairros existentes em áreas urbanizadas, ou seja, para elucidar a diferença em relação ao comportamento da vizinhança, o morador usa um exemplo onde um ladrão procura por uma pessoa. Esse exemplo é bastante significativo, pois demonstra o ideal de violência que para o interlocutor há na cidade. Sendo assim o vizinho não informa sobre o outro com a intenção de proteger. É “incabível” a ideia de vizinhos que se conheçam ou não possuam um bom relacionamento como em seu caso, como nos bairros rurais. Embora em seu ponto de vista na cidade haja um certo grau de egoísmo.

Anteriormente Mário afirmou que embora seus parentes possuam sítios no mesmo bairro conhece alguns deles. Além disso, o camponês conta que um dos sítios de seus parentes se encontra abandonado, o que na verdade significa que o sitiante ainda mora no sítio, mas não produz no mesmo, pois trabalha na cidade. Conforme o camponês, seu sobrinho “abandonou” o sítio, pois entende que é mais vantajoso o trabalho na cidade.

Já para Mário trabalhar ou residir na cidade é algo praticamente impensável. O morador afirma que adora trabalhar no sítio e que não trocaria seu trabalho por outro na cidade. Possui uma forte relação com a terra, dessa forma, afirma que não moraria na cidade nem que “lhe fosse paga uma quantia”. A cidade é vista de uma forma positiva no tocante aos negócios *“a cidade eu adoro pra fazer meus negócios, mas pra morar não.”*. Há um forte sentimento de pertencimento a terra, segundo o morador, devido ao fato de sempre ter morado no sítio, ter se habituado a esse modo de vida. Atribui, portanto a questão do costume o fato de não se imaginar morando na cidade, afirma que a vida toda morou no sítio e por isso não conseguiria se habituar a uma vida no urbano.

A filha do sitiante também expressa esse sentimento, embora possua uma formação e plena capacidade de trabalhar na cidade opta por auxiliar o pai em seu sítio, principalmente pela questão de autonomia e liberdade em relação ao horário de trabalho. Ainda ressalta que embora o pai ainda possua dois filhos do primeiro casamento é a única que permaneceu na terra, morando e trabalhando no sítio. Em relação a residir na cidade assim como o pai, atribui a questão do costume ao fato de não sentir desejo *“Acho que porque eu nasci aqui, não sou acostumada a viver na cidade, questão de costume. Eu gosto assim da cidade, pra passear”*.

Assim como Mário, Geraldo partilha da mesma visão. Quando perguntando sobre a vantagem de trabalhar na lavoura e não na cidade, o único argumento é o hábito. O morador alega que foi “formado no mato”, ou seja, cresceu em meio ao trabalho na “roça”. A cidade é apenas o lugar para passeios e resolver questões pessoais, não é um lugar possível para morar. O camponês afirma que morar em uma área urbana resultaria em uma doença, uma vez que não está acostumado ao barulho. Chega a narrar o fato de ter se dirigido a cidade de Campinas a fim de se inscrever em um programa para adquirir um imóvel próprio, mas deixa claro que se for apartamento irá vender, não quer morar *“naquele trem abafado e no alto nada.”*,

seu interesse está em alugar, não quer trocar a liberdade encontrada em sua casa na roça pela cidade.

Já Maria deixa claro que encontra muitas dificuldades em seu trabalho na lavoura e que se possível o trocaria uma vez que não há esse sentimento de pertencimento a terra. Além disso, afirma que realiza o plantio buscando apenas a sobrevivência, a reprodução da família. Logo, através dos exemplos de Geraldo e Mário, a questão do pertencimento a terra é notada, aspecto típico do universo camponês. Uma vez que o desenvolvimento da trajetória de vida e até mesmo a reprodução da família está ligado a terra, ou seja, esta provém o sustento e permite a reprodução das famílias, criando uma identidade a partir do trabalho da terra.

Quando perguntado a Paulo, que é corretor de imóveis, a respeito de um possível valor para vender a propriedade em que reside, deixa transparecer seu apeço pelo bairro, afirmando que só venderia sua posse por uma alta quantia. Sendo assim, fica explícito seu sentimento de “pertencimento” ao bairro, pois para o interlocutor há um afeto pelo local onde reside, afirma gostar de morar no Núcleo e que só venderia por um valor “absurdo”. Ainda, cita o fato de possuir uma boa localização e, além disso, o fato de não pagar impostos sobre a área em que reside.

### **3.8.1 A religiosidade no universo camponês**

Como expressa Bombardi (2004) em sua obra, a religiosidade é um importante elemento na vida camponesa que diz respeito também a sua moral e ética. Esta aparece até mesmo na produção e na própria relação com a natureza. A exemplo, em datas “especiais” como dia de santos ou Natal os camponeses não trabalhavam, em épocas de seca era comum lavar os pés de Nossa Senhora, etc. Além disso, influencia nas atitudes que podem ou não ser tomadas, a religiosidade está atrelada também a fraternidade e igualdade presente no universo camponês, o que por exemplo é contrário a um possível “desmerecimento” do patrão em relação ao camponês.

Como anteriormente citado quando abordada a relação entre moradores, Maria destaca a Igreja como elo de “ligação”. A sitiante ainda afirma que conhece os vizinhos devido ao fato de frequentar a Igreja e acredita que a mesma é o motivo responsável por conhecer tanta gente.

A Igreja se torna, portanto, um espaço de socialização, onde vizinhos podem interagir e se conhecer, espaço que os aproxima mediante a fé. Ainda conforme a sitiante a Igreja realiza jantares. Embora seja membro e frequente as missas, Maria não participa dos jantares, como justificativa cita a questão dos pais idosos os quais não pode deixar só. Sendo assim, a missa tomada como algo “sagrado” é essencial e um compromisso o qual a sitiante não deve faltar, já os jantares ou demais eventos não possuem essa mesma carga de seriedade. A Igreja citada por Maria refere-se ao centro comunitário que foi transformado, como exposto por Bombardi (2004).

Ainda sobre a religiosidade, a sitiante conta que em sua infância no Paraná era comum que lavassem o pé de Nossa Senhora, simpatia essa que também era utilizada por moradores do Bairro Reforma Agrária quando em situação de seca, a fim de trazer chuva como citado por Bombardi (2004). Hoje em dia Maria afirma não ter conhecimento sobre a realização desta prática no bairro. Entretanto a sitiante conta que é comum que se realize novenas, sendo essas responsáveis por aproximar os moradores, a medida que a cada semana o terço é rezado na casa de um morador, promovendo um rodízio.

Sendo assim, a fé é um elo entre os vizinhos que partilham a mesma crença. A Igreja e as práticas religiosas unem os vizinhos, permitem que se conheçam e socializem, permite ainda que um vizinho frequente a casa do outro. Maria afirma que uma das práticas realizadas consiste em um revezamento sobre quem levará uma santa pra casa em um dia da semana, *“Por exemplo, ela tá aqui na minha casa, na minha casa ela posa uma noite, na outra eu tenho que levar na casa da vizinha, lá pra cima, lá pra longe”*, não importando as distâncias. Contribuindo assim para uma maior aproximação entre os moradores.

Em relação a religiosidade, esse também é um elemento que foi se transformando ao longo dos anos. Atualmente existem diversas igrejas evangélicas no bairro, mas ainda ocorrem grandes festas promovidas pela igreja católica. Mário destaca a existência de muitas igrejas evangélicas. Quando perguntado se as pessoas evangélicas frequentam as festas da igreja católica, o interlocutor afirma que sim e que as festas são bem frequentadas. Além das festas religiosas chega a citar as festas realizadas pela escola do Bairro.

Geraldo confirma a ideia expressa por Mário. Conforme o morador existe uma igreja evangélica no bairro, duas no bairro do Macuco (bairro próximo) e até

mesmo um templo. Chega a afirmar que existem mais evangélicos que católicos no bairro e que sua família é evangélica. Ou seja, embora Larissa tenha destacado a existência de igrejas evangélicas no Bairro, esse número cresceu ao longo dos últimos anos.

No tocante as festas realizadas pela Igreja Católica, afirma que a única existente é a que ocorre no clube. Alega também que tal festa lota, acredita que pessoas de diversos bairros compareçam. Sendo assim, mesmo que não frequente tais festas devido a sua religião, possui um breve conhecimento a respeito das mesmas.

Logo, a religiosidade ainda aparece presente no universo destes moradores, a esta é um elemento que possui bastante peso, a fé se manifesta em diversas situações no dia-a-dia. Durante as falas muitas vezes os camponeses utilizavam palavras de cunho religioso. Embora muitos não sejam da mesma religião, Geraldo é evangélico e Maria católica, ambos demonstram a importância da fé em suas vidas. Para, além disso, o número de igrejas evangélicas no Bairro Reforma Agrária tem crescido. A religiosidade também influencia na moral e ética, nas ações que podem ou não ser tomadas, além dos sentimentos de fraternidade e igualdade principalmente no tocante aos relacionamentos com os vizinhos.

### **3.8.2 Trajetória dos filhos e continuidade das unidades camponesas**

Outro importante elemento destacado por Bombardi (2004) em sua obra, diz respeito à trajetória dos filhos. A autora atesta em seu livro que conforme a situação das famílias e a forma como as mesmas compreendiam o futuro essa decisão era tomada. Desse modo famílias que contavam com uma maior estabilidade econômica e conseqüentemente a possibilidade de aquisição de novas terras, estavam inclinadas a permanência dos filhos nas mesmas. Já as famílias que não dispunham de tantos “recursos” e possivelmente enfrentassem um parcelamento na propriedade (como herança), estavam inclinadas a direcionar os filhos aos estudos e trabalhos “urbanos”.

Sobre tal questão nos perfis abordados apenas a filha de Mário auxilia em atividades ligadas ao sítio e um dos filhos de Geraldo continua com o trabalho na terra, sua outra filha auxilia em algumas atividades. No caso de Maria, a mesma

afirma que apenas ela e a irmã trabalham na lavoura, logo, ambas trabalham exaustivamente devido aos poucos “braços”.

Geraldo embora seja pai de quatro filhos, possui apenas uma filha que reside com os pais e auxilia no trabalho. O morador ainda relata que quando contava com a ajuda de todos os filhos era mais “gostoso” trabalhar, ou seja, o trabalho desenvolvia-se com uma maior facilidade e rapidez mediante a um maior número de “braços”. A quantidade de “mãos” para o trabalho camponês é um elemento fundamental. Hoje em dia Geraldo ainda conta com a ajuda de dois membros da equipe, embora a mesma seja muito menor e resulte em um maior trabalho e esforço por parte de seus integrantes.

No caso de Mário, sua esposa e filha trabalham em atividades ligadas a adegas, já os demais filhos do sitiante optaram por trabalhar na cidade. O camponês alega que seus filhos escolheram por trabalhar na cidade e que não os influenciou nessa decisão, até mesmo pela falta de contato com os mesmos. Já na visão de Mário, sua filha optou por trabalhar na adega porque lhe permitiria receber melhor que se comparado a um emprego na cidade. A filha do sitiante, Nilvana auxilia a mãe na produção de doces e compostas que são vendidas e na parte administrativa do sítio.

Em relação a trajetória das famílias nos sítios, o interlocutor alega que para as mulheres que são donas de sítio (esposas de sítiantes) é melhor que permaneçam trabalhando com a terra, possibilidade que irá ajudar a “ganhar mais”. Já as mulheres que são casadas com funcionários devem procurar emprego na cidade. Ou seja, para a mulher do sitiante espera-se que trabalhe em sua propriedade, já as mulheres dos funcionários em grande parte trabalham na cidade. Dessa forma, deslocam-se para áreas urbanas para trabalhar e ao fim do expediente retornam para os sítios onde residem. Já os filhos dos funcionários de Mário Scabello, devido ao fato de serem menor de idade não trabalham, uma vez que isso seria agir de forma contrária a lei. Portanto, a família do sitiante é interessante que auxiliem no trabalho da terra, já para a família dos funcionários é interessante que trabalhem em outras atividades.

De acordo com o pensamento do sitiante, os jovens já não possuem o interesse em trabalhar com a terra. O Governo é visto como culpado uma vez que proíbe o trabalho de menor de idade, algo que para o sitiante é totalmente errado, pois desde criança trabalha junto a terra, desde os sete anos já auxiliava os pais no

cuidado com o sítio. Logo, os filhos dos funcionários são vistos como “vagabundão”, pois enquanto “de menor” não podem trabalhar, o que é totalmente mal visto pelo sitiante, *“O Governo não ensinou mal? Então é isso aí. O Governo não ensinou mal, não pode trabalhar?”*. Oposto ao que acontecia antigamente, quando as crianças acompanham o trabalho dos pais na lavoura e aprendiam assim a cuidar da plantação, hoje em dia por conta da Legislação é proibido. Sendo assim quando atingem a maioridade, não possuem noções aprofundadas sobre o plantio ou até mesmo interesse em trabalhar no sítio, optam assim por trabalhar na cidade. O processo de vínculo com a terra que era criado ainda na infância não se realiza, quando adultos não possuem “afeto” ou interesse na terra. Essa “tradição” de contato com a natureza e o cultivo é então fragilizada e muitas vezes quebrada.

João, por sua vez, quando lhe é perguntando sobre um possível trabalho familiar evidencia que é o único a trabalhar na “roça”. De acordo com o camponês: *“Porque não precisa trabalhar na roça, só eu e elas, na roça é mais difícil, o solão bravo, isso aí.”*. Em sua visão então, devido ao fato do trabalho na lavoura ser um trabalho considerado “pesado” sua mulher e filha optam por trabalhar na cidade.

Em relação ao futuro no sítio ainda esclarece que esse é um trabalho para “pessoas de idade”, a medida que segundo o mesmo, os jovens já não possuem interesse em trabalhar nas propriedades, buscam assim emprego nas cidades, pois ganham mais. Além do trabalho na terra ser exaustivo e difícil, segundo João.

Sobre a trajetória dos filhos dos sitiante, Maria alega que estes destinam-se a cidade, optam pelo estudo e trabalho na mesma, uma vez que de acordo com a sitiante está difícil viver a partir da terra.

Maria afirma o quão difícil é trabalho na terra, alega que fica feliz pelo fato de seus filhos não estarem na mesma situação que ela. Acredita que os mesmos encontram melhores condições com empregos na cidade. A terra que antigamente permitia uma vida em melhores condições, hoje em dia é lugar de sofrimento relata a sitiante. Ainda alega que seus filhos escolheram trabalhar na cidade, pois viram seu sofrimento e dificuldades encontradas no trabalho com a terra.

Sendo assim, Maria chega a afirmar que se não fosse pela situação que se encontra (pais doentes) abandonaria o emprego no sítio e trabalharia novamente na cidade, pois em sua visão a cidade permite melhores condições de vida.

Como anteriormente citado, apenas um dos filhos de Geraldo trabalha diretamente com a terra, sua filha ajuda em momentos necessários. Os demais se

encontram na cidade e exercem funções não relacionadas à lavoura. O camponês alega que deixou a escolha livre para os filhos. Sendo assim, a opção de prosseguir com o trabalho na terra ou trabalhar na cidade foi escolhida pelos mesmos. Aos pais coube a responsabilidade de garantir o estudo aos filhos.

Sobre a visão do produtor em relação ao trabalho na cidade, o mesmo ressalta uma série de direitos, como o 13º salário, férias. Assim, os jovens preferem o trabalho na cidade por tal motivo. Essa mesma visão foi encontrada por Larissa em um dos entrevistados que afirmou que o amigo que trabalhava na cidade se encontrava em uma melhor condição, pois possuía “tranquilidade” oferecida pela aposentadoria. Geraldo afirmou contar com a sorte (devido aos fenômenos naturais os quais a produção está submetida). Para, além disso, devido a “inconstância” na produção e recebimento pela mesma, para o mesmo os jovens não conseguem viver com esse estilo de vida, pois necessitam de dinheiro para sair, passear.

Em relação ao trabalho de jovens na lavoura, é afirmado por Geraldo que a maior parte dos jovens que conhece no bairro ocupa empregos na cidade. Na visão do camponês hoje em dia é mais vantajoso para um jovem trabalhar na cidade pela possibilidade de trabalhar durante o dia e estudar a noite, além dos demais benefícios citados anteriormente. Na lavoura encontram-se apenas pessoas de idade que sempre trabalharam com a terra e pessoas que não tiveram a oportunidade de estudar ou não gostam de trabalhar na cidade. Apenas para os filhos dos donos de sítio é vantajoso continuar com o trabalho na lavoura.

Como afirmado pelo pai, é comum que os filhos dos donos do sítio permaneçam no lote, como no caso de Nilvana. A opinião da interlocutora ressalta a ideia que enquanto os filhos dos funcionários se dirigem para a cidade, a fim de procurar empregos em outros setores, os filhos dos sítiantes permanecem na terra dando continuidade ao trabalho. Logo, pode-se concluir que conforme destaca Larissa, na visão dos produtores é vantajoso apenas para os filhos dos sítiantes que se permaneça no cultivo na terra, já os filhos dos funcionários na maioria das vezes buscam trabalho na cidade.

Assim sobre a questão do direcionamento ao trabalho na cidade, enquanto falava a respeito da escola existente no bairro Mário “revela” esse fluxo de pessoas moradoras do bairro que se dirigem a cidade para o trabalho, *“Quando chega de segunda a sexta a estrada, esse movimento que tem, vão trabalhar na cidade. Aqui tem muito mais gente que trabalha pra cidade do que trabalha no sítio”*.

Evidenciando o fato de muitos moradores do bairro se dirigem a cidade para o trabalho e retornarem para suas residências ao final do dia. O camponês afirma que conhece cerca de seus moradores os quais residem em sítios, mas trabalham na cidade. Ressalta que há mais pessoas que trabalham na cidade do que no sítio.

Sobre a questão do abandono do sítio, anteriormente Mário cita o caso de seu sobrinho que possui sítio, mas o mesmo se encontra abandonado. Na visão do sitiante o lote se encontra abandonado, pois não há produção na terra, entretanto, seu sobrinho ainda reside no lote e trabalha na cidade. A mesma percepção é encontrada na fala da filha do sitiante. Sendo assim, na visão do sitiante uma terra onde não há uma produção, onde não há o cultivo para a sobrevivência é tomada com uma terra abandonada. A produção confere a “utilidade” a terra. Nilvana ainda destaca que devido ao alto valor atribuído a propriedade no bairro, embora existam sem produção, não existem sítios que de fato tenham sido totalmente “desamparados”. Já em contraponto, na visão de Geraldo só ocorre o abandono do sítio quando não há ninguém morando no mesmo.

### 3.9 A INTERFERÊNCIA NAS UNIDADES CAMPONESAS DO ESTADO: A RESERVA FLORESTAL

Um aspecto que demonstra como a imposição do Estado na influencia da vida dos camponeses relatado anteriormente por Bombardi (2004), diz respeito a uma Reserva Florestal existente no Bairro. A respeito da reserva as entrevistas feitas por Bombardi revelaram que os moradores não possuíam acesso a mesma.

Geraldo alega que a reserva é aberta ao público, sendo assim pode ser frequentada pelos moradores do bairro. Narra também um episódio em que houve um incêndio na reserva, “*o pessoal da estrada meteram fogo*”, para além dos prejuízos biológicos ocasionados pelo incêndio na reserva, o camponês destaca o fato de que o incêndio prejudicou também sua plantação.

Geraldo possui uma noção a respeito da criação da reserva, sabe que se deu com a construção do “Reforma Agrária”. Embora acredite que a reserva seja “limpa” e tenha “bastante coisa”, nunca foi ao parque. O que demonstra que não há uma relação entre moradores e a reserva, essa fica restrita apenas aos guardas. Assim como anteriormente, onde Larissa afirma que os moradores devido a Lei não possuíam contato com a reserva, não podiam retirar madeira ou qualquer recurso

natural da mesma. O que era mal visto aos olhos dos camponeses, uma vez que a partir da natureza se reproduzem, a partir do plantio da terra, enxergando como fundamental a relação homem-natureza.

Já Paulo, morador do Núcleo afirma que a mesma não é aberta ao público e que anteriormente contava com um guarda florestal, sendo este responsável pelas trilhas e acompanhamento de passeios. Afirma que atualmente a reserva se encontra abandonada, “a própria sorte”. Assim como Geraldo, Paulo relata que há casos de incêndios e quando os mesmos ocorrem cabe aos moradores controlar até que os bombeiros cheguem e acabem com os focos de incêndio.

Logo, a reserva ainda se faz presente no Bairro, mas devido a Legislação não possui “serventia” aos moradores, uma vez que não podem retirar recursos da mesma. Além disso, quando há casos de incêndio na mesma cabe aos moradores apagar até que seja possível que bombeiros cheguem e controlem a situação. Portanto, mesmo que não lhes garanta a extração de recursos, os moradores “auxiliam” no cuidado para com a mesma.

### **3.9.1 A construção do anel viário**

Em relação ao Estado, como exposto por Bombardi (2004), este influencia diretamente na vida dos moradores do bairro. Anteriormente foi destacada a forma como a construção da Rodovia dos Bandeirantes impactou na configuração do bairro a medida que levou a desapropriação de alguns lotes para que fosse construída. Assim aparece a figura do Estado como um possível agente responsável pelas alterações no bairro e obviamente no tocante a “configuração” dos sítios.

Uma importante mudança que se deu no Reforma Agrária diz respeito a uma recente construção de um rodoanel, no momento o mesmo ainda se encontra em etapa de construção.

Geraldo relata que os moradores não possuem um acesso direto a Rodovia dos Bandeirantes pelo bairro, fato que irá mudar. Nas palavras do camponês o rodoanel construído é algo muito “especial”, o que revela certo fascínio pela construção, não apenas pelo benefício e facilidades que trará, mas pela sua grandiosidade e toda a “engenharia” envolvida nesse projeto.

Já para Paulo, a construção “da pista” irá facilitar o escoamento da produção, o que será favorável aos produtores. Além disso, o interlocutor afirma o

percurso em direção ao Centro de Valinhos que normalmente demora cerca de 20 min poderá ser reduzido utilizando o anel viário, caindo para 10 min.

A extensão do Anel Viário José Roberto Magalhães Teixeira consiste em uma obra que será responsável por ligar as rodovias Anhanguera e Bandeirantes. O projeto é realizado pelo Programa de Concessões de Rodovias do Governo do Estado de São Paulo, para a construção do trecho de 5,8 km são previstos gastos de R\$ 149, 1 milhões. Ainda sobre o mesmo, consiste na implantação de duas faixas por sentido, duas passagens inferiores, setes viadutos e duas pontes que irão passar por cima do Rio Capivari. (PREFEITURA DE VALINHOS, s/d, s/p).

O objetivo da obra é ampliar o acesso a duas importantes rodovias, Anhanguera e Bandeirantes, além do corredor Dom Pedro I. Sendo assim, irá possibilitar facilidades em relação ao deslocamento dos moradores da cidade de Campinas além de contribuir para a economia em diferentes escalas (local, estadual e até mesmo no nível país). (PREFEITURA DE VALINHOS, s/d, s/p).

Este anel facilitará o escoamento da produção a medida que “ligará” o Bairro a uma importante rodovia, a Anhanguera, a qual por sua vez “passa” por duas importantes cidades: Valinhos e Campinas. Ou seja, anteriormente a Rodovia dos Bandeirantes não poderia ser acessada pelos moradores do bairro a partir do interior mesmo, a construção deste anel viário que ligará a Bandeirantes a Anhanguera permitirá que ambas as rodovias sejam acessadas a partir do interior do Bairro.

Tal trecho receberá cerca de 2 mil veículos por hora, auxiliando para que seja desafogado o trânsito na cidade de Campinas, a medida que receberá o fluxo “vindo” da rodovia Dom Pedro I e Anhanguera cujo destinos são a Rodovia Santos Dumont e Bandeirantes, diminuindo os congestionamentos.

Assim como a construção da Rodovia dos Bandeirantes, a deste trecho resultou na desapropriação de algumas famílias. Conforme Decreto de Utilidade Pública (PUB) publicado no Diário Oficial do Estado (DOE), cerca de 13 áreas foram desapropriadas, ou seja, cerca de 703 mil metros quadrados. (PREFEITURA DE VALINHOS, s/d, s/p).

O Decreto Nº 60.727, de 14 de agosto de 2014, “Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pela Concessionária Rota das Bandeiras S.A., imóveis necessários às obras de implantação do Trecho Anhanguera - Bandeirantes, ampliação da Rod. José Roberto Magalhães Teixeira, SP-083, Município e Comarca

de Campinas, no trecho que especifica e dá providências correlatas.” (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2014, s/p).

Para a construção foi necessário desapropriar famílias moradoras do bairro, como afirmado por Geraldo, sitiantes que se encontravam no bairro há muitos anos “perderam” seus sítios, tiveram que deixar suas terras. Como explicito também, alguns moradores já possuíam o desejo de abandonar a produção, ou seja, deixar o sítio, sendo que em alguns casos tornou-se possível graças a essa construção.

Esse “desânimo” de alguns sitiantes fica evidente nas falas de Geraldo quando alega que em alguns casos os sitiantes que “desanimam” buscam então um meeiro ou arrendatário para auxiliar na produção. Ou seja, muitos sitiantes que se encontram “cansados” do trabalho com a terra contratam meeiros ou arrendatários para que dessem prosseguimento ao plantio, é comum também casos de sitiantes que apenas alugam as demais casas construídas em seus sítios. Como citado, muitos sitiantes deixam de trabalhar diretamente com o plantio, mas permanecem no bairro. É afirmado também por Geraldo que muitos sitiantes já colocaram os sítios a venda.

### **3.9.2 Violência**

Outro importante aspecto abordado por Bombardi (2004) diz respeito ao fato que uma possível aproximação com áreas urbanas (através do “recorte” dos sítios e construção de rodovias), pode intensificar alguns medos, como a questão da violência. Ainda através dos relatos dos moradores, a autora chega a expor problemas os quais o bairro enfrentava, como o uso de drogas e assaltos, atribuindo a proximidade a bairro periféricos de Campinas uma possível causa.

Destaca também casos em que havia uma união dos moradores em prol da busca pela segurança no bairro, movimento até mesmo um vereador da cidade de Valinhos.

Sobre essa questão, o Geraldo relata que há existência de violência no bairro, mas atribui principalmente tais questões aos sítios mais próximos de Campinas, em Valinhos afirma que a mortandade é zero. Ou seja, a violência está presente até mesmo em áreas rurais, mas em suas falas alega que no bairro a violência se encontra nas áreas mais próximas a outros bairros de Campinas. Alega também que até mesmo filhos dos moradores do bairro se envolvem em questões

como a violência e o uso de drogas. Para, além disso, afirma que a violência está disseminada, “pega geral”, seja em áreas urbanas ou rurais. Cita até mesmo o caso de um bar que pertence a uma família honesta, mas onde supostamente há o tráfico de drogas, “tudo por baixo dos panos”, de forma sigilosa. Afirma também que “os cara lá mata, rouba, faz as artes dele lá, joga no carro e deixa aí no meio da estrada”, ou seja, moradores da cidade matam e roubam, mas dirigem-se as áreas mais afastadas do urbano para se livrarem das “evidências” de seus crimes.

Em outro trecho deixa clara a questão da violência no bairro, cita o exemplo de um bar que fechou, pois constantemente passava por roubos. Assim, com medo da violência os donos do bar o fecharam, além de “cercar tudo” através da construção de um muro. Posteriormente, ocorreu o plantio de milho nesta área.

Logo, até mesmo em um bairro distante dos centros (Valinhos e Campinas), a violência se encontra presente e conforme demonstrando pela autora a medida que há uma “aproximação” com os meios urbanos tal questão pode vir a se intensificar. Outrora, tais problemas eram resolvidos a partir de uma articulação entre moradores, hoje em dia a mesma já não existe. De acordo com Paulo, morador do Núcleo, não há uma articulação entre os moradores para resolver tais questões.

#### **CAPÍTULO 4. EDUCAÇÃO DO CAMPO**

De acordo com o Projeto Pedagógico do curso de Geografia, este capítulo sobre Educação segue a temática da Geografia Agrária, trazendo uma reflexão sobre a Educação do Campo.

No tocante à educação, é fundamental que esta seja capaz de compreender o indivíduo a partir das suas singularidades, ou seja, levando em consideração a identidade do mesmo.

Sobre o conceito de identidade:

Em uma primeira aproximação, parece ser fácil definir "identidade". A identidade é simplesmente aquilo que se é: "sou brasileiro", "sou negro", "sou homossexual", "sou jovem", "sou homem". A identidade assim concebida parece ser uma positividade ("aquilo que sou"), uma característica independente, um "fato" autônomo. Nessa perspectiva, a identidade só tem como referência a si própria: ela é autocontida e auto-suficiente. Na mesma linha de raciocínio, também a diferença é concebida como uma entidade independente. Apenas, neste caso, em oposição à identidade, a diferença é aquilo que o outro é: "ela é

italiana", "ela é branca", "ela é homossexual", "ela é velha", "ela é mulher". Da mesma forma que a identidade, a diferença é, nesta perspectiva, concebida como auto-referenciada, como algo que remete a si própria. A diferença, tal como a identidade, simplesmente existe. (SILVA. et al, 2000, p. 74).

Entretanto, vale destacar as influencias sociais e culturais na criação das identidades e diferenças. De acordo com os autores, a identidade assim como as diferenças são ativamente construídas mediante as relações culturais e sociais. (SILVA, et al. 2000).

Logo, por pertencerem ao campo cultural e social:

Na disputa pela identidade está envolvida uma disputa mais ampla por outros recursos simbólicos e materiais da sociedade. A afirmação da identidade e a enunciação da diferença traduzem o desejo dos diferentes grupos sociais, assimetricamente situados, de garantir o acesso privilegiado aos bens sociais. A identidade e a diferença estão, pois, em estreita conexão com relações de poder. O poder de definir a identidade e de marcar a diferença não pode ser separado das relações mais amplas de poder. A identidade e a diferença não são, nunca, inocentes. (SILVA. et al, 2000, p. 81).

Para compreender identidade e diferença é necessário entender que ambas estão ligadas as contradições existentes em uma sociedade de classes. Sendo que estas se encontram de forma "assimétrica", ou seja, desigual e expressam as relações de poder.

Em concordância a ideia expressa acima, Noemia Vieira (2004) afirma que é fundamental que a educação escolar permita ao indivíduo se "reconhecer" no mundo, contribuindo deste modo como uma prática social que interfira na sociedade de modo a aperfeiçoá-la. Isto só se torna possível a medida que a educação escolar assegure ao indivíduo meios para que o mesmo seja capaz de estabelecer uma relação de forma consciente com a realidade a qual vive e está inserindo. Permitindo, portanto, que o indivíduo consiga enxergar e compreender as contradições existentes e garantindo a visualização de outras possibilidades que permitam a construção de uma sociedade com menores contradições. A autora ainda afirma que é fundamental à Geografia que esta seja capaz de permitir um contato entre o indivíduo e o conhecimento geográfico de modo que o mesmo possa

“compreender a sua realidade como uma totalidade e a detectar as contradições existentes nela.” (VIEIRA, 2004, p.40).

De acordo com uma perspectiva de ensino para camponeses, Camacho (2008) afirma que reterritorializar o saber implica em abordar o conhecimento conforme uma perspectiva de produção do território de acordo com a “lógica camponesa”. Para que os camponeses sejam, portanto os sujeitos de uma produção dos próprios espaços geográficos/territoriais, construindo a territorialidade ainda em conformidade com suas necessidades, capacidades, emoções, etc.

Ainda de acordo com o autor:

Reterritorializar o saber é, pois, construir um conhecimento dialogicamente com “os de baixo” numa concepção de libertação e resistência adequando esse conhecimento à realidade camponesa. Reestruturando esse saber ao território no qual ele pertence, ou seja, o “território camponês”. A fim de que a educação seja compatível com as necessidades exigidas no decorrer do seu processo de produção/reprodução material e subjetiva da existência camponesa, ou seja, permitindo a produção e reprodução de seu modo de vida, enquanto camponês. (CAMACHO, 2008, p.167-168).

Camacho destaca que até hoje existe uma espécie de desconsideração para com os habitantes do campo, há uma carência no tocante a políticas públicas para o espaço rural capazes de favorecer as diversas necessidades dos moradores, como a educação. Somado a isso a precária produção científica a respeito do rural torna-se motivo de questionamentos por parte dos movimentos sociais, assim como intelectuais que buscam atrelar o conhecimento científico a educação, além de coloca-lo a “prova” da justiça social, contribuindo para movimento “Por Uma Educação do Campo”. Tal movimento pauta-se em denunciar o esquecimento/desconsideração do Estado em relação às políticas públicas, para além dos órgãos de pesquisa no que diz respeito a uma produção acadêmica sobre o espaço rural bem como a Educação do Campo. Nesse contexto a educação aparece como um elemento de resistência que contribui no auxílio à luta pela permanência bem como reprodução dos camponeses em uma perspectiva de classe. (CAMACHO, 2008)

Essa exclusão dos habitantes do campo está ligada ao histórico da educação no país. Desde as oligarquias agrárias havia uma concepção, até mesmo um discurso ideológico que defendia que não havia necessidade de ensinar os

camponeses a ler e a escrever. Utilizava-se da natureza do trabalho camponês para justificar tal visão, uma vez que o trabalho estava pautado no manejo da terra visando a produção de alimentos voltados a subsistência e excedentes para o abastecimento da população urbana. Sendo assim, para os camponeses ler e escrever eram “tarefas” desnecessárias em detrimento á população urbana, a qual deveria ser alfabetizada. Ser camponês seria uma espécie de justificativa para esse atraso intelectual que era visto como algo natural, próprio da classe social. Essas contradições e diferenças no acesso à educação eram naturalizadas a partir de uma hierarquia social. (CAMACHO, 2008).

Essa manipulação na educação promovida pela elite de forma a estabelecer a perpetuação de seu poder, mantendo e reproduzindo a desigualdade social, durante muito tempo contribuiu para que os oprimidos pensassem que o poder sobre suas vidas não se encontrava com os mesmos, mas sim com a classe dominante. Esse poder ideológico até os dias atuais tem impedido que muitos indivíduos se enxerguem e reconheçam como sujeitos dotados da capacidade de transformar a realidade a qual fazem parte, permitindo que aqueles que detém mais poder determinem a educação que as demais classes podem receber. Há uma influência direta na estrutura educacional, de forma que a escola do campo é incapaz de corresponder às necessidades dos moradores, uma vez que se encontra em subordinação aos interesses das classes dominantes. Sendo assim, torna-se necessário que uma nova visão a respeito do ensino no campo seja construída, objetivando superar o preconceito que se encontra institucionalizado, ideologicamente já formado que para as populações rurais não há necessidade da qualidade no ensino e que apenas o básico é o suficiente. (CAMACHO, 2008).

O autor ainda alega que o campo sempre se encontrou à margem de todos os direitos educacionais, sendo que estes ficaram em um nível abstrato, ou seja, não foram capazes de abordar/lidar com as singularidades da realidade do campo. De modo que, nem “investimentos” de políticas públicas como avanços científicos no campo educacional conseguiram modificar a fundo esse quadro de exclusão educacional o qual o campo se encontra. À medida que as escolas rurais ainda se encontram à margem de um sistema educacional formal. Essas escolas são concebidas como “elemento residual”, ou seja, sem que houvesse políticas a fim de traçar os rumos para a construção de um sistema educacional próprio do campo. (CAMACHO, 2008).

Para Camacho:

Enquanto saber emancipatório, temos como nova linguagem educacional: a “Educação do Campo”. Buscando superar as condições precárias educacionais, nas quais se encontra o campo na atualidade... diferença ideológica presente nestes dois projetos, que visam, assim, objetivos antagônicos, ou seja, enquanto a Educação do Campo é um projeto que visa à emancipação, do outro lado, a educação rural visa à domesticação. (CAMACHO, 2008, p.173-174).

Portanto, a Educação do Campo pauta-se nos problemas os quais os camponeses lidam. Para além, a ação de movimentos sociais atua na busca de mecanismos que impeçam que o capitalismo seja capaz de destruir ou colocar a margem os camponeses, sendo assim uma educação emancipatória. (CAMACHO, 2008)

Essa educação mediante as ações de reivindicações por parte de movimentos sociais tem se alterado. Embora esse avanço não se finde em si mesmo, deve ser entendido como um mecanismo que impulse a busca por uma real mudança no tocante à estrutura educacional oferecida pelo país. Deve-se buscar a inclusão da população do campo. (ALVES; MAGALHÃES, 2008).

Portanto, de acordo com essa perspectiva os camponeses são dotados de importantes recursos que contribuam para a construção de um ensino rural, recursos de uma natureza distinta ao capital, sendo estes de natureza social, cultural, humana. A Educação do Campo compreende que o campo é muito mais que apenas o espaço onde ocorre a produção, é também um espaço de vida de seus habitantes. (CAMACHO, 2008)

Conforme Alves e Magalhães:

Desse modo, a educação do campo busca a quebra de antigos paradigmas da educação para a zona rural, esta caracterizada pela não preocupação com metodologias adequadas à população do campo e voltada simplesmente aos interesses capitalistas (...). (ALVES; MAGALHÃES, 2008, p. 82).

Destaca-se a quebra de paradigmas os quais implicavam na adoção de metodologias não adequadas a realidade dos alunos, bem como uma educação voltada principalmente aos interesses capitalistas.

Há uma mobilização de diversas instâncias sociais a fim de que esse problema se torne algo de preocupação comum a todos os participantes do processo de ensino e aprendizagem. Demonstrando que nos últimos 20 anos, junto à mobilização do campo, há uma sensibilização de educadores que se unem às causas camponesas partilhando o desejo pelo fim da opressão. Cabe ao professor uma reflexão sobre a temática, bem como se inserir neste processo de transformação construído por meio de uma prática coletiva. Além da responsabilidade de compreender o momento atual existente no campo (cabe aqui ressaltar o “constante” processo de modernização do campo que possui características excludentes e conservadoras, resultando muitas vezes na expulsão de camponeses à medida que toma o rural apenas como espaço de produção, sem levar em consideração sua esfera enquanto espaço de vida) e auxiliar na aprendizagem deste pelos alunos. (CAMACHO, 2008).

A Educação do Campo deve pautar-se na valorização do território bem como os modos de vida de seus sujeitos, sendo capaz de relacionar de forma igualitária a outros territórios e também territorialidades, sem que o urbano seja tomado de uma perspectiva privilegiada materialmente e culturalmente. Ou seja, compreendendo que problemas urbanos também podem afetar no campo, a medida que o espaço se mostra como uma totalidade. Logo, rural e urbano se mostram ligados, uma vez que há uma subordinação do espaço em relação a uma estrutura econômico-social, ao modo capitalista de produção. (CAMACHO, 2008).

Em relação à totalidade expressa acima por Camacho, Noemia Vieira ressalta que:

No nosso modo de entender, isto significa dizer que o professor deve trabalhar o espaço urbano e o espaço rural enquanto formas espaciais pertencentes a um todo maior (...) (VIEIRA, 2004, p. 35).

Alves e Magalhães (2008) afirmam que a compreensão da totalidade diz respeito a sociedade em si, as contradições existentes na mesma. É dever da Geografia a compreensão das diferentes escalas sendo capaz de relacioná-las, permitindo também uma reflexão de forma crítica.

A Geografia Crítica desenvolve a base para um ensino que ajuda a elucidar os processos históricos da sociedade, relacionando a

dinâmica social no espaço e tempo, de modo a compreender os diferentes espaços geográficos sem perder a relação das partes com o todo, contribuindo assim para o entendimento dos aspectos em sua totalidade. Essa perspectiva de totalidade é fundamental para a educação, no sentido de compreender a sociedade, com suas tradições e particularidades. (ALVES; MAGALHÃES, 2008, p. 84).

Logo a Geografia Crítica deve permitir a compreensão dos diferentes espaços, sejam eles rurais ou urbanos sem que haja uma superioridade de um em relação ao outro.

Conforme Camacho, hoje em dia as escolas presentes no campo trabalham mediante a uma lógica na qual há uma dominação do espaço urbano em relação ao espaço rural, sendo, portanto, incapaz de relacionar o conhecimento e conteúdos a realidade e vivências dos seus alunos. Ainda em conformidade com o autor, embora há muito tempo se realizem discussões acerca da educação do meio rural, esta não é formulada a partir do ponto de vista camponês bem como dos movimentos sociais. (CAMACHO, 2008)

Tal educação realizada tanto na cidade quanto no campo mostra uma valorização do urbano, sendo observado em livros didáticos e avaliações externas sejam eles estaduais e/ou nacionais. A valorização do espaço urbano surge ainda na revolução industrial, promovendo uma dicotomia entre espaço rural e urbano, impondo ao rural uma visão de espaço menos “significativo”. A pedagogia escolar atualmente ainda se apresenta como urbanizada e neoliberal, propiciando aos alunos valores urbanos que podem atuar em um processo de desvinculação ao universo camponês, à medida que esta cultura urbana é exposta como desenvolvida e superior. Desse modo, mostra-se a relevância da Educação do Campo como um mecanismo capaz de promover a resistência de classe, além de atuar como elemento para a “quebra” desta ideologia regida pelo pensamento neoliberal. (CAMACHO, 2008).

Para Alves e Magalhães (2008) há uma grande importância em enxergar nos alunos a perspectiva de sujeitos, os quais devem compreender seus direitos e deveres, ou seja, devem se enxergar também como cidadãos. É preciso que haja um entendimento dos processos históricos que permitem a construção e reprodução da sociedade e conseqüentemente nos diversos espaços, sendo eles rurais ou urbanos. Para, além disso, torna-se fundamental compreender as relações entre estes distintos espaços. Ainda em conformidade com os autores, o entendimento

sobre como a Geografia pode contribuir de forma positiva na educação do campo torna-se essencial para que se possa pensar e articular um ensino crítico em conformidade com as reais necessidades apresentadas por essa população.

Os autores ainda alegam a importância na abordagem do espaço vivido do aluno, em que este seja capaz de criar um vínculo existencial entre os dois elementos: a ciência geográfica e seu próprio cotidiano. Não obstante a isso, não se pode perder do ponto de vista a dinâmica existente na sociedade, ou seja, a compreensão que esta é composta por diversas relações sociais, lugares e culturas. (ALVES; MAGALHÃES, 2008).

Desse modo, torna-se fundamental que a realidade dos alunos seja levada em consideração no processo da construção do saber. Suas experiências, vivências e realidades são fundamentais para que ocorra o processo de construção do conhecimento. Negar a realidade do aluno é negá-lo como enquanto sujeito, negar a carga de conhecimentos que o mesmo possui e impedir que consiga atuar de forma crítica no tocante a sua realidade. A Geografia que se pauta no caráter crítico, deve ser capaz de abordar a crítica nos mais diferentes espaços e nas mais distintas realidades, levando o sujeito ao processo de reflexão e para além da reflexão, no processo de atuação da transformação de sua realidade. Desse modo, a Educação do Campo deve estar pautada na realidade encontrada, sendo capaz de valorizar os elementos do universo simbólico camponês, levando os indivíduos ao reconhecimento e entendimento político a respeito do universo no qual se encontram, além de um processo reflexivo.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao comparar o panorama encontrado no bairro no ano de 2015, ao encontrado por Larissa Bombardi nota-se que ocorreram algumas mudanças. Entretanto, o bairro rural Reforma Agrária ainda apresenta algumas semelhanças ao que ilustrado pela autora.

Logo, nota-se uma heterogeneidade no perfil dos moradores do bairro, este constituído por sitiantes, meeiros, arrendatários, não-produtores, etc.

Conforme Larissa:

Não é objetivo de sua produção que o define como camponês ou não, e sim a relação social que estabelece e, sem dúvida nenhuma, o universo moral que lhe é próprio e que está intrinsecamente associado a sua classe social. Portanto, o trabalhador familiar, o baixo ou inexistente emprego de mão-de-obra assalariada e o controle e autonomia sobre todo o processo de trabalho é que determinam a caracterização do campesinato. (BOMBARDI, 2004, p. 299).

Logo, como destaca a autora o camponês não se define pelo objetivo da produção e sim em relação ao seu universo próprio, seu universo moral e ético. Sendo assim, o trabalho familiar e pouco ou até mesmo raro emprego de mão-de-obra assalariada, além da autonomia que possui sobre todo o processo de trabalho são fatores fundamentais para a compreensão do campesinato.

Cabe aqui ressaltar elementos comuns ao universo camponês como a transmissão de informações de forma oral que contribuiu para a chegada das famílias ao bairro. Para, além disso, assim como os primeiros sitiantes, Geraldo, João e Maria chegaram ao bairro buscando uma melhor qualidade de vida. Enxergavam na terra a possibilidade da reprodução da família, ou seja, a possibilidade para a sobrevivência. Atribuem assim à terra um sentido de esperança, de uma continuidade em relação ao trabalho o qual possuem a trajetória de vida ligada.

Enquanto outrora este trabalho baseava-se em um trabalho familiar, no quadro atual há uma alteração, pois os moradores alegam que são poucos os filhos de sitiantes e funcionários que prosseguem com o trabalho na terra. Logo, enquanto Mário, João e Geraldo possuem toda a trajetória ligada a lavoura, uma vez que aprenderam sobre o cultivo desde jovens, a partir de “ensinamentos hereditários”, boa parte dos filhos dos produtores já não possuem essa visão ou interesse. Destinam-se para as cidades, para trabalhos em áreas urbanas. Ressalva o caso da filha de Mário e dois filhos de Geraldo, conforme exposto, não há um grande interesse dos mais jovens em prosseguir com o trabalho na terra. Logo, essa continuidade no trabalho na lavoura de forma “hereditária”, mostra algumas modificações.

Para, além disso, vale ressaltar as dificuldades encontradas na permanência nos sítios. Anteriormente Bombardi (2004) ressaltou que os camponeses encontravam diversas dificuldades para a reprodução familiar nos sítios. Hoje em dia estas dificuldades ainda são encontradas e há um “agravamento” na expropriação da renda da terra por conta do capital industrial e comercial. Desse modo, conforme exposto ao longo dos anos a quantidade de pragas tem aumentado, implicando em um maior uso de insumos químicos a fim de assegurar uma produção de qualidade. Somado a isso existem os demais gastos como adubo, embalagens, etc. Já em relação ao capital comercial, este continua a extrair parte da renda da terra de

camponeses, sobretudo daqueles que não dispõem de grandes recursos (como caminhões ou Pedras) como Maria ou Geraldo. Portanto, para que a produção chegue até o consumidor final nestes casos faz-se necessária a figura do atravessador, este é responsável por “levar” parte da renda da terra.

Assim como exposto anteriormente, estes gastos com o capital industrial e comercial muitas vezes consomem boa parte da renda, levando a situações de dificuldade e instabilidade. Ainda em relação à extração do capital, a introdução de tecnologia no campo, como exemplo os equipamentos utilizados por Mário na adega também comprovam esta extração.

Essa situação de dificuldade leva a busca dos camponeses por mecanismos que assegurem a continuidade da reprodução das famílias. A exemplo, Geraldo que além de trabalhar como arrendatário e meeiro, ainda presta serviços a terceiros para complementar a renda. Além disso, Geraldo também cultiva abóboras que são vendidas e auxiliam em uma maior geração de renda. Outro exemplo diz respeito a “trabalhar pra fora”, ou seja, um assalariamento temporário que permita que a família continue no sítio. Embora anteriormente Larissa destaque que esse seja temporário (durando meses ou anos), hoje em dia como exposto existem casos onde esse trabalho é “permanente”. Como exemplo, o caso de Maria cujo marido “trabalha para fora”, trabalha na cidade para auxiliar na renda da família e permitir que a mesma consiga produzir na lavoura.

Não obstante a isso ainda há uma total dependência de recursos naturais, assim como anteriormente explicito, a água que outrora era oriunda do Rio Capivari já não pode ser utilizada devido a poluição. Logo, os produtores contam apenas com a água da chuva. Dependem totalmente das condições naturais para o plantio, situações como a geada ou seca, como ocorrida no ano de 2014 podem levar a perda de toda uma safra. Ainda hoje os camponeses se veem em situação de vulnerabilidade em relação aos fenômenos climáticas.

Importante também ressaltar as mudanças ocorridas na ordenação dos sítios, enquanto anteriormente a plantação se realizava em áreas que permitissem o acesso à água, hoje a mesma se dá de forma diferente à medida que a água do Rio Capivari se encontra poluída e há uma Legislação que impede o plantio em áreas de distanciamento inferior a 30 m de leito.

Bombardi (2004) afirma que no bairro alguns sítiantes assumem a dupla identidade de camponeses e capitalistas, de acordo com o grau de inserção no

mercado. Mário Scabello, produtor que por sua vez conta com uma pedra no CEASA, além da adega e caminhão aparece em um perfil que destoa dos demais. O mesmo possui também funcionários e estabelece uma relação de patrão-empregado. Sendo assim, demonstra que está em uma situação de maior inserção no mercado se comparado, por exemplo, a Maria que não possui pedra ou caminhões e vive em constante situação de instabilidade. Ainda sobre o exemplo Mário Scabello apesar da sua condição econômica diferenciada ainda reproduz aspectos do universo camponês, expressos em sua vida e principalmente no tocante ao pertencimento a terra, esta a qual confere “significado” a vida. Logo, não há uma “homogeneização” em relação a situação dos sitiantes, não se pode afirmar, por exemplo que possuem o mesmo grau de inserção no mercado ou contam com os mesmos recursos. Existem camponeses que possuem uma dupla identidade, são camponeses e também pequenos capitalistas, mas existem camponeses que se encontram em constante dificuldade.

Para, além disso, outra questão diz respeito a relação existente entre patrão e empregado. Enquanto Mário possui uma relação bem pautada profissionalmente, ou seja, uma relação patrão-empregado, Geraldo e João afirmam possuir relações mais próximas com os patrões, alegam, portanto que são amigos e que não se enxergam em uma relação de exploração. Embora João reconheça que está “subordinado” ao mesmo, não tolera que seja destrutado. Geraldo por sua vez enxerga a bondade no patrão, pois este lhe permite cultivar o que desejar na fração de terra que arrenda, além de auxiliar em questões técnicas. Sendo assim, por vezes essas relações beiram o paternalismo.

No tocante a autonomia esta aparece também, mas em diferentes graus. Mário que por sua vez é dono do sítio tem total autonomia e liberdade para cultivar o que desejar. Geraldo expressa essa liberdade em relação aos horários em que trabalha, sendo assim, o mesmo “faz a sua jornada de trabalho”, ou seja, a sua carga horária de trabalho. Já Maria apresenta a liberdade em relação a flexibilização do horário, caso seja necessário cuidar de assuntos pessoais pode então “deixar” o trabalho na “roça” e resolvê-los, assim como Nilvana. Ou seja, de forma diferenciada ocorre a presença desta autonomia e liberdade, em muitos casos a mesma não aparece integralmente como em outros tempos.

Outro importante elemento do universo camponês na constituição de um bairro rural como destacado por Larissa diz respeito à solidariedade. Obviamente

esta apresenta mudanças se comparada a outros tempos. Um importante exemplo que cabe aqui ser citado é o de Geraldo que recebeu toda a instrução necessária por meio da socialização de técnicas de cultivo com os vizinhos. Atualmente os moradores ainda destacam a questão da solidariedade ao afirmar que os vizinhos se ajudam e que podem contar um com outro em alguns momentos, como nos momentos onde há necessidade de “mais braços”. Logo, em determinadas épocas como a colheita que exige uma maior mão-de-obra é comum que um vizinho que se encontre “folgado” auxilie o outro, obviamente essa ajuda se dá em troca de dinheiro devido ao trabalho realizado. Como destacado por Geraldo os vizinhos não cobram a ajuda referente a “transmissão de informações” e socializam as técnicas aprendidas. Tal visão destoa da visão de Mário, este mostra um grau de distanciamento dos seus vizinhos, chega até mesmo afirmar que conhece mais pessoas na cidade que os moradores do mesmo bairro. Portanto, mesmo que com algumas diferenciações, a solidariedade ainda se encontra presente.

Em relação aos problemas enfrentados no bairro, a questão da violência e o uso de drogas ainda se mostra presente. Embora seja um bairro rural, tais problemáticas chegaram ao Bairro Reforma Agrária, sobretudo devido a proximidade a bairros de Campinas. Anteriormente como exposto por Larissa havia uma união dos moradores em resolver tais questões, hoje em dia essa “união” já não é encontrada.

Ainda vale atentar ao conflito expresso por Paulo em relação aos sitiante do Reforma Agrária e aos moradores do Núcleo Agrário. Embora tal assunto seja exposto apenas pelo morador do Núcleo, este afirma que há uma segregação e o desejo dos sitiante em expulsar as famílias que residem em tal área. Os moradores do bairro produtores por sua vez negam o conhecimento desse conflito. Logo, nota-se certa desconfiança dos mesmos em discutir tal questão com uma “estranha”.

No tocante as características referentes ao campesinato anteriormente expressas por Larissa, essas apresentam algumas modificações como já explicito. Uma das principais características do mesmo, o trabalho familiar mostra algumas transformações. Como exemplo Nivalna que ainda auxilia o pai, mas não diretamente no trabalho na lavoura. Logo, como expresso a trajetória dos filhos hoje em dia boa parte busca uma “outra forma” de continuidade da família, geralmente associada ao trabalho na cidade, modificando assim essa continuidade do trabalho familiar na terra. Entretanto, em figuras como Geraldo, meeiro e arrendatários vemos

o prosseguimento, seu filho também trabalha com a terra, além da figura de Maria que conta com o auxílio da irmã, embora o marido trabalhe na cidade. Ou seja, em menor escala e com um número menor de indivíduos, o trabalho familiar ainda se faz presente.

Portanto, conclui-se que mesmo em situações adversas o campesinato continua a existir e se reproduzir, enfrentado diversos desafios e demonstrando formas de se adaptar e lidar com o mesmo.

Vale também ressaltar que devido a falta de um importante recurso como o tempo, este trabalho abordou de forma geral o panorama do bairro, sendo assim, para um estudo mais aprofundado seria necessário um maior tempo de forma a compreender a fundo tais questões e suas manifestações.

## BIBLIOGRAFIA

ALVES, Welligtong Galvão; MAGALHÃES, Sandra Maria Fontenele. **O Ensino de Geografia nas Escola do Campo: Reflexões e Propostas**. Revista da Casa da Geografia de Sobral, Sobral, v. 10. N.1, p.79-91, 2008. Disponível em <[http://www.geografia.ufmt.br/professor/giseli/Ciclo%20de%20estudos%20de%202013%20Ensino/texto\\_apoio.PDF](http://www.geografia.ufmt.br/professor/giseli/Ciclo%20de%20estudos%20de%202013%20Ensino/texto_apoio.PDF)> Acesso em: 26 de novembro de 2015 às 8 hrs 43 min.

BOMBARDI, Larissa Mies. A Análise Geográfica da Reforma Agrária. **Anais do IX Encontro de Geógrafos da América Latina**. Mérida, México: UNAM, 2003. Disponível em <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal9/Geografiasocioeconomica/Geografiaagraria/01.pdf>> Acesso em 1 de maio de 2015 às 09 hrs 34 min.

BOMBARDI, Larissa Mies. **O Bairro Reforma Agrário e o Processo de Territorialização Camponesa**. São Paulo: Annablume, 2004.

BONI, Valdete; QUARESMA, Silvia Jurema. **Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais**. Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC . v. 2 nº 1 (3), p. 68-80, janeiro-julho/2005, Disponível em <[http://ftp.unisc.br/portal/upload/com\\_arquivo/1386353091.pdf](http://ftp.unisc.br/portal/upload/com_arquivo/1386353091.pdf)> acesso em 08 de novembro de 2015 às 16 hrs 33 min.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **O Ensino de Geografia e a Questão Agrária: Refletindo a partir da Prática em sala de aula.** Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros- Seção Três Lagoas. Três Lagoas-MS, nº8, ano 5, p. 26-51, Novembro de 2008. Disponível em <<http://seer.ufms.br/index.php/RevAGB/article/download/657/472>> Acesso em: 02 de novembro de 2015 às 13 hrs 47 min.

CEASA CAMPINAS- FONTE DE SAÚDE. Disponível em <<http://www.ceasacampinas.com.br/novo/duvidas.asp>> Acesso em 12 de novembro de 2015 as 10 hrs 21 min.

MARIANO, Neusa de Fátima. **Fogão de Lenha- Chapéu de Palha. Jaunenses Herdeiros da Rusticidade no Processo da Modernização.** 299 f. 2001. Tese (Mestrado em Geografia)- Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letra e Ciências Humanas. Departamento de Geografia. São Paulo, 2001.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária.** 1. ed. FFLCH/Labur Edições, 2007, 184p. Disponível em [http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio\\_Valeria/Pdf/Livro\\_ari.pdf](http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Valeria/Pdf/Livro_ari.pdf). Acesso em 6 de maio de 2015 às 17 hrs 03 min.

\_\_\_\_\_, Ariovaldo Umbelino de; MARQUES, Maria Inez Medeiros (orgs). **O Campo no Século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social.** São Paulo: Editora Casa Amarela e Editora Paz e Terra, 2004.

Org. BATISTA, S.C.; OLIVEIRA, W.F.; BOMARDI, L. M.; PENHA, E. (2003). **Mapa de Localização do Bairro Reforma Agrária no Estado de São Paulo.** 1:10.000. In O Bairro Reforma Agrária e o Processo de territorialização camponesa. São Paulo: Annablume, 2004.

Org. BATISTA, S.C.; OLIVEIRA, W.F.; BOMARDI, L. M.; PENHA, E. (2003). **Mapa Relações de trabalho.** 1:10.000. In O Bairro Reforma Agrária e o Processo de territorialização camponesa. São Paulo: Annablume, 2004.

PADILHA, Maria Fernanda. **Bairros Rurais Paulistas: Novas Territorialidades – O Município de Leme (SP).** 2009. 130 f. Tese (Mestrado em Geografia)- Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas Campus de Rio Claro, Rio Claro, 2009.

PREFEITURA DE VALINHOS. Anel Viário: Obras de extensão tem início e prefeito reitera acesso ao Reforma Agrária. Disponível em <[http://valinhos.sp.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=3368:anel-viario-obras-de-extensao-tem-inicio-e-prefeito-pede-acesso-ao-reforma-agraria&catid=34:noticias&Itemid=93](http://valinhos.sp.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=3368:anel-viario-obras-de-extensao-tem-inicio-e-prefeito-pede-acesso-ao-reforma-agraria&catid=34:noticias&Itemid=93)>. Acesso em 15 de novembro de 2015 às 11 hrs 07 min.

PREFEITURA DE VALINHOS. Disponível em <[http://www.valinhos.sp.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=1051&Itemid=202](http://www.valinhos.sp.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=1051&Itemid=202)> Acesso em 11 de novembro de 2015 às 14 hrs 04 min.  
 QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Bairros Rurais Paulistas Estudo Sociológico**. Revista do Museu Paulista, N.S., Volume XVII. São Paulo.

**SÃO PAULO (ESTADO). Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.** Decreto Nº 60.727, de 14 de agosto 2014. Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pela Concessionária Rota das Bandeiras S.A., imóveis necessários às obras de implantação do Trecho Anhanguera - Bandeirantes, ampliação da Rod. José Roberto Magalhães Teixeira, SP-083, Município e Comarca de Campinas, no trecho que especifica e dá providências correlatas. Publicado na Casa Civil, aos 14 de agosto de 2014. Disponível em <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2014/decreto-60727-14.08.2014.html>> Acesso em: 15 de novembro de 2015 às 11 hrs 33 min.

**SÃO PAULO (ESTADO).** Lei n. 5.994, de 30 de dezembro 1960. Estabelece normas de estímulo à exploração racional e econômica da propriedade rural e dá outras providências. São Paulo. Disponível em <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1960/lei-5994-30.12.1960.html>> Acesso em: 17 de maio de 2014 às 17: 33 hrs

SILVA, T. T. da; A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, T. T. da. (Org). **Identidade e Diferença. A Perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. p. 73-102.

VIEIRA, Noemia Ramos. **Conhecimento Geográfico Veiculado pelos Parâmetros Curriculares Nacionais de Geografia e o Espaço Agrário Brasileiro: Reflexões para uma Geografia Crítica em Sala de Aula**. Revista Nera - ano 7, n. 4, p. 29 à 41- Janeiro/Julho de 2004. Disponível em <[http://www2.fct.unesp.br/nera/revistas/04/03\\_Noemia.pdf](http://www2.fct.unesp.br/nera/revistas/04/03_Noemia.pdf)> Acesso em: 26 de novembro às 09 hrs 03 min.